

RESIANE SILVEIRA (Org.)



EPISTEME EM MOVIMENTO

ESTUDOS EM CONVERGÊNCIA

uniatual
EDITORA

RESIANE SILVEIRA (Org.)



EPISTEME EM MOVIMENTO

ESTUDOS EM CONVERGÊNCIA

uniatual
EDITORA

© 2026 – Uniatual Editora

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Organizadora

Resiane Paula da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587p Episteme em Movimento: Estudos em Convergência - Volume 1
/ Resiane Paula da Silveira (organizadora). – Formiga (MG):
Uniatual Editora, 2026. 136 p.: il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-6170-003-0
DOI: 10.5281/zenodo.19225831

1. Coletânea. 2. Conhecimento. 3. Transformação. 4. Cultura. I.
Silveira, Resiane Paula da. II. Título.

CDD: 001.4
CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniatual.com.br
universidadeatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.uniatual.com.br/2026/03/episteme-em-movimento-estudos-em.html>



Episteme em Movimento: Estudos em Convergência

Volume 1

Autores

Allysson Barbosa Fernandes

Barbara Ferreira Gonçalves

Celina da Rosa Santos Neta

Douglas Willyam Rodrigues Gomes

Francisco Eugênio Soares Galvão

Gislaine Aparecida Valadares Godoy

Gláucia Lelis Alves

Ingra Moratori Sobreira

João Luis Josino Soares

Joelson Lopes da Paixão

Luana de Souza Siqueira

Maria Alice França Dos Santos

Rafael Coe Barbosa

Regislandio Sousa do Nascimento

Roziane Oliveira de Araújo

Vanessa Samara Aparecida de Lima Piccolotto

Wilianna Teixeira Leitão

APRESENTAÇÃO

Em um tempo histórico marcado pela intensificação das interconexões, pela fluidez das fronteiras disciplinares e pela crescente complexidade dos fenômenos sociais, científicos e culturais, torna-se imperativo repensar os modos de produção, circulação e validação do conhecimento. É nesse cenário que se insere a presente obra, *Episteme em Movimento: Estudos em Convergência*, cuja proposta não apenas dialoga com os desafios contemporâneos, mas também os incorpora como elemento estruturante de sua reflexão.

A noção de *episteme*, tradicionalmente compreendida como o conjunto de condições que tornam possível o conhecimento em determinada época, é aqui deslocada de uma perspectiva estática para uma concepção dinâmica, processual e relacional. Ao assumir o conhecimento como algo em constante transformação, esta coletânea reconhece que os saberes não se organizam mais em compartimentos rígidos, mas emergem da interação entre diferentes campos, metodologias e paradigmas. Trata-se, portanto, de uma obra que se posiciona na confluência entre múltiplas áreas, promovendo um diálogo fecundo e, por vezes, tensionado entre distintas formas de pensar.

A expressão “em movimento” não é meramente metafórica: ela traduz uma postura epistemológica que valoriza a transitoriedade, a incerteza e a abertura ao novo. Em vez de buscar verdades absolutas ou modelos totalizantes, os estudos aqui reunidos assumem a complexidade como princípio e a convergência como método. Nesse sentido, o livro convida o leitor a percorrer trajetórias intelectuais que se entrelaçam, se cruzam e, em muitos casos, se reinventam, produzindo novas possibilidades interpretativas.

A convergência, por sua vez, deve ser compreendida não como homogeneização, mas como encontro entre diferenças. Os capítulos que compõem esta obra evidenciam que o avanço do conhecimento depende, em grande medida, da capacidade de estabelecer pontes entre perspectivas diversas, respeitando suas especificidades, mas também explorando seus pontos de interseção. Tal abordagem revela-se particularmente relevante em um contexto no qual os grandes problemas da humanidade — sejam eles de ordem ambiental, tecnológica, social ou ética — exigem soluções que transcendam os limites tradicionais das disciplinas.

Outro aspecto digno de destaque é o rigor metodológico que permeia os textos apresentados. Ainda que oriundos de distintas áreas do saber, os trabalhos compartilham

um compromisso comum com a consistência teórica, a clareza argumentativa e a relevância científica. Essa convergência de princípios confere à obra uma unidade que vai além da mera justaposição de estudos, configurando-se como um verdadeiro mosaico de investigações que se complementam e se enriquecem mutuamente.

Ademais, esta coletânea cumpre um papel significativo ao fomentar a circulação de ideias e a formação de redes de conhecimento. Ao reunir autores com diferentes trajetórias acadêmicas e experiências de pesquisa, o livro se torna um espaço privilegiado de interlocução, no qual emergem não apenas resultados, mas também questionamentos, hipóteses e caminhos futuros. Nesse sentido, *Episteme em Movimento* não se encerra em si mesma; ao contrário, projeta-se como ponto de partida para novas investigações e debates.

Importa ressaltar, ainda, o caráter formativo da obra. Para estudantes, pesquisadores e profissionais das mais diversas áreas, o contato com perspectivas múltiplas e interdisciplinares representa uma oportunidade ímpar de ampliação do repertório intelectual. Ao mesmo tempo, a leitura dos textos aqui reunidos estimula o desenvolvimento de uma postura crítica, reflexiva e aberta ao diálogo — qualidades indispensáveis à produção de conhecimento relevante e socialmente comprometido.

Por fim, este livro reafirma a importância da ciência como empreendimento coletivo, plural e em constante construção. Em tempos de rápidas transformações e, não raramente, de questionamento das bases do saber científico, obras como esta desempenham um papel fundamental ao evidenciar a vitalidade, a diversidade e a capacidade de reinvenção da produção acadêmica contemporânea.

Que o leitor encontre, nas páginas que se seguem, não apenas respostas, mas sobretudo inquietações produtivas; não apenas certezas, mas também possibilidades; não apenas convergências, mas também os férteis desencontros que impulsionam o pensamento. Afinal, é no movimento — e não na estagnação — que a episteme se renova, se expande e se afirma como instrumento essencial para a compreensão e a transformação do mundo.

SUMÁRIO

Capítulo 1	
GESTÃO DE PESSOAS E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: O EFEITO DA MOTIVAÇÃO DE EQUIPES NO AMBIENTE CORPORATIVO	10
Wilianna Teixeira Leitão; João Luis Josino Soares; Allysson Barbosa Fernandes; Douglas Willyam Rodrigues Gomes	
Capítulo 2	
SISTEMAS ENERGÉTICOS E GOVERNANÇA: ANÁLISE CRÍTICA DAS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS, REGULATÓRIAS E POLÍTICAS NA TRANSIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE	27
Joelson Lopes da Paixão	
Capítulo 3	
O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DAS LUTAS POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES FORMATIVAS PARA A COMUNIDADE CAMPESSINA E, EM ESPECIAL PARA AS MULHERES NO PERÍODO DE 1980 - 2000	42
Maria Alice França Dos Santos; Gislaine Aparecida Valadares Godoy	
Capítulo 4	
ENERGIA ELÉTRICA E DESAFIOS AMBIENTAIS: ANÁLISE CRÍTICA DOS IMPACTOS ECOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE NO SETOR ENERGÉTICO	64
Joelson Lopes da Paixão	
Capítulo 5	
RESSIGNIFICAÇÕES DA IDENTIDADE FEMININA ATRAVÉS DO SIMBOLISMO DA FÊNIX NO MUNDO DO TRABALHO PÓS-MATERNIDADE	80
Barbara Ferreira Gonçalves; Celina da Rosa Santos Neta	
Capítulo 6	
ORATÓRIA E COMUNICAÇÃO DE IMPACTO: A CONTRIBUIÇÃO DA FONOAUDIOLOGIA EM CONCURSOS DE BELEZA NO BRASIL	89
Francisco Eugênio Soares Galvão; Roziane Oliveira de Araújo; Regislandio Sousa do Nascimento; João Luis Josino Soares	
Capítulo 7	
A LUTA FEMINISTA NO CAMPO JURÍDICO: O QUE ESTÁ EM JOGO COM A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL?	98
Rafael Coe Barbosa; Ingra Moratori Sobreira; Luana de Souza Siqueira; Gláucia Lelis Alves	
Capítulo 8	
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NO SETOR ELÉTRICO: ANÁLISE CRÍTICA DA INTEGRAÇÃO DE FONTES RENOVÁVEIS, MICRORREDES E VEÍCULOS ELÉTRICOS	110
Joelson Lopes da Paixão	
Capítulo 9	
A RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DOS AMBIENTES E A SAÚDE MENTAL: UMA VISÃO SOBRE A PSICOLOGIA AMBIENTAL	125
Vanessa Samara Aparecida de Lima Piccolotto	

Capítulo 1
GESTÃO DE PESSOAS E COMPORTAMENTO
ORGANIZACIONAL: O EFEITO DA MOTIVAÇÃO DE EQUIPES
NO AMBIENTE CORPORATIVO

Wilianna Teixeira Leitão
João Luis Josino Soares
Allysson Barbosa Fernandes
Douglas Willyam Rodrigues Gomes

GESTÃO DE PESSOAS E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: O EFEITO DA MOTIVAÇÃO DE EQUIPES NO AMBIENTE CORPORATIVO

Wilianna Teixeira Leitão

Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração do Centro Universitário FATENE – UniFATENE. E-mail: wilianna.teixeira@gmail.com

João Luis Josino Soares

Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará. Docente no Centro Universitário FATENE – UniFATENE. E-mail: joaojosinoadm@gmail.com

Allysson Barbosa Fernandes

Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia. Docente no Centro Universitário Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: allyssonfernandes611@gmail.com

Douglas Willyam Rodrigues Gomes

Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Docente na Universidade de Fortaleza – UNIFOR. E-mail: douglaswillyam@gmail.com

RESUMO

O estudo analisa como fatores individuais influenciam a motivação coletiva no ambiente corporativo, tomando como referência o setor de sorveterias e gelatos. A pesquisa combina abordagem quantitativa e qualitativa para identificar os elementos que sustentam o engajamento dos colaboradores, considerando aspectos estruturais, relacionais e psicossociais. Os resultados mostram que condições de trabalho, reconhecimento, apoio da liderança e clareza na comunicação aparecem como dimensões centrais para o desempenho e o bem-estar. A análise qualitativa revela ainda que o desenvolvimento profissional emerge como uma demanda recorrente, especialmente

entre colaboradores mais jovens, reforçando seu papel na permanência e no sentido atribuído ao trabalho. As evidências apontam que a motivação não se apoia em um único fator, mas resulta do equilíbrio entre valorização financeira, ambiente operacional adequado e oportunidades reais de crescimento. O estudo contribui para ampliar a compreensão sobre a motivação nas organizações e oferece subsídios para práticas de gestão voltadas à retenção, ao engajamento e à construção de ambientes mais sustentáveis.

Palavras-chave: Motivação. Comportamento organizacional. Equipes. Liderança. Engajamento.

ABSTRACT

This study explores how individual perceptions shape collective motivation within corporate settings, focusing on the ice cream and gelato sector as a practical reference. By combining quantitative data with qualitative insights, the research seeks to identify the factors that sustain employee engagement, considering both organizational structures and the relational and psychosocial dynamics that shape daily work experiences. The findings indicate that working conditions, recognition, leadership support, and clear communication stand out as essential elements for performance and well-being. The qualitative responses also highlight professional development as a recurring expectation, particularly among younger employees, underscoring its influence on retention and on the sense of purpose associated with the job. Overall, the study shows that motivation does not arise from a single source; it depends on a balance between financial appreciation, a functional and supportive work environment, and concrete opportunities for growth. These results expand the understanding of motivation in organizational contexts and offer practical guidance for management strategies aimed at strengthening engagement, reducing turnover, and fostering more sustainable workplaces.

Keywords: Motivation. Organizational behavior. Teams. Leadership. Engagement.

INTRODUÇÃO

Motivação pode ser definida como o impulso interno que leva o indivíduo a agir para atingir objetivos específicos (Chiavenato, 2014). Na contemporaneidade enxerga-se esse impulso também como externo, e é chamada de motivação extrínseca, geralmente relacionada a recompensas ou consequências.

A motivação no ambiente corporativo é encarada como um fator decisivo e intrigante, pois ela busca não só analisar e obter um melhor desempenho em resultados, o que é interessante e o objetivo final da corporação, como também influi diretamente na percepção e engajamento do colaborador, refletindo em seu olhar sobre si mesmo, sua função social, autoestima e autorrealização, que é o nível mais elevado da hierarquia das necessidades proposta por Maslow, esta não ocorrendo isoladamente, e sim, manifestando-se no contexto do grupo social ao qual o indivíduo pertence, uma vez que o

reconhecimento e a contribuição para a coletividade reforçam sua percepção de propósito.

No período anterior à tomada da administração como ciência, as empresas eram geridas de forma empírica, quase que intuitiva por seus proprietários, tomados como gestores. Com o advento da revolução industrial, no século XVIII, consequentemente a transformação radical dos modelos de produção, a temática passou por grandes transformações, observando que o foco era na produção em massa e eficiência, logo não havia preocupação com bem estar, ou seja, a motivação era unicamente monetária.

Já no século XX surge Frederick Taylor, tido como pai da administração científica, tratando a motivação como unicamente em recompensa financeira, limitando ainda o ser como humano no âmbito social e psicológico. Seguido da teoria clássica, que já enxerga a necessidade de coordenação e hierarquia, como importantes na gestão, na década de 1930 surge Elton Mayo, com as Experiências de Hawthorne, evidenciando que fatores sociais e psicológicos influenciam a produtividade. Já na década de 1950 surgem autores como Maslow, Herzberg e McGregor com estudos que passam a analisar e evidenciar e importância de questões como clima organizacional, liderança e satisfação.

Hoje entende-se e analisa-se que a motivação está diretamente ligada não somente a ganhos financeiros, como também a qualidade de vida, propósito, desenvolvimento profissional e fatores psicossociais.

A escolha do tema "O efeito da motivação de equipes no ambiente corporativo" surge durante a observação e constatação da crescente importância que o mercado tem atribuído ao capital humano como diferencial competitivo. Em um cenário de constantes transformações, econômicas, tecnológicas e sociais, manter equipes motivadas tornou-se um desafio estratégico para alcançar melhores níveis de produtividade, inovação e retenção de talentos, está também impactada pelos desafios do conflito geracional, uma vez que as novas gerações tendem a enxergar o trabalho e o vínculo empregatício de forma diferente das anteriores, onde já foi priorizado estabilidade e rotina, valoriza-se hoje: qualidade de vida, bem-estar e flexibilidade, além de apresentar uma busca mais intensa por autorrealização e propósito.

Nesse contexto, compreender os fatores motivacionais que influenciam diferentes perfis geracionais, sobretudo os que estão surgindo no mercado de trabalho atualmente. No âmbito da administração se faz indispensável para desenvolver políticas eficazes de

retenção de talentos e viabilizar saúde mental, buscando dessa forma sustentabilidade organizacional.

Diante desse cenário, a problemática que orienta este estudo é: ***Como a motivação individual influencia a motivação coletiva no ambiente corporativo, considerando as diferenças geracionais e fatores psicossociais?***

O presente estudo tem como objetivo analisar a influência da motivação individual na motivação coletiva de equipes dentro do ambiente corporativo. Para alcançar esse propósito, tem-se como objetivos específicos: a) identificar os fatores motivacionais individuais que influenciam a motivação coletiva no ambiente corporativo; b) analisar o papel da comunicação e das diferenças geracionais na construção da motivação coletiva; c) avaliar o impacto de elementos como recompensas, reconhecimento e cultura organizacional no desempenho e engajamento das equipes. Diante desse contexto, compreender os fatores que influenciam o comportamento humano nas organizações torna-se essencial para gestores que buscam melhorar o desempenho de suas equipes e promover um ambiente de trabalho equilibrado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão de pessoas é fundamental para formar organizações mais produtivas, inovadoras e sustentáveis. Em um cenário marcado por mudanças tecnológicas aceleradas e pela crescente valorização do capital humano como diferencial competitivo, entender a dinâmica das equipes e os determinantes da motivação passou a ser uma prioridade estratégica. As equipes, no contexto organizacional, são formadas por pessoas que atuam de forma interdependente em torno de metas comuns, dividindo responsabilidades e sustentando relações de confiança que visam a cooperação durante a coordenação do trabalho.

Motivação refere-se ao conjunto de impulsos internos e estímulos externos que orientam o comportamento dos colaboradores rumo a objetivos específicos (Robbins; Judge, 2019), quando bem alimentada, a motivação costuma resultar em maior engajamento, criatividade e sentimento de pertencimento, reflexos que elevam produtividade e melhoram o clima organizacional. Na falta dela, porém, surgem queda de rendimento, conflitos interpessoais e desengajamento, o que, por sua vez, aumenta custos

operacionais (recrutamento e treinamento frequentes), reduz competitividade, freia a inovação e eleva o turnover.

A motivação tende a emergir quando os membros se sentem valorizados e respeitados. Esses comportamentos repercutem diretamente no desempenho, elevando a qualidade das entregas, reduzindo conflitos e ampliando a capacidade de inovação. Nesse processo, elementos como reconhecimento, comunicação transparente, suporte do líder e um ambiente que legitime a voz dos colaboradores exercem papel decisivo para sustentar a motivação coletiva e fortalecer os resultados organizacionais.

A análise do turnover já citado é um indicador essencial para gestores: taxas elevadas não apenas comprometem a produtividade, mas também representam despesas relevantes e desgaste do clima interno, além de afetar a continuidade do conhecimento organizacional. Nesse sentido, a motivação revela-se um elemento central. Profissionais motivados e reconhecidos tendem a permanecer mais tempo na empresa e a contribuir para a retenção do saber corporativo (Robbins; Judge, 2019).

Diversas teorias ajudam a compreender essa relação entre gestão de pessoas e desempenho. A hierarquia de necessidades de Maslow (1954) propõe que indivíduos se envolvem mais quando suas necessidades básicas e psicológicas são atendidas, avançando até a autorrealização. Herzberg (1959), por sua vez, distingue fatores que geram satisfação como por exemplo, reconhecimento e oportunidades de desenvolvimento, daqueles que apenas evitam a insatisfação, sejam nas condições de trabalho ou políticas internas. Modelos mais atuais, como a Teoria da Autodeterminação (Deci; Ryan, 2000), apontam que o bem-estar psicológico e o crescimento individual dependem do atendimento a três necessidades fundamentais: autonomia, competência e relacionamento.

A Teoria da Expectativa (Vroom, 1964) acrescenta que a motivação está ligada à percepção de que o esforço pode, de fato, gerar um bom desempenho, de que esse desempenho será recompensado e de quanto essa recompensa tem valor para o indivíduo. Quando as organizações adotam práticas de reconhecimento consistentes e deixam claras as formas de recompensa, costumam atingir níveis mais altos de engajamento e colaboração entre os colaboradores. Assim, ambas as teorias reforçam a importância de fatores como autonomia, confiança na própria capacidade e significado atribuído ao trabalho.

Nesse papel mediador entre metas institucionais e necessidades humanas, a gestão de pessoas deve criar condições para que o trabalho seja significativo e fonte de satisfação, tarefa que se complica diante das transformações geracionais em curso. A Geração Z (nascidos aproximadamente entre meados dos anos 1990 e início de 2010) traz valores e expectativas profissionais que diferem das gerações anteriores, exigindo novas abordagens de liderança e engajamento. Pesquisas recentes apontam que esse grupo prioriza propósito, autonomia e equilíbrio entre vida pessoal e profissional em detrimento de garantias tradicionais como estabilidade ou apenas altos salários (Deloitte, 2024; McKinsey, 2023).

Em consequência, estilos autoritários e controles rígidos vêm cedendo lugar a lideranças mais participativas, baseadas em empatia, feedback contínuo e construção de pertencimento. A dificuldade das empresas em adaptar práticas a essas demandas tem contribuído para elevar índices de turnover, um problema que, como já destacado, prejudica fortemente a evolução e a sustentabilidade organizacional, além de desafios na retenção e desenvolvimento de talentos. Pesquisa realizada pela consultoria holandesa Randstad, aponta de 54% dos jovens buscam empregos ativamente mesmo com local já estabelecido no mercado de trabalho, mantendo-se cerca de 1,1 ano em cada cargo enquanto os Millennials (1981-1996) permanecem 1,8 ano, a Geração X (1965-1980) 2,8 anos e os Baby Boomers (1946-1964) 2,9 anos.

As motivações apontadas seriam fatores como falta de reconhecimento, ausência de propósito nas tarefas e ambientes organizacionais inflexíveis. Essa mobilidade, mesmo fomentando diversidade e renovação, impacta diretamente a coesão das equipes, acarretando desafios anteriormente citados, dessa forma fica evidente que políticas de gestão de pessoas padronizadas não são mais suficientes, logo as empresas precisam desenvolver soluções ágeis e personalizadas para atrair, motivar e reter a Geração Z.

A Teoria do Reforço de B. F. Skinner (1953) demonstra que o comportamento humano pode ser moldado por consequências que aumentam ou diminuem a probabilidade de sua ocorrência, sendo os reforços positivos fundamentais para a motivação e manutenção de ações desejadas. No contexto organizacional, essa abordagem torna-se particularmente relevante para o trato com a Geração Z, que valoriza feedback constante, reconhecimento imediato e experiências de trabalho significativas. Ao aplicar reforços positivos estratégicos, como elogios, premiações, oportunidades de desenvolvimento e desafios alinhados ao propósito do colaborador, empresas podem

fortalecer a motivação intrínseca e aumentar o engajamento, criando ambientes de trabalho mais satisfatórios e produtivos.

Do ponto de vista social, os fenômenos citados refletem uma mudança cultural profunda, na qual o trabalho deixa de ser apenas uma obrigação econômica, inicialmente, os psicólogos organizacionais e industriais concentravam-se em fatores como fadiga, desmotivação e condições de trabalho que poderiam comprometer o desempenho. Com o tempo, sua atuação se ampliou, abrangendo estudos sobre aprendizagem, percepção, personalidade, emoções, treinamento, eficácia da liderança, motivação, satisfação laboral, processos decisórios, avaliação de desempenho, mensuração de atitudes, seleção de pessoal, planejamento do trabalho e gestão do estresse profissional.

Atualmente, o ambiente de trabalho também é percebido como um espaço de construção de identidade, realização pessoal e promoção da saúde física e mental dos colaboradores. Essa visão mais subjetiva da carreira reforça a importância da motivação intrínseca, aquela movida por valores, aprendizado e pertencimento, visando promover ambientes de trabalho mais saudáveis, colaborativos e sustentáveis.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de natureza quantitativa e qualitativa, tendo como objetivo compreender os fatores que influenciam a motivação das equipes e seus efeitos no ambiente corporativo. Adota-se uma abordagem bibliográfica e de campo, de modo a reunir tanto fundamentos teóricos quanto dados empíricos que permitam uma análise sobre a temática proposta. Para a fundamentação teórica, foram utilizadas fontes como livros, artigos científicos, revistas eletrônicas e materiais disponíveis em bases acadêmicas, os quais fornecerão o suporte conceitual necessário à análise dos resultados.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado, composto por 12 afirmações em escala Likert (1 a 5), permitindo mensurar o grau de concordância dos participantes em relação a aspectos como reconhecimento, liderança, clima organizacional, comunicação, flexibilidade, remuneração, metas e desafios. Esses dados quantitativos possibilitam identificar padrões, comparar respostas entre diferentes perfis de colaboradores e avaliar o impacto dos fatores de motivação sobre o desempenho.

Além disso, o questionário inclui 5 perguntas semiestruturadas abertas, permitindo aos participantes detalhar suas percepções, relatar experiências e sugerir

melhorias. Essa abordagem qualitativa complementa os dados numéricos, fornecendo contexto e explicações sobre as respostas, enriquecendo a análise e permitindo correlacionar fatores percebidos como motivadores ou desmotivadores no ambiente de trabalho.

Os sujeitos respondentes da pesquisa foram profissionais que atuam no setor de sorvetes e sobremesas geladas, incluindo colaboradores da produção, gestores e funcionários do atendimento ao cliente. A amostra será intencional e não probabilística, composta por participantes que se dispuserem a colaborar de forma voluntária, mediante esclarecimento prévio sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa. A escolha por abranger diferentes áreas de atuação visa ampliar a representatividade dos dados e permitir a análise de percepções distintas dentro do mesmo segmento de mercado.

Este trabalho utiliza o método de estudo de caso, aplicado à empresa Sammy Gelados, localizada em Fortaleza (CE), que atua na produção artesanal de gelatos e picolés premium. A escolha da organização deve-se à sua estrutura enxuta, ao contato direto com equipes operacionais e de atendimento e ao ambiente propício para observar fatores relacionados à motivação e desempenho, a mesma localiza-se na R. Pindorama, 271 - Salinas, Fortaleza - CE, 60810-800. O período de realização compreenderá os meses de outubro a início de dezembro de 2025, incluindo as etapas de planejamento, aplicação dos instrumentos, análise e interpretação dos resultados.

A análise dos dados seguiu o método de análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2011), dividido em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As respostas obtidas por meio do questionário foram tabuladas e analisadas estatisticamente, permitindo a identificação de tendências e padrões de motivação. Já as falas provenientes das entrevistas serão transcritas integralmente e categorizadas de acordo com os temas emergentes, de modo a complementar e aprofundar a interpretação dos resultados quantitativos. Embora a subjetividade das respostas qualitativas possa limitar a generalização dos achados, a integração dos dois métodos fortalecerá a validade das conclusões e permitirá uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado.

Quanto aos riscos, a pesquisa não apresenta possibilidade de danos físicos ou psicológicos aos participantes, tratando-se de uma investigação voltada à análise de percepções profissionais em contexto organizacional. As informações coletadas serão

utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, sendo preservados o sigilo, o anonimato e a privacidade dos respondentes, conforme as normas éticas aplicáveis.

Entre os benefícios esperados, destaca-se a contribuição para gestores e colaboradores do setor, possibilitando uma visão mais clara sobre os níveis de motivação, satisfação e engajamento das equipes. A partir dos resultados obtidos, será possível identificar fatores que influenciam o desempenho e propor ações que favoreçam o clima organizacional, a produtividade e o alinhamento entre objetivos individuais e corporativos.

Por fim, a pesquisa respeita integralmente as normas éticas estabelecidas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta estudos envolvendo seres humanos. A aplicação dos instrumentos ocorreu apenas após a autorização da instituição de ensino e das empresas participantes, mediante a apresentação da Carta de Anuência. Todos os participantes assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual serão informados sobre os objetivos do estudo, a confidencialidade dos dados e o direito de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Dessa forma, garante-se o respeito aos princípios da benevolência, não maleficência e autonomia dos participantes, assegurando que o processo de pesquisa ocorra de maneira ética, transparente e segura.

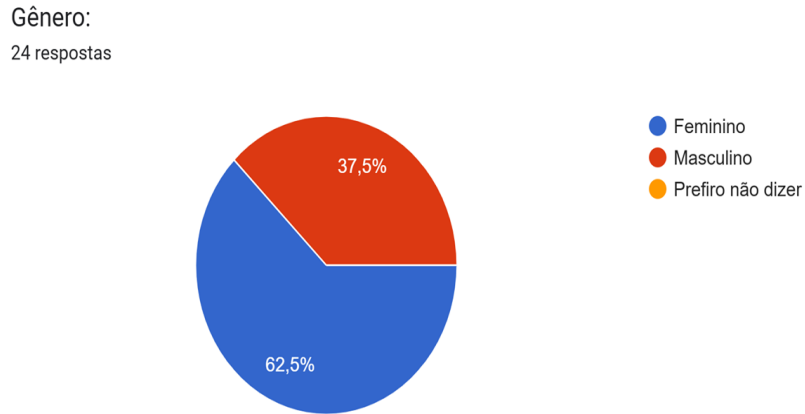
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados por meio do questionário aplicado aos colaboradores, cujo objetivo foi compreender os fatores que influenciam a motivação no ambiente corporativo. A investigação utilizou questões fechadas em escala Likert e perguntas abertas, permitindo a combinação de análise estatística descritiva e interpretação qualitativa dos discursos. A partir dessa integração, foi possível identificar padrões, tendências e pontos críticos relacionados à experiência do trabalhador no contexto organizacional estudado.

A análise do perfil dos participantes permite compreender melhor o contexto em que os dados foram produzidos e observar possíveis diferenças de percepção entre grupos. Entre as variáveis levantadas estão gênero, tipo de atividade desempenhada e

faixa etária. O levantamento contou com 24 respostas válidas. A maior parte dos participantes se identifica como feminino (62,5%), seguida pelo masculino (37,5%).

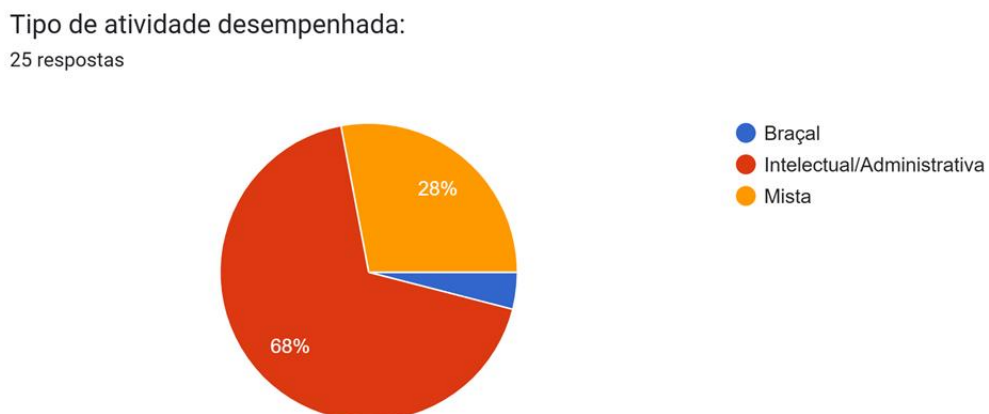
Figura 1 – Gênero dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Dentre o tipo de atividade desempenhada observa-se predominância significativa de colaboradores que atuam em atividades intelectuais/administrativas (68%). Em seguida, aparecem atividades mistas (28%), que combinam tarefas operacionais e administrativas. As funções braçais representaram apenas 4% do total.

Figura 2 – Perfil de atividade desempenhada

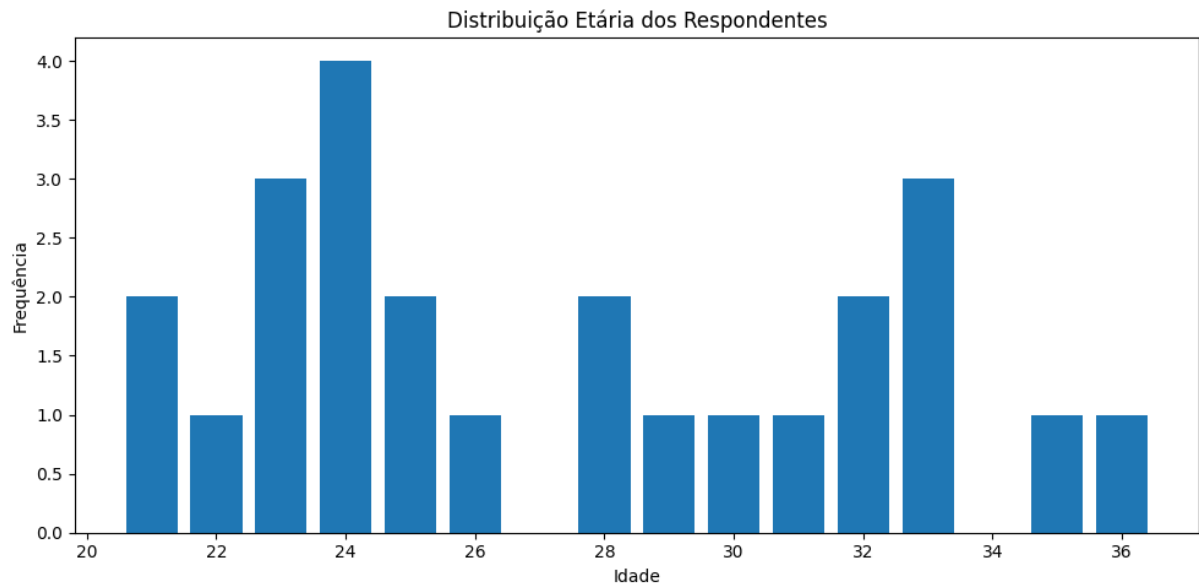


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Sobre a distribuição etária mostra que a maior parte dos participantes tem entre 21 e 35 anos, com maior concentração nas idades de 23, 24 e 33 anos. Esse perfil, formado principalmente por adultos jovens, costuma valorizar oportunidades claras de

crescimento, feedback frequente e um ambiente de trabalho que favoreça aprendizado e autonomia.

Figura 3 – Distribuição etária



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

As questões revelam, de forma consistente, que a percepção dos colaboradores sobre os aspectos abordados na pesquisa são fatores determinantes. As médias das respostas situam-se entre 3,48 e 4,72 em uma escala de 1 a 5. Além da média elevada, a mediana também permanece acima de 4 em quase todas as questões, o que indica que a maior parte das respostas se concentra nos níveis mais altos da escala. Evidenciando três pilares: condições de trabalho, liderança e reconhecimento.

Os respondentes compartilham avaliações semelhantes, não havendo grandes discrepâncias ou grupos polarizados dentro da amostra. Esse comportamento estatístico sugere ainda que a motivação não é influenciada por fatores isolados ou experiências individuais, mas por elementos estruturais presentes no cotidiano de trabalho.

As perguntas relacionadas à infraestrutura, aos recursos disponíveis e ao ambiente físico registraram algumas das maiores médias de impacto na motivação, alinhando-se aos princípios da Teoria dos Dois Fatores (Herzberg, 1968) a qual evidencia que condições de trabalho adequadas funcionam como fatores de higiene que sustentam a satisfação e evitam a insatisfação dos colaboradores. Esse padrão reflete um ambiente de trabalho que consegue oferecer condições adequadas para o desempenho das atividades, reforça a ideia de que as condições de trabalho influenciam diretamente a motivação e o

desempenho, ou seja, satisfazer condições básicas de segurança e conforto permite construir níveis mais elevados de motivação, apontando assim a infraestrutura como fator de sustentação da motivação, ainda que não seja seu principal motor.

Ainda sobre as perguntas relacionadas à estrutura, observa-se que as condições de trabalho fomentam também o sentimento de pertencimento, estima e autorrealização, dialogando assim com a abordagem da Hierarquia das Necessidades de Maslow. Nesse sentido, as condições materiais aparecem como um pilar sólido, tendendo a reduzir frustrações e favorecendo o engajamento.

As questões relacionadas ao apoio da liderança, clareza de orientação e reconhecimento por desempenho também apresentam médias elevadas. Essa oscilação indica que a liderança tem influência direta sobre a motivação, mas sua percepção pode variar entre áreas ou equipes. Apesar das diferenças observadas, o padrão geral aponta que o apoio fornecido pelos líderes exerce papel fundamental na motivação dos colaboradores, promovendo maior engajamento e comprometimento com as atividades organizacionais, logo a oportunidade de feedbacks contínuos e a percepção de abertura para diálogo contribuem para elevar os indicadores ligados ao engajamento emocional.

É importante destacar que essa leve heterogeneidade nas respostas demonstra que a liderança exerce papel sensível dentro do clima motivacional, podendo potencializá-lo ou, eventualmente, fragilizá-lo. Evidenciando o que dizem a teoria da Autodeterminação (Deci & Ryan 1985), que por sua vez, destaca que relacionamentos positivos com líderes satisfazem a necessidade psicológica de conexão, estimulando engajamento e iniciativa, e também a teoria da Liderança Situacional (Hersey e Blanchard 1969/1977), que evidencia que líderes capazes de ajustar seu estilo às necessidades da equipe potencializam o desempenho e fortalecem o clima organizacional.

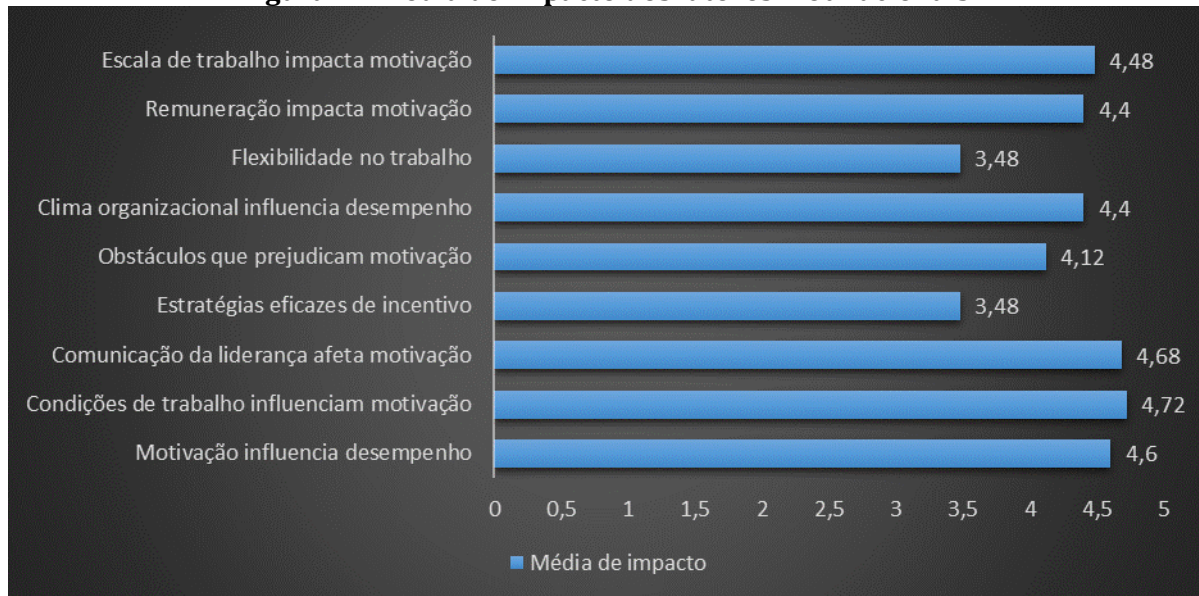
As variáveis relacionadas à comunicação apresentam média de 4,72, o resultado sugere que a comunicação interna é percebida como essencial, ainda que não seja o ponto chave. Nas respostas abertas, alguns colaboradores destacam que a existência de ruídos entre setores prejudica e impacta negativamente na clareza das informações transmitidas. Esses relatos ajudam a contextualizar a variação estatística encontrada, indicando que o processo comunicacional exige precisão e pontualidade para reforçar a fluidez e o alinhamento entre as equipes, promovendo maior engajamento e fortalecendo a motivação dos colaboradores.

Um ponto que merece atenção especial na análise qualitativa diz respeito às expectativas de desenvolvimento profissional expressas pelos participantes. Embora as questões fechadas não tenham indicado insatisfação explícita quanto às oportunidades de crescimento, os relatos abertos revelam um movimento significativo: o desejo por progressão na carreira, acesso a treinamentos e participação em processos estruturados de capacitação aparece como uma constante. Essa busca por evolução não se restringe à aspiração individual, mas reflete uma tendência presente no mercado de trabalho contemporâneo, especialmente entre profissionais mais jovens, incluindo um volume crescente pertencente à Geração Z.

Os estudos sobre comportamento organizacional apontam que essa geração, já amplamente inserida nas empresas, tende a valorizar trajetórias profissionais dinâmicas, possibilidade de aprendizado contínuo e ambientes que ofereçam desafios reais. Para esse grupo, o desenvolvimento profissional não é apenas desejável, é um critério de permanência. Em outras palavras, a ausência de progressão percebida funciona como gatilho para a mobilidade, contribuindo diretamente para o aumento das taxas de turnover.

Esse fenômeno dialoga com o padrão observado nos dados da pesquisa: Além da satisfação com o ambiente e com a liderança, o estímulo motivacional está fortemente condicionado à sensação de evolução futura, de acordo com os respondentes. Sobre o tempo médio de permanência em empregos anteriores aponta que a resposta mais frequente foi de 3 anos. Esse dado funciona como um indicativo importante: ele sugere que, caso a organização não ofereça caminhos de desenvolvimento, parte dos colaboradores pode reavaliar sua permanência após um ciclo semelhante, ou seja, a continuidade do colaborador e seu engajamento está condicionado à existência de mecanismos estruturados de evolução profissional.

Figura 4 – Média de impacto dos fatores motivacionais



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A análise evidencia ainda padrões claros em relação aos elementos que influenciam a motivação. Entre os aspectos mais citados, a remuneração se destaca como tema predominante, refletindo uma preocupação recorrente com a valorização financeira no ambiente de trabalho. Essa percepção reforça a importância de políticas salariais justas e transparentes para sustentar a motivação intrínseca e extrínseca. Outro ponto relevante é a sobrecarga de trabalho, que surge como um fator constante de desmotivação. As respostas indicam que, mesmo quando as tarefas são bem distribuídas, a intensidade da demanda impacta diretamente no engajamento e na satisfação dos colaboradores. A gestão de folgas e a organização da escala também se apresentam como elementos marcantes, mostrando que a previsibilidade e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal influenciam de forma significativa a disposição para colaborar e o bem-estar geral da equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar como a motivação individual influencia a motivação coletiva no ambiente corporativo, identificando os fatores que mais contribuem para o engajamento dos colaboradores. Os resultados revelam que condições de trabalho adequadas, apoio da liderança, reconhecimento profissional e comunicação interna clara são percebidos como altamente importantes, apresentando médias elevadas

e baixa dispersão nas respostas. Esses achados demonstram que existe um consenso entre os participantes sobre os elementos que sustentam a motivação individual, e que tais fatores, quando integrados, fortalecem também a motivação coletiva, refletindo diretamente no clima organizacional.

A análise qualitativa evidenciou que, além dos fatores estruturais, as expectativas de desenvolvimento profissional assumem papel central na motivação, especialmente entre colaboradores mais jovens, como os pertencentes à Geração Z. Essa demanda por crescimento, treinamentos e progressão na carreira reforça a importância de práticas de gestão que estimulem aprendizado contínuo e ofereçam perspectivas reais de evolução. A comunicação interna também se mostrou um ponto sensível: apesar de reconhecida como relevante, sua inconsistência pode gerar ruídos entre setores, prejudicando alinhamento e engajamento.

De modo geral, o estudo indica que a motivação coletiva resulta da convergência entre satisfação individual, relações de qualidade e coerência nas práticas organizacionais. Motivar equipes, portanto, vai além da oferta de infraestrutura: envolve compreender o que os colaboradores valorizam, ajustar processos internos e promover um ambiente que estimule pertencimento e propósito.

Como limitações, destaca-se a aplicação da pesquisa em apenas uma organização, o que restringe a generalização dos achados. Recomenda-se que estudos futuros ampliem a amostra e explorem diferentes segmentos corporativos, aprofundando a relação entre motivação individual, desempenho de equipes e práticas de gestão.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Programa 8S: da alta administração à linha de produção: o que fazer para aumentar o lucro? O combate aos desperdícios nas empresas, protegendo o meio ambiente e facilitando o desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

COSTA, W. S.; SILVA, P. R. **Gestão de pessoas e desenvolvimento de equipes.** Maringá: Unicesumar, 2023.

DA REDAÇÃO. Geração Z: 54% dos jovens buscam empregos ativamente, mesmo empregados. **Isto é dinheiro**, São Paulo, 10 out. 2025. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/geracao-z-54-dos-jovens-empregos-ativamente>. Acesso em: 30 out. 2025.

DECI, Edward L.; RYAN, Richard M. **Intrinsic motivation and self-determination in human behavior**. New York: Plenum Press, 1985.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. São Paulo: Atlas, 1989.

HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth H. **Management of organizational behavior: utilizing human resources**. 3. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1977.

HERZBERG, Frederick. **The motivation to work**. New York: John Wiley, 1959.

HERZBERG, Frederick **Work and the Nature of Man**. Cleveland: World Publishing, 1966.

MASLOW, Abraham. **Motivação e personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MAYO, Elton. **Problemas humanos de uma civilização industrial**. São Paulo: Atlas, 1967.

MCGREGOR, Douglas. **O lado humano da empresa**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PINK, Daniel H. **Motivação 3.0 – drive: a surpreendente verdade sobre o que realmente nos motiva**. Tradução de Ivo Korytowski. 1. ed. São Paulo: Sextante, 2019.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 16. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A. **Comportamento organizacional**. 18. ed. São Paulo: Pearson, 2019.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da Administração Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

Capítulo 2
SISTEMAS ENERGÉTICOS E GOVERNANÇA: ANÁLISE
CRÍTICA DAS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS,
REGULATÓRIAS E POLÍTICAS NA TRANSIÇÃO PARA A
SUSTENTABILIDADE
Joelson Lopes da Paixão

SISTEMAS ENERGÉTICOS E GOVERNANÇA: ANÁLISE CRÍTICA DAS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS, REGULATÓRIAS E POLÍTICAS NA TRANSIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Joelson Lopes da Paixão

Doutorando e Mestre em Engenharia Elétrica. Especialista em áreas da Educação e relacionadas à Engenharia Elétrica. Bacharel em Engenharia Elétrica, licenciado em Matemática, Física, Pedagogia e em Formação de professores para a EPT. Foi aluno de IC, atuou como professor na EBT e participou de vários projetos de P&D. Atualmente, é pesquisador e doutorando em Engenharia Elétrica. E-mail: joelson.paixao@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6907289379766915> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8874-5151>

RESUMO

Os sistemas energéticos e a governança constituem dimensões indissociáveis no contexto contemporâneo, especialmente diante da crescente complexidade técnica, econômica e política que caracteriza a produção, a distribuição e o consumo de energia. O problema que orienta este estudo reside na dificuldade de articular modelos de governança capazes de responder, de forma democrática, eficiente e sustentável, aos desafios impostos pela transição energética, pela diversificação das matrizes e pela intensificação das demandas sociais e ambientais. O objetivo geral consiste em analisar criticamente a relação entre sistemas energéticos e governança, considerando os arranjos institucionais, regulatórios e políticos que condicionam o desempenho e a sustentabilidade desses sistemas. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com análise crítica de produções científicas, além de relatórios institucionais, acordos internacionais e marcos regulatórios do setor energético. Os resultados indicam que modelos de governança fragmentados, centralizados ou excessivamente tecnocráticos tendem a comprometer a eficiência, a equidade e a sustentabilidade dos sistemas energéticos. Conclui-se que o fortalecimento da governança energética exige abordagens sistêmicas, integradas e participativas, capazes de articular inovação tecnológica, regulação adaptativa, justiça socioambiental e responsabilidade pública, reafirmando a energia como bem estratégico e elemento central do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Sistemas energéticos. Governança. Política energética. Sustentabilidade. Transição energética.

ABSTRACT

Energy systems and governance constitute inseparable dimensions in the contemporary context, especially given the increasing technical, economic, and political complexity that characterizes energy production, distribution, and consumption. The problem guiding this study lies in the difficulty of articulating governance models capable of responding democratically, efficiently, and sustainably to the challenges posed by the energy transition, matrix diversification, and the intensification of social and environmental demands. The general objective is to critically analyze the relationship between energy systems and governance, considering the institutional, regulatory, and political arrangements that condition the performance and sustainability of these systems. Methodologically, a qualitative approach is adopted, of a bibliographic and documentary nature, with critical analysis of scientific productions, in addition to institutional reports, international agreements, and regulatory frameworks for the energy sector. The results indicate that fragmented, centralized, or excessively technocratic governance models tend to compromise the efficiency, equity, and sustainability of energy systems. It is concluded that strengthening energy governance requires systemic, integrated, and participatory approaches capable of articulating technological innovation, adaptive regulation, socio-environmental justice, and public responsibility, reaffirming energy as a strategic asset and central element of sustainable development.

Keywords: Energy systems. Governance. Energy policy. Sustainability. Energy transition.

1. INTRODUÇÃO

Os sistemas energéticos ocupam posição central nas sociedades contemporâneas, constituindo a base material sobre a qual se estruturam as atividades econômicas, os serviços públicos, a vida urbana e os processos produtivos. Ao mesmo tempo, tais sistemas tornaram-se progressivamente mais complexos, em razão da diversificação das fontes de energia, da incorporação de tecnologias digitais, da ampliação das interconexões regionais e da crescente pressão por sustentabilidade ambiental e justiça social. Nesse contexto, a governança dos sistemas energéticos emerge como elemento estratégico para compreender como decisões são tomadas, interesses são articulados e conflitos são mediados no setor energético.

A integração de fontes renováveis, a descentralização da geração por meio de sistemas de microgeração e geração distribuída, e o advento de tecnologias disruptivas como redes elétricas inteligentes e veículos elétricos têm reconfigurado profundamente a arquitetura técnica e institucional dos sistemas energéticos (PAIXÃO; ABAIDE, 2025a).

Essa transformação não se limita à dimensão tecnológica, mas abrange aspectos regulatórios, econômicos e sociais que demandam novos arranjos de governança.

Historicamente, a governança energética esteve associada a modelos centralizados, fortemente controlados pelo Estado ou por grandes corporações, com limitada participação social e pouca transparência nos processos decisórios. Contudo, a intensificação das crises ambientais, a instabilidade dos mercados energéticos e a necessidade de transição para matrizes mais limpas evidenciaram os limites desses modelos tradicionais. Conforme destaca Goldthau (2017, p. 14), "a governança energética tornou-se um desafio global", exigindo arranjos institucionais capazes de lidar com riscos, incertezas e interdependências crescentes.

A problematização central deste estudo decorre da constatação de que os desafios contemporâneos dos sistemas energéticos não são apenas técnicos, mas profundamente políticos e institucionais. A expansão das energias renováveis, a descentralização da geração, a digitalização das redes e a emergência de novos atores no setor energético tensionam estruturas regulatórias concebidas para sistemas mais simples e estáveis. A implementação de infraestruturas como microrredes para recarga de veículos elétricos em rodovias exemplifica a complexidade dessas transformações, demandando coordenação entre múltiplos níveis de governança e integração de políticas energéticas, ambientais e de mobilidade (PAIXÃO; ABAIDE; SAUSEN, 2023). Diante desse cenário, formula-se a seguinte pergunta norteadora: de que modo os modelos de governança influenciam o funcionamento, a sustentabilidade e a legitimidade dos sistemas energéticos contemporâneos?

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar criticamente a relação entre sistemas energéticos e governança, considerando os arranjos institucionais, regulatórios e políticos que moldam a organização do setor energético. Como objetivos específicos, busca-se: analisar conceitos e abordagens teóricas sobre governança energética; compreender os desafios institucionais da transição energética; discutir o papel do Estado, do mercado e da sociedade civil na governança dos sistemas energéticos; e examinar as implicações da governança para a sustentabilidade, a equidade e a segurança energética.

A relevância deste estudo justifica-se pela centralidade da energia nos debates sobre desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e justiça social. A compreensão crítica da governança energética contribui para subsidiar políticas públicas mais eficazes,

transparentes e democráticas, além de ampliar o debate acadêmico sobre os limites e possibilidades dos atuais modelos de gestão do setor energético. A experiência brasileira em projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados à mobilidade elétrica e integração de fontes renováveis demonstra a necessidade de frameworks de governança que articulem inovação tecnológica, viabilidade econômica e sustentabilidade socioambiental (PAIXÃO; DANIELSSON; ABAIDE; SAUSEN, 2025).

Do ponto de vista teórico, o artigo dialoga com autores contemporâneos da economia política da energia, dos estudos de governança e das políticas públicas, articulando contribuições nacionais e internacionais. A perspectiva adotada compreende os sistemas energéticos como sistemas sociotécnicos complexos, nos quais decisões técnicas são indissociáveis de disputas políticas, interesses econômicos e valores sociais. Assim, esta introdução delineia o percurso analítico que será aprofundado no referencial teórico, estabelecendo bases conceituais sólidas para a discussão proposta.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A análise dos sistemas energéticos sob a perspectiva da governança exige o reconhecimento de que a energia não é apenas um recurso técnico, mas um objeto político e institucional profundamente imbricado nas estruturas de poder; conforme afirma Goldthau (2017, p. 18), "a governança energética envolve escolhas políticas sobre quem decide, como decide e em benefício de quem", concepção que se articula com análises indiretas de Sovacool (2021), ao destacar as dimensões distributivas e normativas da política energética; a análise autoral indica que compreender a governança energética implica deslocar o foco da eficiência técnica para os processos decisórios e suas implicações sociais.

Os sistemas energéticos contemporâneos caracterizam-se por elevada complexidade, resultante da diversificação das fontes, da interconexão de redes e da multiplicação de atores; Florini e Sovacool (2019, p. 42) afirmam que "a governança energética tornou-se multinível e policêntrica", argumento corroborado indiretamente por estudos de IEA (2022); a interpretação crítica desses aportes evidencia que modelos hierárquicos e centralizados mostram-se insuficientes para lidar com a dinâmica atual do setor energético. A experiência empírica com implementação de sistemas fotovoltaicos e

microrredes reforça a necessidade de arranjos institucionais flexíveis e adaptativos (PAIXÃO; ABAIDE, 2021).

A transição energética constitui um dos principais vetores de transformação da governança dos sistemas energéticos; conforme afirma Meadowcroft (2015, p. 23), "transições energéticas são processos profundamente políticos", ideia reforçada indiretamente por análises de Geels (2018); a análise autoral demonstra que a mudança para matrizes mais limpas exige coordenação institucional, estabilidade regulatória e mecanismos de participação social, sob pena de gerar conflitos e resistências. A integração de energias renováveis com sistemas de armazenamento e infraestruturas de mobilidade elétrica exemplifica a complexidade dessas transições, demandando abordagens sistêmicas de planejamento e gestão energética (PAIXÃO; SAUSEN; ABAIDE, 2024a).

O papel do Estado na governança energética permanece central, embora reconfigurado; Ahlborg et al. (2019, p. 91) afirmam que "o Estado atua como regulador, facilitador e mediador", concepção articulada indiretamente por estudos de Ribeiro et al. (2020); a interpretação crítica evidencia que a retração ou captura do Estado por interesses privados compromete a capacidade de orientar os sistemas energéticos para objetivos públicos de longo prazo. Estudos sobre implementação de estações de recarga para veículos elétricos demonstram que o Estado desempenha papel fundamental não apenas na regulação, mas também na indução de investimentos e na articulação de diferentes stakeholders (PAIXÃO; ABAIDE, 2023).

A governança energética também é atravessada por disputas entre mercado e interesse público; conforme alerta Jessop (2016, p. 67), "a governança econômica reflete relações de poder", ideia que se articula com análises indiretas de Frigotto (2017); a análise autoral indica que a mercantilização excessiva da energia tende a priorizar eficiência econômica em detrimento da equidade e da sustentabilidade. A análise de viabilidade econômica de microrredes voltadas às recargas de veículos elétricos evidencia tensões entre rentabilidade financeira e objetivos de descarbonização e universalização do acesso (PAIXÃO; ABAIDE; SILVA, 2023).

No plano internacional, a governança dos sistemas energéticos assume caráter transnacional; a IRENA (2019, p. 45) afirma que "a transição energética requer cooperação internacional", argumento corroborado indiretamente por relatórios da ONU (2015); a interpretação crítica aponta que assimetrias entre países e regiões influenciam profundamente a capacidade de implementar políticas energéticas sustentáveis.

Autores clássicos da economia política contribuem para aprofundar a análise; Polanyi (2000, p. 76) afirma que "os mercados são construções institucionais", concepção retomada indiretamente por Goldthau (2017); a análise autoral evidencia que os sistemas energéticos são moldados por escolhas institucionais, e não por leis naturais do mercado.

A dimensão tecnológica da governança energética também merece atenção, considerando que inovações como redes inteligentes, sistemas de armazenamento e tecnologias de gerenciamento energético redefinem as possibilidades de organização do setor. A transformação digital dos sistemas elétricos, com a incorporação de Internet das Coisas, inteligência artificial e comunicação em tempo real, cria novas oportunidades para descentralização e participação dos consumidores, mas também novos desafios regulatórios e de segurança cibernética (PAIXÃO, 2026).

Por fim, a literatura converge ao afirmar que a governança dos sistemas energéticos deve ser compreendida como processo contínuo, adaptativo e socialmente situado; Sovacool (2021, p. 119) afirma que "não há solução técnica sem governança legítima", ideia reforçada indiretamente por Florini e Sovacool (2019); a análise crítica conclui que o fortalecimento da governança energética exige transparência, participação social, coordenação institucional e compromisso com a justiça socioambiental, reafirmando a energia como bem estratégico e direito coletivo no contexto do desenvolvimento sustentável.

3. METODOLOGIA

O percurso metodológico deste estudo foi delineado a partir da compreensão de que a governança dos sistemas energéticos constitui um fenômeno sociotécnico complexo, no qual decisões técnicas, arranjos institucionais, disputas políticas e interesses econômicos se entrelaçam de forma dinâmica. Tal complexidade exige uma abordagem investigativa capaz de apreender não apenas os aspectos operacionais dos sistemas energéticos, mas, sobretudo, os processos decisórios que os estruturam e condicionam. Nesse sentido, a metodologia adotada expressa uma opção epistemológica comprometida com a análise crítica da realidade, conforme assinala Gil (2019, p. 17), ao afirmar que o método científico orienta a construção do conhecimento e a interpretação dos fenômenos sociais.

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por privilegiar a compreensão aprofundada de conceitos, modelos de governança, discursos institucionais e políticas públicas relacionadas aos sistemas energéticos. Essa escolha fundamenta-se na premissa de que a governança energética não pode ser adequadamente analisada por meio de indicadores quantitativos isolados, uma vez que envolve valores, interesses, conflitos e assimetrias de poder. Vergara (2016, p. 43) sustenta que a pesquisa qualitativa possibilita captar significados e contradições presentes em fenômenos complexos, justificando sua adoção neste estudo.

No que se refere à abordagem, optou-se por uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento e na análise crítica de livros, artigos científicos e estudos publicados até 2026, período marcado pela intensificação dos debates sobre transição energética, governança multinível e sustentabilidade. Segundo Gil (2019, p. 44), a pesquisa bibliográfica é fundamental para mapear o estado do conhecimento sobre determinado tema, permitindo identificar convergências, divergências e lacunas teóricas. Complementarmente, a pesquisa documental recorreu a relatórios de organismos internacionais, acordos multilaterais, legislações e marcos regulatórios do setor energético, entendidos como fontes primárias que expressam diretrizes políticas e institucionais. Lakatos e Marconi (2021, p. 174) destacam que documentos oficiais constituem registros essenciais para a compreensão das intenções e estratégias do poder público.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório e descritivo, com dimensão explicativa. É exploratória por buscar aprofundar a compreensão crítica da governança dos sistemas energéticos, temática marcada por complexidade conceitual e múltiplas abordagens analíticas. Lakatos e Marconi (2021, p. 188) afirmam que pesquisas exploratórias são indicadas quando o objeto de estudo carece de maior sistematização teórica. Simultaneamente, apresenta caráter descritivo ao analisar modelos de governança, arranjos institucionais e dinâmicas decisórias do setor energético, conforme definição de Gil (2019, p. 28). O viés explicativo manifesta-se na interpretação das causas estruturais que condicionam os desafios e limitações da governança energética, em consonância com Vergara (2016, p. 45).

Para o tratamento e a interpretação dos dados, adotou-se a análise de conteúdo, em perspectiva qualitativa, por sua adequação à investigação de sentidos e recorrências presentes em textos científicos e documentos normativos. Vergara (2016, p. 61) aponta

que essa técnica permite organizar e interpretar dados textuais de forma sistemática e crítica. O processo analítico seguiu as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação, conforme orientam Lakatos e Marconi (2021, p. 213), garantindo rigor formal e coerência epistemológica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus bibliográfico e documental revelou, como primeiro resultado central, que os sistemas energéticos contemporâneos não podem ser compreendidos dissociados dos modelos de governança que os estruturam; conforme afirma Goldthau (2017, p. 18), "a governança energética define quem controla os fluxos de energia e em benefício de quais interesses", constatação que se articula com análises indiretas de Sovacool (2021), ao enfatizar as dimensões distributivas da política energética; a interpretação desses achados evidencia que a eficiência técnica dos sistemas energéticos depende diretamente da legitimidade e da qualidade de seus arranjos institucionais.

Outro resultado relevante refere-se à crescente complexidade dos sistemas energéticos, impulsionada pela diversificação das matrizes, pela descentralização da geração e pela integração de tecnologias digitais; Florini e Sovacool (2019, p. 42) afirmam que "a governança energética tornou-se policêntrica", argumento corroborado indiretamente por relatórios da IEA (2022); a análise autoral indica que modelos hierárquicos e excessivamente centralizados mostram-se inadequados para lidar com essa complexidade, gerando ineficiências e conflitos regulatórios. A experiência brasileira com implementação de microrredes para recarga de veículos elétricos ilustra essas dificuldades, evidenciando a necessidade de coordenação entre políticas de energia, mobilidade e desenvolvimento urbano (PAIXÃO; ABAIDE; SAUSEN, 2023).

Os dados analisados evidenciam que a transição energética constitui um dos principais fatores de pressão sobre os modelos tradicionais de governança; Meadowcroft (2015, p. 23) afirma que "transições energéticas são processos profundamente políticos", ideia articulada indiretamente por Geels (2018); a interpretação crítica aponta que a mudança para matrizes mais limpas exige coordenação institucional, estabilidade regulatória e mecanismos de participação social, sem os quais a transição tende a enfrentar resistências e desigualdades. Estudos sobre integração de fontes renováveis com sistemas de armazenamento demonstram que a viabilidade técnica dessas soluções

depende fundamentalmente de marcos regulatórios adequados e incentivos econômicos consistentes (PAIXÃO; SAUSEN; ABAIDE, 2024a).

A análise revelou, ainda, que o papel do Estado na governança energética permanece central, embora reconfigurado; Ahlborg et al. (2019, p. 91) afirmam que "o Estado atua simultaneamente como regulador e facilitador", argumento corroborado indiretamente por estudos de Ribeiro et al. (2020); a análise autoral demonstra que a retração do Estado ou sua captura por interesses privados compromete a capacidade de orientar os sistemas energéticos para objetivos públicos de longo prazo, como sustentabilidade e segurança energética. A experiência com projetos de pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico brasileiro evidencia que a atuação estatal é fundamental para articular inovação tecnológica, desenvolvimento industrial e objetivos de política energética (PAIXÃO; ABAIDE, 2021).

No que se refere à participação do mercado, os resultados indicam que a liberalização e a privatização dos sistemas energéticos produziram efeitos ambíguos; Jessop (2016, p. 67) alerta que "a governança econômica reflete relações de poder", concepção reforçada indiretamente por Frigotto (2017); a interpretação crítica evidencia que a predominância de critérios de rentabilidade pode comprometer a equidade no acesso à energia e a universalização dos serviços. Análises de viabilidade econômica de infraestruturas de recarga para veículos elétricos demonstram tensões entre objetivos de retorno financeiro e metas de descarbonização (PAIXÃO; ABAIDE; SILVA, 2023).

A literatura analisada aponta que a governança energética é atravessada por desafios de justiça social e ambiental; Sovacool (2021, p. 119) afirma que "a transição energética pode reproduzir desigualdades", argumento articulado indiretamente por estudos da ONU (2015); a análise autoral indica que modelos de governança que ignoram assimetrias sociais tendem a aprofundar exclusões, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

No plano internacional, os resultados evidenciam que a governança dos sistemas energéticos assume caráter multinível; IRENA (2019, p. 45) afirma que "a cooperação internacional é condição para a transição energética", ideia reforçada indiretamente por Goldthau (2017); a interpretação crítica aponta que assimetrias entre países condicionam a capacidade de implementar políticas energéticas sustentáveis, revelando limites da governança global.

Autores clássicos da economia política contribuem para aprofundar a análise; Polanyi (2000, p. 76) afirma que "os mercados são construções institucionais", concepção retomada indiretamente por Jessop (2016); a análise autoral evidencia que os sistemas energéticos não seguem uma lógica puramente técnica ou econômica, mas são moldados por escolhas políticas e institucionais.

A análise do corpus também revelou que a fragmentação institucional constitui obstáculo recorrente à governança energética; conforme destaca Florini e Sovacool (2019, p. 58), "a falta de coordenação entre instituições gera ineficiências", argumento corroborado indiretamente por relatórios da IEA (2022); a interpretação crítica indica que a ausência de integração entre políticas energéticas, ambientais e industriais compromete a coerência das estratégias adotadas. A implementação de infraestruturas complexas como microrredes híbridas com fontes renováveis e sistemas de armazenamento evidencia a necessidade de abordagens integradas que articulem planejamento energético, regulação técnica e políticas de incentivo (PAIXÃO; DANIELSSON; ABAIDE; SAUSEN, 2025).

Por fim, os resultados indicam que a governança dos sistemas energéticos deve ser compreendida como processo contínuo, adaptativo e socialmente situado; Sovacool (2021, p. 132) afirma que "não há solução técnica sem governança legítima", ideia reforçada indiretamente por Meadowcroft (2015); a análise autoral conclui que o fortalecimento da governança energética exige transparência, participação social, coordenação institucional e compromisso com a justiça socioambiental, reafirmando a energia como bem estratégico e direito coletivo no contexto do desenvolvimento sustentável.

5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu alcançar plenamente o objetivo geral de examinar criticamente a relação entre sistemas energéticos e governança, evidenciando que a organização, o desempenho e a sustentabilidade desses sistemas não dependem apenas de soluções técnicas, mas, fundamentalmente, dos arranjos institucionais, políticos e regulatórios que os estruturam. Os resultados confirmam que a energia, enquanto infraestrutura estratégica, é inseparável das formas

de governança que definem quem decide, como decide e em benefício de quais interesses, revelando a centralidade do poder político e institucional no setor energético.

Os objetivos específicos foram atendidos na medida em que se analisaram as principais abordagens teóricas sobre governança energética, se compreenderam os desafios institucionais associados à transição energética, se discutiu o papel do Estado, do mercado e da sociedade civil na organização dos sistemas energéticos e se examinaram as implicações desses modelos para a sustentabilidade, a equidade e a segurança energética. A articulação entre literatura científica e documentos institucionais revelou que modelos de governança excessivamente centralizados, fragmentados ou orientados exclusivamente por critérios de mercado tendem a comprometer a capacidade dos sistemas energéticos de responder aos desafios contemporâneos.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao reafirmar que os sistemas energéticos devem ser compreendidos como sistemas sociotécnicos complexos, nos quais decisões técnicas são atravessadas por disputas políticas, interesses econômicos e valores sociais. Ao dialogar com autores da economia política da energia e dos estudos de governança, a pesquisa evidencia que a transição energética não é um processo neutro ou meramente tecnológico, mas um campo de conflitos distributivos, no qual se definem custos, benefícios e responsabilidades sociais. Nesse sentido, a governança emerge como elemento-chave para assegurar legitimidade, transparência e justiça nos processos decisórios.

No plano empírico-analítico, os resultados indicam que a crescente complexidade dos sistemas energéticos — marcada pela diversificação das matrizes, pela descentralização da geração e pela digitalização das redes — tensiona estruturas regulatórias concebidas para contextos mais simples e estáveis. A ausência de coordenação entre políticas energéticas, ambientais e industriais mostrou-se um dos principais entraves à governança eficaz, gerando sobreposições institucionais, insegurança regulatória e conflitos de competência. Tal constatação reforça a necessidade de abordagens integradas e multinível, capazes de articular diferentes escalas de decisão e múltiplos atores. A experiência brasileira com implementação de infraestruturas de mobilidade elétrica, incluindo microrredes híbridas e estações de recarga rápida, ilustra tanto os desafios quanto as oportunidades dessas transformações, demonstrando que soluções técnicas inovadoras demandam marcos regulatórios adaptativos e arranjos institucionais flexíveis.

A análise também evidenciou que o papel do Estado permanece central na governança dos sistemas energéticos, ainda que reconfigurado. Longe de atuar apenas como regulador, o Estado assume funções de planejador, mediador de interesses e indutor da transição energética. Contudo, os achados indicam que a retração do Estado ou sua captura por interesses privados compromete a orientação dos sistemas energéticos para objetivos públicos de longo prazo, como universalização do acesso, sustentabilidade ambiental e segurança energética. A governança energética, portanto, exige um Estado forte, transparente e tecnicamente capacitado, capaz de equilibrar eficiência econômica e justiça social.

No que se refere à participação do mercado, os resultados revelam ambivalências. Embora mecanismos de mercado possam contribuir para ganhos de eficiência e inovação, sua predominância sem contrapesos institucionais tende a priorizar rentabilidade em detrimento da equidade e da sustentabilidade. A análise crítica demonstrou que a mercantilização excessiva da energia pode aprofundar desigualdades no acesso e fragilizar a provisão de serviços essenciais, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, a governança energética deve incorporar mecanismos de regulação e controle social que assegurem o caráter público e estratégico da energia.

Outro aspecto relevante diz respeito à justiça socioambiental. Os resultados indicam que a transição energética, quando conduzida sem atenção às desigualdades sociais e territoriais, pode reproduzir ou intensificar exclusões. A governança dos sistemas energéticos, nesse sentido, deve incorporar princípios de justiça distributiva e participação social, garantindo que os benefícios da transição sejam compartilhados de forma equitativa e que comunidades afetadas por empreendimentos energéticos tenham voz nos processos decisórios.

Reconhecem-se, contudo, limitações inerentes à natureza bibliográfica e documental da pesquisa, que não permite a análise empírica direta de casos específicos de governança energética em contextos nacionais ou regionais. Tal limitação aponta caminhos promissores para pesquisas futuras, especialmente estudos empíricos comparativos que investiguem arranjos institucionais, experiências participativas e impactos sociais da governança energética em diferentes realidades. Adicionalmente, sugere-se o aprofundamento de investigações sobre o papel das tecnologias digitais na

reconfiguração da governança energética, incluindo aspectos de segurança cibernética, proteção de dados e equidade no acesso a serviços digitalizados.

Conclui-se, portanto, que os sistemas energéticos e a governança constituem um campo estratégico para o desenvolvimento sustentável. O fortalecimento da governança energética exige abordagens sistêmicas, integradas e democráticas, capazes de articular inovação tecnológica, regulação adaptativa, justiça socioambiental e responsabilidade pública. Mais do que gerir recursos, governar a energia significa decidir coletivamente os rumos do desenvolvimento, reafirmando a energia como bem estratégico e direito coletivo no século XXI.

REFERÊNCIAS

AHLBORG, Helene et al. Governing sustainability transitions in the energy sector. **Energy Research & Social Science**, v. 49, p. 61-73, 2019.

FLORINI, Ann; SOVACOO, Benjamin K. **Who governs energy?** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GEELS, Frank W. Socio-technical transitions to sustainability. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 27, p. 1-17, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOLDTHAU, Andreas. **The handbook of global energy policy**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World energy outlook 2022**. Paris: IEA, 2022.

IRENA – INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY. **Global energy transformation: a roadmap to 2050**. Abu Dhabi: IRENA, 2019.

JESSOP, Bob. **The state: past, present, future**. Cambridge: Polity Press, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MEADOWCROFT, James. What about the politics? **Energy Research & Social Science**, v. 1, p. 21-26, 2015.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

PAIXÃO, Joelson Lopes da. Inovação tecnológica em redes elétricas: avanços, desafios e perspectivas na era das smart grids e da descentralização energética. **Revista Tópicos**, v. 4, p. 1-23, 2026.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; ABAIDE, Alzenira da Rosa. Análise do impacto da microgeração fotovoltaica na rede de distribuição de energia elétrica. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, p. 2887-2911, 2021.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; ABAIDE, Alzenira da Rosa. Uma análise hierárquica para escolher o local de instalação de uma microrrede de carregamento rápido de VEs. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, p. 11906-11926, 2023.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; ABAIDE, Alzenira da Rosa. Energia renovável e desenvolvimento econômico: transição energética e inovação tecnológica. **Revista Tópicos**, v. 4, p. 1-24, 2025a.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; ABAIDE, Alzenira da Rosa; SILVA, Leonardo Nogueira Fontoura da. Metodologia para avaliar a viabilidade econômica de microrrede voltada às recargas de veículos elétricos em rodovias. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AUTOMAÇÃO INTELIGENTE / SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS ELÉTRICOS, 2023, Manaus. **Anais...** Manaus: SBAI/SBSE, 2023.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; ABAIDE, Alzenira da Rosa; SAUSEN, Jordan Passinato. EV charging microgrid: electrical and operation modeling of energy management. In: 27TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON ELECTRICITY DISTRIBUTION (CIRED 2023), 2023, Rome. **Proceedings...** London: IET, 2023. p. 2373-2376.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; DANIELSSON, Gabriel Henrique; ABAIDE, Alzenira da Rosa; SAUSEN, Jordan Passinato. Optimized strategy for energy management in an EV fast charging microgrid considering storage degradation. **Energies**, v. 18, p. 1060, 2025.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; SAUSEN, Jordan Passinato; ABAIDE, Alzenira da Rosa. Integração de energias renováveis e veículos elétricos: avanços em sustentabilidade energética e armazenamento. In: **Engenharia: o pilar do desenvolvimento energético** – Volume 1. [S.l.]: Editora Científica Digital, 2024a. p. 86-102.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIBEIRO, Wagner Costa et al. **Política energética e sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2020.

SOVACOOOL, Benjamin K. **Energy justice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Capítulo 3
O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DAS LUTAS POR UMA
EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES FORMATIVAS
PARA A COMUNIDADE CAMPESINA E, EM ESPECIAL PARA
AS MULHERES NO PERÍODO DE 1980 - 2000

Maria Alice França Dos Santos
Gislaine Aparecida Valadares Godoy

O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DAS LUTAS POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES FORMATIVAS PARA A COMUNIDADE CAMPESSINA E, EM ESPECIAL PARA AS MULHERES NO PERÍODO DE 1980 - 2000

Maria Alice França Dos Santos

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá/UEM,

ra126890@uem.br.

Gislaine Aparecida Valadares Godoy

Professora Adjunta do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá-

Campus Regional de Cianorte, gavgodoy@uem.br

RESUMO

O texto que segue, é fruto de uma pesquisa de iniciação científica, realizada durante a graduação em Pedagogia na Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional de Cianorte. O estudo analisou a atuação das mulheres, na criação e consolidação de escolas nos assentamentos da população originária dos movimentos sociais de luta pela terra, destacando o papel feminino, na transformação desses espaços em ambientes de emancipação e desenvolvimento comunitário. O período em análise foi entre os anos de 1980 a 2000, momento em se realizava a reforma agrária no Brasil e, quando surgiram os movimentos sociais que lutavam por uma reforma que distribuisse terras a população rural que teria sido 'engolida' pelos grandes proprietários de terras. A investigação baseou-se em autores como Caldart (2008) e Oliveira (2007), entre outros, utilizando para fins de análise, o materialismo dialético como metodologia, pois como destaca Pires (1997), esse método busca compreender a materialidade histórica da vida em sociedade e as leis fundamentais que estruturam a organização social ao longo da história; nos permitindo superar a separação entre sujeito e objeto de análise, possibilitando compreender a Educação do Campo não como um modelo imposto por uma lógica externa, mas como um processo formativo construído pelos próprios sujeitos do campo, tendo as mulheres como as principais agentes nesse processo. Como resultados da pesquisa, observamos que a educação, foi um elemento indispensável para a efetivação

da reforma agrária, para melhoria das condições de vida nas áreas rurais, evidenciando a interdependência entre educação e direitos sociais. Notou-se, ainda, que a atuação feminina foi fundamental na resistência contra as estruturas patriarcais, que dificultavam a participação das mulheres nas lutas sociais e educacionais; e na busca pela igualdade de gênero nos contextos rurais sendo um mecanismo para promover mudanças efetivas, tanto na educação, quanto nas questões agrárias.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Movimentos Sociais, Educação do Campo, Mulheres.

ABSTRACT

The following text is the result of a scientific initiation research project carried out during the undergraduate program in Pedagogy at the State University of Maringá (Universidade Estadual de Maringá – UEM), Regional Campus of Cianorte. The study analyzed the role of women in the creation and consolidation of schools within settlements formed by populations originating from social movements for land struggle, highlighting the female protagonism in transforming these spaces into environments of emancipation and community development.

The period analyzed spans from 1980 to 2000, a historical context marked by the process of agrarian reform in Brazil and the emergence of social movements that fought for land redistribution to rural populations historically marginalized by large landowners. The investigation was grounded in authors such as Caldart (2008) and Oliveira (2007), among others, and adopted dialectical materialism as its methodological approach. As emphasized by Pires (1997), this method seeks to understand the historical materiality of social life and the fundamental laws that structure social organization throughout history, allowing the overcoming of the separation between subject and object of analysis. This perspective enables the understanding of Rural Education (Educação do Campo) not as a model imposed by external logic, but as a formative process constructed by the subjects of the countryside themselves, with women as the main agents of this process.

The results indicate that education was an indispensable element for the implementation of agrarian reform and for the improvement of living conditions in rural areas, evidencing the interdependence between education and social rights. Furthermore, female participation proved to be fundamental in resisting patriarchal structures that hindered women's involvement in social and educational struggles, as well as in the pursuit of gender equality in rural contexts, functioning as a mechanism for promoting effective transformations in both educational and agrarian spheres.

Keywords: Agrarian Reform, Social Movements, Rural Education, Women.

INTRODUÇÃO

O período de 1980 a 2000 marcou uma fase de intensas mobilizações sociais e políticas relacionadas à reforma agrária no Brasil. Durante esse intervalo, destacou-se não apenas a luta pela redistribuição de terras, mas também as iniciativas para garantir direitos fundamentais, como o acesso à educação nas áreas rurais. Este estudo teve como objetivo geral, analisar o papel das mulheres na construção e consolidação de escolas no campo, explorando como suas ações foram fundamentais para transformar os

assentamentos de reforma agrária em espaços de emancipação e desenvolvimento comunitário. A partir das contribuições de autores, como Caldart (2008) e Oliveira (2007), buscou-se compreender como as mulheres camponesas, muitas vezes invisibilizadas nas narrativas tradicionais, participaram da luta por uma educação que respeitasse a realidade do campo. As iniciativas femininas não se limitaram à criação de escolas, mas abarcaram também a formulação de propostas pedagógicas que integrassem as vivências rurais ao processo educativo, inspiradas nas ideias de Paulo Freire sobre educação popular. O estudo explorou como as mulheres articularam demandas educacionais com a luta por justiça social e igualdade de gênero, enfrentando resistências tanto no contexto patriarcal do campo quanto nas políticas públicas que frequentemente negligenciam a população rural. Assim, o texto examina a importância da educação não apenas como um direito básico, mas como um instrumento de transformação social e política, destacando a centralidade das mulheres na construção desse legado.

A análise procurou evidenciar as contribuições das mulheres para a implementação de um modelo educacional inclusivo e comprometido com a formação crítica no campo, ressaltando o impacto de sua atuação para o fortalecimento dos assentamentos e para a democratização do acesso à educação no Brasil rural, durante um período determinado, no qual ocorreu a reforma agrária brasileira, isto é, entre os anos de 1980 a 2000.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico e dialético. Essa metodologia possibilita compreender as transformações sociais a partir das condições materiais de existência e das relações de produção, permitindo investigar as estruturas de opressão e as formas de resistência das mulheres camponesas no contexto das lutas pela educação do campo entre 1980 e 2000.

A revisão bibliográfica foi conduzida por meio da análise documental, pesquisa em bases de dados acadêmicas e seleção da literatura. Foram examinados documentos oficiais, legislações agrárias, relatórios de movimentos sociais e materiais didáticos utilizados nas escolas do campo vinculadas aos assentamentos de reforma agrária. Foram consultadas fontes indexadas em periódicos científicos, livros, artigos e teses sobre

educação do campo, pedagogia crítica, luta pela reforma agrária e feminismo camponês, priorizando autores como Paulo Freire, Roseli Caldart e Carmen Diana Deere. A seleção da literatura contemplou estudos publicados entre 1980 e 2023, privilegiando materiais que abordam as relações entre gênero, educação e movimentos sociais no contexto agrário brasileiro.

Os dados extraídos da literatura foram organizados e analisados com base em três categorias temáticas: o papel das mulheres na construção das escolas nos assentamentos, os impactos da educação na consciência política e organização social, e os desafios enfrentados nesse processo. Essas categorias permitiram identificar estratégias adotadas por mulheres camponesas para garantir a educação em suas comunidades, bem como avaliar as dificuldades políticas, estruturais e culturais que limitaram o acesso à educação nos assentamentos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O materialismo histórico e dialético surgiu no século XIX, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels como uma abordagem teórica para compreender as transformações sociais a partir das condições materiais de existência e das relações de produção. Esse método permite analisar como as mudanças econômicas, políticas e sociais estão interligadas, destacando a dinâmica das contradições que impulsionam o desenvolvimento histórico. Ou seja, de acordo com Pires (1997), por se caracterizar pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade e pelas leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade; nos possibilita alcançar a compreensão das condições socio e econômicas que moldam as experiências das mulheres camponesas e as estruturas de opressão que enfrentam.

Essa perspectiva permite analisar as relações entre gênero, raça e classe no contexto das lutas pela educação e pela justiça social, evidenciando que a educação transcende a mera transmissão de conhecimentos formais, constituindo-se como um instrumento de transformação social e política. A adoção dessa abordagem crítica é fundamental para a pesquisa, pois possibilita uma leitura aprofundada das práticas educativas desenvolvidas pelas mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) e no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Compreender a educação dentro do contexto material e histórico em que essas mulheres estão inseridas permite afirmar que suas ações não se limitam à melhoria das condições educacionais, mas visam também a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a colonização, o Brasil desenvolveu um capitalismo dependente, inicialmente baseado na grande propriedade de terras. A partir de 1930, o avanço da industrialização intensificou o êxodo rural, promovendo a concentração fundiária e transformando áreas agrícolas em pastagens. Apesar das discussões sobre reforma agrária na Constituição de 1946, nenhuma medida foi aprovada, e os debates só se intensificaram posteriormente com maior participação popular. Esse período marcou um dualismo econômico, em que as economias rural e urbana seguiram trajetórias opostas. Segundo Sandroni (1999), a agricultura foi vista como “atrasada”, enquanto a indústria se modernizava. A expulsão de camponeses levou muitos a se tornarem boias-frias ou operários urbanos, enquanto a elite latifundiária expandia seu poder econômico. Pequenos agricultores endividados foram forçados a vender suas terras, incapazes de competir com a mecanização agrícola.

Com o declínio do sistema latifundiário, o Brasil entrou em um período de instabilidade política. As Ligas Camponesas, criadas em 1945 e retomadas em 1954, impulsionaram a luta pela reforma agrária, culminando na desapropriação da fazenda Engenho Galiléia. A urbanização acelerada e o fortalecimento da Contag em 1963 ampliaram as mobilizações rurais. O golpe militar de 1964 reprimiu sindicatos e organizações camponesas, resultando na perseguição e expulsão de trabalhadores rurais. O governo revogou a Lei nº 2.437/19551 e impôs novo controle fundiário, priorizando a produtividade agrícola e a formação de uma classe média rural empresarial, em detrimento da distribuição de terras. Surgindo assim, um dos mais importantes documentos relacionados às leis agrárias: o Estatuto da Terra, que estabelecia direitos e deveres ligados aos imóveis rurais, que possuía como o objetivo implementar a reforma agrária e fomentar uma política agrícola. Esse documento legal, dizia que se a terra não atendesse à sua função social, ela poderia ser desapropriada para a realização de uma possível “reforma agrária” (Fernandes, 2016). A reforma agrária trouxe consigo

movimentos sociais de luta pela terra, e a ideia de uma educação voltada aos interesses da população do campo, emergiu dentro desses movimentos.

No início, a educação não era uma prioridade central, pois a escola era vista como uma responsabilidade do poder público. No entanto, devido ao contexto político da criação de assentamentos durante o governo de José Sarney (1985-1990), esse entendimento se modificou e, a educação passou a ser vista como algo necessário a conscientização da importância dos movimentos sociais, da luta pela verdadeira democracia e, pela politização da população semterra. Desse modo, foi durante a elaboração e execução do Plano de reforma agrária (PNRA) ,que ocorreu um impulso significativo para a criação de ocupações, que posteriormente, se tornaram assentamentos conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E, a partir daí, de acordo com Cunha (2016), o movimento percebeu, que a luta pela terra também deveria incorporar a luta pela educação, uma vez que esta havia sido posta em segundo plano e negligenciada pelo poder público durante a conquista dos assentamentos.

Dessa forma, as primeiras experiências de educação escolar dentro do movimento foi em acampamentos que se resultaram em assentamentos conquistados por meio das lutas dos camponeses ocorridos em 1984, como no acampamento Nova Ronda Alta, no município de Ronda Alta, RS, uma extensão do acampamento Encruzilhada Natalino, onde ocorreram as primeiras ocupações durante a ditadura militar e repressões de coronéis como a do Major Curió, que era contra as ocupações e transformou o local em uma trincheira. Mas, após diversas tentativas de despejo, em 1982, as famílias camponesas conquistaram uma área de 110 hectares onde puderam se estabelecer sem risco de remoção e onde o movimento organizou escolas improvisadas. E, foi com uma iniciativa das mulheres camponesas, apoiadas por igrejas e movimentos sindicais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que, em anos anteriores, lutavam contra a ditadura e se alinharam à causa dos trabalhadores rurais na construção de escolas que fossem dentro desses assentamentos, que a luta pela educação nos acampamentos e assentamentos se intensificou.

Essas mulheres atuavam como voluntárias e como educadoras leigas e, a princípio as concepções educacionais, foram com base nas ideias de Paulo Freire, que já havia voltado do exílio com as ideias da educação popular, que havia sido implantada anteriormente no país e, foi um dos motivos pelos quais, Freire teria sido afastado do país

e, o qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se fundamentou. Isso ocorreu em diversas regiões brasileiras como no Sul da Bahia e no Espírito Santo, tendo em vista que desde o início do século XX existe uma grande movimentação de urbanização. Mas, 75% da população era de áreas rurais até meados de 1970 e, não se tinha uma educação que respeitasse seus costumes, tradições e cultura. Apenas, houve um incentivo a uma industrialização, que causou o que Cunha (2016), vai chamar de esvaziamento demográfico do campo. Que teve como uma das principais características, as negações de direitos como a educação e consequentemente a subalternização das populações do campo.

A inserção das mulheres camponesas na universidade, como destaca o estudo, contribui para a desestabilização dessas relações patriarcais. Ao se tornarem estudantes universitárias, elas desenvolvem um olhar crítico sobre suas condições e passam a se reconhecer como sujeitos de conhecimento, capazes de contribuir para suas comunidades de maneira transformadora. Segundo Freire (1987), a conscientização e o reconhecimento da opressão são passos fundamentais para a emancipação. A educação permite que as mulheres camponesas identifiquem as estruturas que as oprimem e tomem medidas para transformá-las, rompendo com a cultura do silêncio e estabelecendo uma nova dinâmica de participação e diálogo em suas comunidades.

Ao final da década de 1990, com o amadurecimento desses movimentos e a crescente conscientização sobre a importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos, tanto o MST quanto os sindicatos passaram a incluir de forma mais ativa as demandas femininas. Entre 1992 e 1995, o movimento passa pela fase de "consolidação da proposta de escola", em que se fortalece o compromisso com uma educação diferenciada, com currículos que reflitam as necessidades dos trabalhadores rurais e abordem temas de relevância para a comunidade. Já o período entre 1996 e os anos 2000 marca uma transição "da escola para a educação no MST", ampliando o entendimento do MST sobre educação.

Nessa fase, o movimento procura integrar a escola com o projeto político do MST, enfatizando a importância da formação crítica e da pedagogia voltada para a transformação social. Dalmagro (2017) relata, que neste momento, a educação é vista não apenas como um processo de instrução, mas como um instrumento de mobilização social e fortalecimento da identidade dos trabalhadores rurais. É nesse contexto, que surgem também cursos de formação técnica e superior, com parcerias institucionais que

permitem que os membros do movimento, incluindo mulheres, possam acessar uma educação mais ampla.

No final dos anos 1980, quando a escola já está claramente articulada à luta dos semterra, começam a se estabelecer vínculos entre a escola, os propósitos do MST e a realização da Reforma Agrária. Nos primeiros escritos (1990 e 1991) que tratam da escola, esta aparece como orgânica ao MST, como espaço e instrumento de luta. Entende-se que os conflitos em torno da terra precisam ser trabalhados pela escola e que o grande desafio desta, passa a ser vincular o conhecimento e o processo educacional à organização dos assentamentos, às formas de trabalho e organização. As referências pedagógicas principais do período são a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e as experiências de Educação Popular que orientam sobretudo o trabalho com alfabetização de adultos nos acampamentos (Dalmagro, 2017, p. 6).

Entre 2001 e 2006, ocorre a fase de "massificação e crise da escola", na qual o MST enfrenta desafios em expandir sua proposta educacional, principalmente pela crescente demanda e pelas limitações estruturais e econômicas. A crise reflete as contradições de um movimento que busca ampliar o acesso à educação sem abrir mão de seus princípios. Apesar dos problemas, a participação das mulheres no movimento educativo permanece significativa, especialmente na luta por melhorias nas condições de ensino e na manutenção de uma educação voltada para os trabalhadores rurais. Durante esse período, a educação do MST começa a enfrentar os desafios impostos pelo próprio crescimento do movimento, o que envolve tanto limitações físicas quanto uma necessidade crescente de professores qualificados. O período de 2007 a 2016, descrito como "retomada das elaborações sobre escola", caracteriza-se por uma radicalização na concepção da educação do MST, mas também por um recuo nas lutas. Com uma visão mais crítica, o movimento retoma debates internos sobre o papel da educação e ajusta suas práticas às necessidades do contexto social e político brasileiro.

Nesse contexto, as mulheres desempenham papéis fundamentais, tanto na gestão das escolas quanto na liderança de comissões educacionais, que buscam garantir que os princípios pedagógicos do MST continuem alinhados com seus objetivos de transformação social (Dalmagro, 2017). A experiência do MST, segundo Dalmagro (2017), mostra a escola como um espaço de construção da consciência de classe e como parte de uma estratégia mais ampla de luta por direitos. A educação é vista como um componente indispensável para a efetivação da reforma agrária e a melhoria das condições de vida nas

áreas rurais. As escolas do MST, estruturadas para atender os assentamentos e acampamentos, foram se transformando em locais de formação política e social, promovendo um sistema de ensino voltado para a construção de uma sociedade justa e equitativa.

A trajetória dessas mulheres evidencia que a luta pela educação do campo não seguiu uma trajetória linear. Cada conquista foi resultado de batalhas específicas, influenciadas pelo contexto local e pelas estratégias adotadas pelas mulheres em suas próprias comunidades. Ações aparentemente pequenas, como ocupações e manifestações locais, formaram a base para uma mobilização mais ampla, que integrou e valorizou as diversas formas de luta das mulheres rurais no Brasil, de modo que para contar a história da luta das mulheres do campo pelos seus direitos, se faz necessário contar a história de diferentes grupos de mulheres do país.

Conforme Valadão (2014), a inserção das mulheres no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é um exemplo de como a educação pode ser uma ferramenta transformadora, especialmente em contextos rurais dominados pelo patriarcado e pela exploração capitalista. No Pontal do Paranapanema, a atuação das militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na educação tem sido fundamental para fortalecer a luta por direitos e autonomia, construindo um território de resistência e conscientização das mulheres.

O PRONERA, fundado em 1998, surgiu para atender às necessidades educacionais de populações em áreas de reforma agrária, oferecendo desde a alfabetização até o ensino superior e a formação técnica (Camacho, 2014). Esse programa é uma resposta à histórica negligência do Estado em relação à educação no campo, onde, conforme dados do INCRA (2010), menos de 1% das famílias assentadas em diversas regiões tinham acesso ao ensino superior. Através da pedagogia da alternância, que permite que os estudantes conciliem os estudos com o trabalho agrícola, o PRONERA fortalece o acesso à educação de forma inclusiva, considerando as demandas do campo. O programa é uma resposta à histórica negligência do Estado em relação à educação no campo, onde, conforme dados do INCRA (2010), menos de 1% das famílias assentadas em diversas regiões tinham acesso ao ensino superior. Através da "pedagogia da alternância", que permite que os estudantes conciliem os estudos com o trabalho agrícola, o PRONERA fortalece o acesso à educação de forma inclusiva, considerando as demandas do campo (Camacho, 2014).

No contexto do MST, a educação se torna um espaço de luta pela igualdade de gênero. Valadão (2014) destaca que o MST, além de lutar pela reforma agrária, promove a igualdade de gênero em suas práticas organizativas, incluindo a paridade nas direções e o incentivo à formação das mulheres em cursos superiores. O movimento, ao incorporar a temática de gênero em sua agenda, reconhece a dupla opressão enfrentada pela mulher camponesa: a exploração econômica e o patriarcado (Mota; Paula, 2012). Isso transforma a Educação do Campo em um território de emancipação para as mulheres, criando condições para que elas possam atuar em espaços de decisão (Valadão, 2014).

Esse processo de educação e conscientização provoca uma ressignificação das funções atribuídas a cada gênero nos assentamentos. Como observam Mota e Paula (2012), ao sair de suas casas, as mulheres desafiam a divisão tradicional doméstica, uma mudança que contribui para a reestruturação das relações de gênero. Segundo Pedon (2009), essa transformação territorial é um exemplo do que ele chama de desterritorialização-reterritorialização, onde a mulher camponesa, ao adquirir autonomia e formação educacional, reconstrói seu espaço de maneira consciente, redefinindo seu papel na família e na comunidade (Pedon, 2009).

A participação ativa das mulheres nos movimentos sociais não apenas rompe com a invisibilidade histórica política e social que lhes foi imposta, mas também cria oportunidades para uma educação não formal, conforme descrito por Gohn (2006). Por meio dessa educação política, as mulheres camponesas revisitam e reavaliam suas condições de vida, o que fortalece sua atuação nos espaços públicos e abre caminhos para a criação de políticas que promovam a igualdade de gênero. Segundo Schwendler (2015), ao se organizarem coletivamente, essas mulheres questionam divisões sexuais do trabalho e ocupam espaços estratégicos anteriormente reservados aos homens, contribuindo para a desconstrução de estruturas patriarcais profundamente enraizadas.

Outro importante movimento liderado pelas mulheres na luta pelo direito à educação é a Marcha das Margaridas. Ela foi inspirada na história de Margarida Maria Alves, uma líder sindical assassinada em 1983 devido ao seu engajamento em defesa dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais. Em homenagem a ela, a primeira edição da marcha ocorreu em 2000, com o lema "2000 Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista", reforçando as reivindicações por uma vida mais digna para as mulheres do campo e para toda a sociedade. Desde então, a cada quatro anos, mulheres de todo o Brasil, se organizam e marcham em Brasília para destacar as questões que

afetam suas vidas. Como afirmam Nascimento, Silva e Costa (2024), a Marcha das Margaridas se destaca como um espaço de inclusão social que fortalece a luta coletiva das mulheres, promovendo uma reflexão crítica sobre suas condições e proporcionando a construção de uma visão comum de mundo e sociedade.

A importância da Marcha das Margaridas não se limita ao momento da manifestação em Brasília; ela é precedida por um intenso processo de mobilização e organização local. As participantes se reúnem em suas comunidades, onde discutem os problemas que enfrentam no cotidiano e elaboram propostas para políticas públicas que atendam às suas necessidades. Essa preparação se configura como um processo de educação popular, onde, por meio de metodologias participativas, as mulheres compartilham experiências e se fortalecem como agentes de transformação. Segundo Caldart (2004), os movimentos sociais, como a Marcha das Margaridas, são educativos ao promoverem uma formação política que se baseia na vivência e na prática coletiva.

A autora destaca que esses movimentos são espaços de aprendizagem onde os participantes constroem uma "identidade coletiva" e desenvolvem um sentido de pertencimento a uma causa maior. No caso da Marcha das Margaridas, as mulheres se educam mutuamente ao compartilharem suas experiências e lutas, aprendendo a ver a si mesmas não apenas como trabalhadoras rurais, mas como sujeitas de direitos, capazes de influenciar políticas públicas e transformar a sociedade. Essa identidade coletiva é um dos maiores legados da marcha, pois permite que as participantes se reconheçam como parte de um movimento de resistência que busca romper com as opressões patriarcais, racistas e de classe que permeiam suas vidas (Caldart, 2004). Em vez de centralizar suas ações em demandas gerais, as mulheres camponesas construíram suas ações em demandas com raízes locais, que eram capazes de responder aos desafios específicos de cada região. Isso fez com que a luta fosse complexa, envolvendo tanto a resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural quanto a defesa de um modelo de educação que considerasse as especificidades da vida no campo.

Portanto, a trajetória dessas mulheres evidencia que a luta pela educação no campo não seguiu uma trajetória linear. Cada conquista foi resultado de batalhas específicas, influenciadas pelo contexto local e pelas estratégias adotadas pelas mulheres em seus próprios comunitários. Ações ampliadas para ocupações, manifestações e movimentos formaram a base para uma mobilização mais ampla, integrando e valorizando as diversas formas de luta das mulheres rurais no Brasil. Assim, é essencial

contar a história das lutas das mulheres do campo por seus direitos, destacando os diferentes grupos de mulheres do país. A igualdade de gênero é fundamental para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo Freire (2005), a educação deve ser um ato de amor e respeito ao próximo, promovendo o diálogo como ferramenta para que os sujeitos se tornem conscientes de sua capacidade de transformar o mundo. Incorporando essa perspectiva, o MST promove uma educação voltada para a reflexão crítica, incentivando homens e mulheres a questionarem as estruturas de poder e a buscarem uma convivência baseada na igualdade e no respeito. Assim, a educação do campo no MST busca transformar não apenas a vida dos indivíduos, mas a sociedade como um todo.

Esse processo de conscientização é complexo e exige um esforço contínuo de debate e formação, em que os homens são incentivados a refletir sobre seus próprios preconceitos e a desconstruir visões de dominação. A aceitação plena da participação feminina no MST não é imediata, mas sim um objetivo que se alcança por meio de um processo gradual de transformação e educação política, promovido em coletivos e grupos de discussão. Esse processo visa construir o que o movimento chama de “novo homem” e “nova mulher,” pautados na equidade e na solidariedade.

Na perspectiva do materialismo dialético, a luta das mulheres camponesas no contexto do MST e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) pode ser compreendida como uma expressão das contradições entre as estruturas sociais patriarcais e capitalistas e as demandas de emancipação dessas mulheres. A realidade está em constante transformação, impulsionada pelas contradições que surgem entre as forças produtivas e as relações de produção, ou entre diferentes classes sociais. Nesse sentido, a opressão das mulheres no campo se insere em uma complexa rede de relações de classe, gênero e cultura, que perpetuam desigualdades e limitações ao seu desenvolvimento e autonomia.

A luta das mulheres camponesas no MST e no MMC exemplifica essa dinâmica dialética, na qual a busca por emancipação e igualdade se choca com as estruturas patriarcais e capitalistas presentes no campo. As relações de gênero nessas comunidades têm raízes históricas profundas, marcadas por uma divisão de trabalho que confina as mulheres a papéis domésticos e de cuidado, enquanto os homens assumem posições mais visíveis na produção e na tomada de decisões. Esse modelo social, no entanto, é desafiado pelas práticas e pelas exigências das mulheres que, ao se organizarem coletivamente,

passam a questionar e resistir a esses papéis impostos. Esse processo de resistência e questionamento promove a consciência de classe e gênero, evidenciando as contradições no modo de vida rural, que oscila entre práticas tradicionais e as novas demandas de igualdade e reconhecimento.

No movimento educativo do MST, influenciado pela pedagogia crítica de Paulo Freire, as mulheres são incentivadas a desenvolver uma consciência crítica sobre sua posição na sociedade e sobre as relações de opressão que as subjagam. A educação, nesse contexto, não é apenas uma ferramenta de conhecimento técnico, mas um processo de transformação social, no qual as mulheres identificam as estruturas que limitam sua autonomia e começam a agir para transformá-las.

As mudanças sociais, nesse sentido, são processos históricos que ocorrem em etapas, conforme as contradições internas se intensificam. No caso do MST e do MMC, as tensões e os conflitos relacionados à igualdade de gênero podem ser vistos como momentos necessários de crise e transformação, nos quais os membros do movimento, tanto homens quanto mulheres, são confrontados com a necessidade de rever seus valores e práticas. Esses conflitos, ao invés de serem apenas barreiras, são elementos fundamentais para a formação de uma nova consciência coletiva, em que o respeito à igualdade de gênero e o reconhecimento do papel das mulheres se consolidam como valores centrais.

A trajetória das mulheres camponesas, como detalhada por Conte (2013), revela a ação dos movimentos sociais como espaços de resistência e transformação social. A partir do materialismo dialético, essa trajetória pode ser interpretada como uma luta contra as estruturas opressoras do capitalismo e do patriarcado, que perpetuam a exploração e marginalização das mulheres no campo. Ao se organizarem, essas mulheres transcendem a condição de objetos da opressão e se tornam agentes históricos, promovendo a transformação não apenas de suas próprias condições de vida, mas também das bases sociais que sustentam a opressão de gênero e classe. A luta das mulheres, especialmente das camponesas e trabalhadoras rurais, se conecta profundamente com a ideia de "esperançar" de Paulo Freire (1992), que é uma esperança ativa, coletiva e transformadora. Freire via a esperança como algo fundamental para a ação de mudança — uma prática que não se limita a esperar que as condições melhorem, mas que impulsiona os indivíduos e grupos a se organizarem, agirem e lutarem pela transformação de sua realidade.

Para as mulheres no campo, a luta por direitos, igualdade e reconhecimento não é apenas uma resposta às injustiças históricas, mas um movimento ativo de construção de um futuro melhor, alinhado ao "esperançar" freiriano. Esse "esperançar" implica ter consciência de sua situação, identificar as opressões e, a partir daí, mobilizar-se para mudar. Essa perspectiva se traduz na prática cotidiana das mulheres camponesas, que, ao se organizarem em movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), encontram força e apoio para lutar coletivamente contra as desigualdades e pela justiça social.

Freire (1992) defendia que a educação e a luta, só têm sentido se estiverem ligadas à busca de transformação, e as mulheres camponesas colocam essa visão em prática ao reivindicar não só direitos, mas também uma nova forma de organização social que valorize sua cultura, seus saberes e suas demandas específicas. Elas exercem a esperança como um ato político, que se reflete em mobilizações, protestos e ações educativas voltadas para a emancipação. Esses movimentos não são apenas atos de resistência; são também uma maneira de "esperançar" ao transformar a consciência e a vida das mulheres e das comunidades, promovendo a construção de uma nova sociedade. Dessa forma, a luta das mulheres se torna um exemplo vivo do "esperançar", uma vez que é a partir de sua ação coletiva e de sua capacidade de sonhar com um futuro melhor que elas constroem, dia após dia, uma realidade mais justa. "Esperançar", para essas mulheres, significa não desistir diante das adversidades, mas acreditar que, através da luta e da educação, é possível realizar mudanças profundas na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a relevância do papel das mulheres na construção de escolas e na luta por uma educação inclusiva e transformadora no contexto da reforma agrária no Brasil, entre 1980 e 2000. As mulheres camponesas, muitas vezes invisibilizadas nas narrativas históricas, assumiram protagonismo em um processo que foi além da simples criação de instituições educacionais. Elas desempenharam um papel central na formulação de práticas pedagógicas que dialogavam com a realidade do campo, valorizando os saberes locais e promovendo uma formação crítica e emancipatória.

A análise demonstrou que a educação, no contexto das lutas pela terra, tornou-se uma ferramenta indispensável para a transformação social. Inspiradas pelas ideias de

Paulo Freire e impulsionadas pela necessidade de garantir o direito à educação para suas comunidades, as mulheres camponesas não apenas criaram escolas, mas também lutam por uma educação que promovesse cidadania e empoderamento.

Ao longo do período estudado, os movimentos sociais, como o MST e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), contribuíram significativamente para consolidar a luta por direitos educacionais no campo. Contudo, os desafios enfrentados, tanto pela resistência de estruturas patriarcais quanto pela negligência do Estado, reforçam a importância da continuidade dessas lutas. As mulheres, nesse contexto, mostraram-se agentes fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O papel das mulheres na construção de escolas no campo transcende a dimensão educacional. Ele representa um marco na luta por igualdade de gênero, inclusão social e fortalecimento das comunidades rurais. Ao se organizarem e reivindicarem direitos, essas mulheres transformam não apenas o campo educacional, mas também o cenário político e social brasileiro, mostrando que a luta pela terra e pela educação são inseparáveis na busca por justiça social.

O protagonismo das mulheres foi uma das principais contribuições deste estudo. Elas não apenas lutaram por seus direitos, mas também abriram caminhos para que crianças e jovens do campo tivessem acesso a uma educação significativa, conectada às suas realidades e necessidades. O papel dos movimentos femininos se mostrou essencial na construção de uma agenda de igualdade e justiça social, permitindo que as mulheres camponesas se reconheçam como agentes de sua história. Concluímos que a luta pela educação do campo continua sendo uma pauta urgente. É necessário que os sistemas de ensino e as políticas públicas priorizem a materialização do artigo 28 da LDB/96, garantindo um modelo educacional que respeite as especificidades do campo e promova a emancipação de seus sujeitos. Mais do que um direito básico, a educação do campo deve ser compreendida como um processo de fortalecimento da cidadania e de transformação social. Portanto, a presente pesquisa reforça a importância de ampliar os debates e produções acadêmicas acerca da educação do campo e das mulheres camponesas, reconhecendo-as como protagonistas na luta por direitos e por um futuro mais justo e igualitário.

Para mim, enquanto pesquisadora da educação do campo e mulher, esta pesquisa possui um grande valor, especialmente por ser filha de uma camponesa, neta de um lavrador e bisneta de indígena. A oportunidade de desenvolver um estudo que contribua

para a compreensão e a inclusão de novas pesquisas sobre o contexto das famílias camponesas é profundamente significativa. Essa pesquisa não apenas reflete sobre as minhas origens, mas também reforça minha relevância enquanto pesquisadora comprometida com a valorização desse tema. Além disso, minha trajetória como mulher, filha e neta de camponeses fortalece o vínculo entre minhas experiências pessoais e minha produção acadêmica. Pois acredito que pode trazer, mesmo que de forma indireta, elementos do que vivi e vivo em meu cotidiano para a área acadêmica, é muito significativo essa conexão entre minha história e a pesquisa enriquece esse campo de estudo e dá voz às vivências de tantas outras famílias camponesas como a minha, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 166, p. 19-35, nov./dez. 1996

ALMEIDA, Janaiky Pereira de. **As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação no campo: recortes no tempo e no espaço** [livro eletrônico]. 1. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2023. ePub.

BEZERRA, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais**. 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 out. 2023. BRASIL. Decreto no 91.766.

CABRAL, José Pedro Cabrera. **Esquerda Progressista Uruguaia e a Reforma Agrária de Mercado: 2004-2011**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; et al. (orgs.). Território em Conflito, Terra e Poder. Goiânia: Kelps, 2014. p. 105-169.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória**. In: **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-40.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004. CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo.

In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do campo: campo, políticas públicas, educação**. Brasília, DF: Incra: MDA, 2008. p. 67-97.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A Educação do Campo no Paradigma da Questão Agrária**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CATTELAN, R.; MORAES, M. L. DE; ROSSONI, R. A. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 – 2019)/ Agrarian reform in political cycles of Brazil (1995 – 2019)/ Reforma agraria en los ciclos de Brasil (1995 – 2019). **Revista Nera**, n. 55, p. 138–164, 2020

CHALOBA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioni; MESQUITA, Ilka Miglio de. **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisane de Fátima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico, Maringá**, v. 10, n. 117, p. 86-92, 2011.

CONTE, Isaura Isabel. Mulheres, auto-estima e feminismo. **Revista Espaço Acadêmico, Maringá**, v. 8, n. 89, p. 1-4, out. 2008.

CONTE, Isaura Isabel. De mulheres camponesas em movimento na América Latina ao Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. **Revista Grifos**, vol. 22, núm. 34/35, pp. 51-65, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572967125004>. Acesso em: 02 nov. 2024.

COMANDANTA RAMONA. **Lei revolucionária de mulheres zapatistas. México**: EZLN, Disponível em: <https://mujeresylasexta.wordpress.com/leyrevolucionaria-de-mujeres-zapatistas/>. Acesso em: 03 dez. 2024 7109, jan. 2015. 1993

CUNHA, H. S. A feminização da luta por escolas do campo. Uma questão de gênero e classe. **Entrelaçando**, n. 10, ano V, 2016.

DA OCUPAÇÃO, DA TERRA À; OCUPAÇÃO; ESCOLA, D. A. **História da educação no MST (1979-2022)**.

DALMAGRO, S. L. História da escola no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.17, n.3 [73], p. 782-810, jul./set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v17i2.8645847>.

DE SOUZA ROCHA, Rosaly Justiniano; CABRAL, José Pedro Cabrera. **Aspectos históricos da questão agrária no Brasil**. Produção Acadêmica, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.

DEERE, Carmen Diana. "Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos a terra e movimentos sociais rurais". **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18, p. 112-146, 2002.

DOS SANTOS, Martha Valente Domingues; LIMA, Marcela Francis Costa; GOUVÊA, Fernando César Ferreira. Reflexões sobre a trajetória da educação popular no Brasil. **REPECULT - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**, v. 2, n. 3, p. 128-141, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/222332>.

FERNANDES, Maria José Costa. Da luta pela terra à luta pela Reforma Agrária no Brasil. *Revista GeoInterações*, v. 1, n. 1, p. 55-67, 2017. FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**, ano V, n. 09, 2011.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Professoras missionárias “pessoas de rara dedicação e boa vontade”: Campanha Nacional de Educação Rural no Brasil (1952-1963). **Anuário Mexicano de Historia de la Educación**, v. 1, n. 1, p. 115-132, 2018.

FONSECA, Genaro; FERREIRA, Luís Henrique. Educação para emancipação: a experiência de Paulo Freire em Angicos–RN. **Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais**, v. 2, n. 3, p. 217-238, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, v. 2, 2006.

GERMANO, José Willington. As quarenta horas de Angicos. **Educação & Sociedade**, v. 18, p. 391-395, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GUIMARÃES, Marcelo De Chiacchio. Movimentos sociais e a educação do campo, no campo e para o campo. **Revista Cactácea – Educação, Filosofia**, v. 4, n. 10, 2024.

HOFFMAN, Jéssica Fernanda de Andrade; ROCHA, Douglas Diego Palmeira; RODRIGUES, Paula Margherita Maria de Oliveira. **As contribuições de Paulo Freire para a educação popular no contexto da globalização**. 2014.

MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, n. 1, p. 301-325, 2012. ISSN 1413-0580.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOLINA, Mônica Castanha. Expansão das licenciaturas em educação do campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, Maria Eleusa da; PAULA, Maysa do Carmo de. A questão de gênero no MST e a educação do campo. In: **Diálogos inclusivos nos diferentes caminhos da educação na pauta do V CINTEDI: tecendo redes de solidariedade na sociedade pós-moderna**. ISBN: 978-65-5222-007-3, 2024.

NASCIMENTO, Kelli Faustino do; SILVA, Nelsânia Batista da; COSTA, Luciéllo Marinho da. A Marcha das Margaridas como expressão de mobilização e luta das mulheres por uma sociedade inclusiva. **Diálogos Inclusivos nos Diferentes Caminhos da Educação na Pauta do V CINTEDI: Tecendo Redes de Solidariedade na Sociedade Pós-Moderna**. ISBN 978-65-5222-007-3, 2024.

NASCIMENTO, Luciene Acordi Menezes; BAALBAKI, Angela Aiche Kittlaus. **Educação popular no Brasil e movimentos sociais: um breve histórico**. In: *Latinidades-Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços*, 2020.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil no governo João Goulart: uma arena de luta de classe e intraclasse (1961-1964)**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. p. 1-16.

NETO, Geraldo Garbelini; DA SILVA, Anamaria Santana. A escola do campo: origens e legislação. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 7, n. 2, p. 97-112, 2019.

NETO, Luiz Bezerra. **Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Revista Nera, n. 24, p. 133-145, 2014. OLIVEIRA, A. U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Djacira. **Da invisibilidade na memória das lutas sociais ao protagonismo histórico das mulheres no campo**. Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p.99-120, fev. 2007.

OLIVEIRA, Priscila R. C. et al. **Agricultura familiar e as relações de gênero: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar**. In: SEMANA ACADÊMICA DA FDV, 2007, Viçosa. Anais eletrônicos... Viçosa: FDV, 2007.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2009.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 40, p. 72-89, 2010.

PEREIRA, E. T. **Educação política: uma experiência com o orçamento participativo**. Campinas/SP: Alínea, 2008. PEREIRA, Isabel Brasil et al. **Dicionário da educação do campo**. 2012.

PILETTI, Nelson; MESOLINO, Ivone. **A questão da terra no Brasil**. São Paulo: Maneco Liv. & Ed., 1999. PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. **A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira**. Mercator (Fortaleza), v. 16, p. e 16003, 2017.

ROCHA, R. J. S.; CABRAL, J. P. C. **Aspectos históricos da questão agrária no Brasil**. In: RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"? Brasília: Edição UNESCO Brasil**, 2000.

ROSAS, Paulo. **O Movimento de Cultura Popular (MCP)**. In: 32ª Reunião Anual da SBPC. Rio de Janeiro, 1980.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. (Coleção Memória da Educação).

SCHWENDLER, Sonia F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, n. 55, p. 87-109, jan. 2015.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e cidadania nos assentamentos de reforma agrária: projetos, possibilidades e limites**. Publicatio UEPG - Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, v. 10, n. 1, p. 21-40, 2002.] TARDIN, José Maria.

Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 178-186.

VALADÃO, Franciele Aparecida. **As Mulheres na Educação do Campo Transformando o Território do Pontal do Paranapanema: Estudo Sobre a Participação das Militantes do MST no PRONERA**. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.759742

JENKINS, H. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2008 SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais¹. **Educar em Revista**, n. 55, p. 8.

Capítulo 4
ENERGIA ELÉTRICA E DESAFIOS AMBIENTAIS: ANÁLISE
CRÍTICA DOS IMPACTOS ECOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS
PARA A SUSTENTABILIDADE NO SETOR ENERGÉTICO
Joelson Lopes da Paixão

ENERGIA ELÉTRICA E DESAFIOS AMBIENTAIS: ANÁLISE CRÍTICA DOS IMPACTOS ECOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE NO SETOR ENERGÉTICO

Joelson Lopes da Paixão

Doutorando e Mestre em Engenharia Elétrica. Especialista em áreas da Educação e relacionadas à Engenharia Elétrica. Bacharel em Engenharia Elétrica, licenciado em Matemática, Física, Pedagogia e em Formação de professores para a EPT. Foi aluno de IC, atuou como professor na EBT e participou de vários projetos de P&D. Atualmente, é pesquisador e doutorando em Engenharia Elétrica. E-mail: joelson.paixao@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6907289379766915> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8874-5151>

RESUMO

A relação entre energia elétrica e desafios ambientais constitui um dos eixos centrais do debate contemporâneo sobre sustentabilidade, em razão da dependência estrutural das sociedades modernas em relação à eletricidade e dos impactos ambientais associados aos sistemas de geração, transmissão e consumo de energia. O problema que orienta este estudo reside na tensão entre a necessidade crescente de expansão da oferta de energia elétrica e os limites ambientais impostos pela degradação dos ecossistemas, pelas mudanças climáticas e pelo esgotamento de recursos naturais. O objetivo geral consiste em analisar criticamente os desafios ambientais associados à produção e ao uso da energia elétrica, considerando suas implicações para a sustentabilidade e para a formulação de políticas energéticas responsáveis. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com análise crítica de produções científicas, além de relatórios institucionais, acordos internacionais e marcos regulatórios ambientais e energéticos. Os resultados indicam que, embora a energia elétrica seja indispensável ao desenvolvimento econômico e social, seus sistemas de produção e consumo ainda geram impactos ambientais significativos, exigindo estratégias integradas de transição energética, eficiência energética e governança ambiental. Conclui-se que enfrentar os desafios ambientais da energia elétrica requer uma abordagem sistêmica, capaz de articular inovação tecnológica, regulação ambiental, justiça

socioambiental e compromisso intergeracional, reafirmando a sustentabilidade como princípio estruturante do setor energético.

Palavras-chave: Energia elétrica. Meio ambiente. Sustentabilidade. Desafios ambientais. Transição energética.

ABSTRACT

The relationship between electrical energy and environmental challenges constitutes one of the central axes of the contemporary debate on sustainability, due to the structural dependence of modern societies on electricity and the environmental impacts associated with energy generation, transmission, and consumption systems. The problem guiding this study lies in the tension between the growing need to expand electricity supply and the environmental limits imposed by ecosystem degradation, climate change, and depletion of natural resources. The general objective is to critically analyze the environmental challenges associated with the production and use of electrical energy, considering their implications for sustainability and for the formulation of responsible energy policies. Methodologically, a qualitative approach is adopted, of a bibliographic and documentary nature, with critical analysis of scientific productions, in addition to institutional reports, international agreements, and environmental and energy regulatory frameworks. The results indicate that, although electrical energy is indispensable for economic and social development, its production and consumption systems still generate significant environmental impacts, requiring integrated strategies for energy transition, energy efficiency, and environmental governance. It is concluded that addressing the environmental challenges of electrical energy requires a systemic approach, capable of articulating technological innovation, environmental regulation, socio-environmental justice, and intergenerational commitment, reaffirming sustainability as a structuring principle of the energy sector.

Keywords: Electrical energy. Environment. Sustainability. Environmental challenges. Energy transition.

1. INTRODUÇÃO

A energia elétrica constitui um dos pilares fundamentais da organização das sociedades contemporâneas, sustentando atividades produtivas, serviços essenciais, processos de urbanização e a própria dinâmica da vida cotidiana. Contudo, a centralidade da eletricidade no desenvolvimento econômico e social é acompanhada por um conjunto crescente de desafios ambientais, decorrentes da exploração intensiva de recursos naturais, da emissão de poluentes e da transformação de ecossistemas. Nesse contexto, a relação entre energia elétrica, meio ambiente e sustentabilidade assume relevância estratégica, exigindo abordagens analíticas que superem visões estritamente técnicas ou economicistas.

A compreensão dos desafios ambientais associados à energia elétrica demanda o reconhecimento de que os sistemas energéticos contemporâneos constituem sistemas sociotécnicos complexos, nos quais decisões sobre fontes, infraestruturas e padrões de consumo articulam-se com processos políticos, econômicos e territoriais. A transição para fontes renováveis, embora essencial para a mitigação de impactos ambientais, apresenta desafios próprios relacionados ao planejamento territorial, à integração de sistemas e à gestão de recursos energéticos (PAIXÃO; ABAIDE, 2025a).

Historicamente, a expansão dos sistemas elétricos esteve associada a modelos de desenvolvimento baseados no crescimento contínuo do consumo energético, frequentemente sustentados por fontes fósseis ou por grandes empreendimentos de infraestrutura. Embora tais modelos tenham contribuído para a ampliação do acesso à energia, também produziram impactos ambientais profundos, como degradação de habitats naturais, contaminação de solos e cursos d'água, emissão de gases de efeito estufa e conflitos socioambientais. Conforme destaca Sachs (2015, p. 48), "a questão energética está no centro da crise ambiental contemporânea", evidenciando que a sustentabilidade dos sistemas elétricos se tornou um desafio inadiável.

A problematização central deste estudo decorre da constatação de que a demanda global por energia elétrica continua a crescer, impulsionada por processos de industrialização, urbanização e digitalização, ao passo que os limites ambientais do planeta se tornam cada vez mais evidentes. A dependência de matrizes energéticas poluentes, a ineficiência no uso da energia e a desigualdade no acesso configuram obstáculos estruturais à construção de modelos energéticos sustentáveis. A experiência com implementação de sistemas fotovoltaicos distribuídos demonstra que, mesmo fontes consideradas limpas, demandam avaliações criteriosas de impactos sobre redes de distribuição, padrões de consumo e estruturas tarifárias (PAIXÃO; ABAIDE, 2021). Diante desse cenário, formula-se a seguinte pergunta norteadora: de que modo os sistemas de energia elétrica podem ser reorganizados para atender às necessidades sociais e econômicas sem comprometer a sustentabilidade ambiental?

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar criticamente os desafios ambientais associados à energia elétrica, considerando seus impactos sobre o meio ambiente e as possibilidades de conciliação entre desenvolvimento e sustentabilidade. Como objetivos específicos, busca-se: analisar os impactos ambientais dos sistemas de geração e consumo de energia elétrica; compreender o papel das fontes renováveis e da

eficiência energética na mitigação desses impactos; discutir os desafios regulatórios e institucionais da transição energética; e examinar a importância de políticas públicas integradas para a promoção da sustentabilidade ambiental no setor elétrico.

A relevância do estudo justifica-se pela urgência de enfrentar a crise ambiental e climática em escala global, reconhecendo o papel decisivo do setor energético nesse processo. A análise crítica da relação entre energia elétrica e meio ambiente contribui para subsidiar políticas públicas mais responsáveis, estratégias empresariais sustentáveis e práticas sociais conscientes, além de ampliar o debate acadêmico sobre os limites e possibilidades do desenvolvimento sustentável. A integração de tecnologias emergentes, como redes inteligentes, sistemas de armazenamento e infraestruturas de mobilidade elétrica, reconfigura profundamente os desafios e oportunidades da sustentabilidade energética (PAIXÃO, 2026a).

Do ponto de vista teórico, o artigo dialoga com autores clássicos e contemporâneos das áreas de energia, economia ambiental e sustentabilidade, articulando contribuições nacionais e internacionais. A perspectiva adotada compreende a energia elétrica como um bem estratégico e um direito social, cuja produção e uso devem ser orientados por princípios de sustentabilidade, equidade e responsabilidade intergeracional. Assim, esta introdução estabelece as bases conceituais que serão aprofundadas no referencial teórico, delineando um percurso analítico comprometido com a compreensão crítica dos desafios ambientais da energia elétrica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da relação entre energia elétrica e desafios ambientais exige o reconhecimento de que os sistemas energéticos figuram entre os principais responsáveis pelos impactos ambientais em escala global; conforme afirma Goldemberg (2016, p. 37), "o setor energético é um dos maiores geradores de impactos ambientais", concepção que se articula com análises indiretas de Sachs (2015), ao destacar a centralidade da energia na crise ecológica contemporânea; a análise autoral indica que a sustentabilidade ambiental dos sistemas elétricos constitui condição essencial para a preservação dos ecossistemas e da vida humana.

Os impactos ambientais da geração de energia elétrica variam conforme a matriz energética adotada; Goldemberg (2016, p. 41) afirma que "nenhuma fonte de energia é

ambientalmente neutra", argumento corroborado indiretamente por relatórios do IPCC (2021); a interpretação crítica desses aportes evidencia que mesmo fontes consideradas limpas, como a hidrelétrica, produzem externalidades ambientais e sociais que precisam ser incorporadas às avaliações de sustentabilidade. Estudos sobre energia solar fotovoltaica demonstram que, embora essa tecnologia apresente baixas emissões operacionais, é necessário considerar impactos relacionados à fabricação de painéis, ocupação territorial e descarte de equipamentos (PAIXÃO; ABAIDE, 2025b).

A dependência histórica de combustíveis fósseis representa um dos maiores desafios ambientais do setor elétrico; segundo o IPCC (2021, p. 89), "as emissões do setor energético são as principais responsáveis pelo aquecimento global", ideia articulada indiretamente por análises da IEA (2022); a análise autoral demonstra que a mitigação das mudanças climáticas exige a redução progressiva da participação de fontes fósseis na matriz elétrica.

Nesse contexto, a transição para fontes renováveis emerge como eixo estruturante da sustentabilidade; a IRENA (2019, p. 45) afirma que "as energias renováveis são fundamentais para a descarbonização do setor elétrico", argumento reforçado indiretamente por estudos da REN21 (2022); a interpretação crítica indica que, embora essenciais, as fontes renováveis demandam planejamento territorial, investimentos em infraestrutura e regulação adequada para minimizar seus impactos ambientais. A experiência com desenvolvimento de parques eólicos evidencia a necessidade de avaliações ambientais rigorosas que considerem impactos sobre fauna, comunidades locais e paisagens (PAIXÃO; ABAIDE, 2023).

A eficiência energética constitui outro pilar fundamental; conforme destacam Goldemberg e Moreira (2019, p. 89), "a energia mais sustentável é aquela que não precisa ser produzida", concepção articulada indiretamente por Patterson (2017); a análise autoral evidencia que políticas de eficiência energética reduzem emissões, custos econômicos e pressão sobre recursos naturais, desempenhando papel estratégico na sustentabilidade do setor elétrico. A análise de padrões de consumo residencial revela que medidas de eficiência podem reduzir significativamente a demanda de energia sem comprometer a qualidade de vida (PAIXÃO; ABAIDE, 2021).

A inovação tecnológica no setor elétrico também apresenta implicações ambientais relevantes; a transformação digital dos sistemas energéticos, com a incorporação de redes inteligentes, Internet das Coisas e sistemas de gerenciamento energético, cria

oportunidades para otimização do consumo e integração de fontes renováveis, mas também demanda avaliação de impactos relacionados à produção e descarte de equipamentos eletrônicos (PAIXÃO, 2026b).

A governança ambiental dos sistemas energéticos também se mostra decisiva; a Agenda 2030 estabelece que "o acesso à energia limpa e sustentável é condição para o desenvolvimento" (ONU, 2015, p. 14), entretanto análises indiretas de Sovacool (2021) apontam desafios relacionados à justiça energética; a interpretação crítica demonstra que a sustentabilidade ambiental deve ser acompanhada de equidade social e participação democrática nos processos decisórios.

Autores clássicos da economia ecológica contribuem para aprofundar o debate; Daly (1996, p. 31) afirma que "a economia é um subsistema do meio ambiente", concepção retomada indiretamente por Veiga (2017); a análise autoral indica que a sustentabilidade da energia elétrica exige a internalização dos custos ambientais e a revisão dos padrões de produção e consumo.

A dimensão territorial dos desafios ambientais também merece atenção; a implementação de infraestruturas energéticas, sejam usinas, linhas de transmissão ou sistemas de geração distribuída, articula-se com questões de uso do solo, preservação de ecossistemas e direitos de comunidades tradicionais. Estudos sobre alocação de estações de recarga para veículos elétricos em rodovias evidenciam a necessidade de abordagens que integrem planejamento energético, ambiental e territorial (PAIXÃO; ABAIDE; SILVA, 2023).

Por fim, a literatura converge ao afirmar que os desafios ambientais da energia elétrica devem ser compreendidos como fenômeno sistêmico e de longo prazo; Sachs (2015, p. 103) afirma que "a sustentabilidade é um projeto civilizatório", ideia reforçada indiretamente por Goldemberg (2016); a análise crítica conclui que enfrentar os desafios ambientais associados à energia elétrica exige articulação entre transição energética, eficiência energética, governança ambiental e justiça socioambiental, reafirmando a sustentabilidade como princípio estruturante das políticas energéticas contemporâneas.

3. METODOLOGIA

O percurso metodológico deste estudo foi delineado a partir do entendimento de que a relação entre energia elétrica e desafios ambientais configura um fenômeno

complexo, multidimensional e historicamente situado, atravessado por aspectos técnicos, ecológicos, econômicos, políticos e sociais. Tal complexidade exige uma abordagem investigativa que vá além da descrição de impactos ambientais isolados, buscando compreender os processos estruturais que condicionam a produção, a distribuição e o consumo de energia elétrica em contextos de sustentabilidade. Nesse sentido, a metodologia adotada expressa uma escolha epistemológica orientada pela análise crítica da realidade, conforme assinala Gil (2019, p. 17), ao afirmar que o método científico organiza o processo de investigação e confere coerência à interpretação dos fenômenos sociais.

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por privilegiar a compreensão aprofundada de conceitos, discursos científicos, marcos regulatórios e políticas públicas relacionados aos impactos ambientais da energia elétrica. Essa escolha fundamenta-se na premissa de que os desafios ambientais do setor elétrico não podem ser adequadamente analisados apenas por meio de dados quantitativos ou indicadores técnicos, mas requerem interpretação dos sentidos atribuídos ao desenvolvimento, à sustentabilidade e ao meio ambiente. Vergara (2016, p. 43) sustenta que a pesquisa qualitativa permite apreender valores, contradições e conflitos presentes em fenômenos complexos, justificando sua adoção neste estudo.

No que se refere à abordagem, optou-se por uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento e na análise crítica de livros, artigos científicos e estudos publicados entre 2015 e 2026, período marcado pela intensificação dos debates sobre mudanças climáticas, transição energética e sustentabilidade ambiental. Segundo Gil (2019, p. 44), a pesquisa bibliográfica possibilita mapear o estado do conhecimento sobre determinado tema, identificar consensos, divergências e lacunas teóricas. Complementarmente, a pesquisa documental recorreu a relatórios de organismos internacionais, acordos multilaterais, legislações ambientais e energéticas e diretrizes institucionais, entendidos como fontes primárias que expressam compromissos políticos e normativos. Lakatos e Marconi (2021, p. 174) destacam que documentos oficiais são fundamentais para compreender a orientação das políticas públicas e seus limites de implementação.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório e descritivo, com dimensão explicativa. É exploratória por buscar aprofundar a compreensão crítica dos desafios ambientais associados à energia elétrica, temática marcada por complexidade

conceitual e múltiplas abordagens analíticas. Lakatos e Marconi (2021, p. 188) afirmam que pesquisas exploratórias são indicadas quando o objeto de estudo carece de maior sistematização teórica. Simultaneamente, apresenta caráter descritivo ao analisar impactos ambientais, matrizes energéticas e estratégias de sustentabilidade, conforme definição de Gil (2019, p. 28). O viés explicativo manifesta-se na interpretação das causas estruturais que condicionam a persistência dos desafios ambientais no setor elétrico, em consonância com Vergara (2016, p. 45).

Para o tratamento e a interpretação dos dados, adotou-se a análise de conteúdo, em perspectiva qualitativa, por sua adequação à investigação de sentidos, recorrências e pressupostos presentes em textos científicos e documentos normativos. Vergara (2016, p. 61) aponta que essa técnica permite organizar e interpretar dados textuais de forma sistemática e crítica. O processo analítico seguiu as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação, conforme orientam Lakatos e Marconi (2021, p. 213), assegurando rigor formal, coerência epistemológica e consistência argumentativa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus bibliográfico e documental revelou, como primeiro resultado central, que os sistemas de energia elétrica constituem um dos principais vetores de impacto ambiental em escala global; conforme afirma Goldemberg (2016, p. 37), "o setor energético é responsável por parcela significativa dos impactos ambientais contemporâneos", constatação que se articula com análises indiretas de Sachs (2015), ao evidenciar a centralidade da energia na crise ecológica atual; a interpretação desses achados indica que a sustentabilidade ambiental dos sistemas elétricos não pode ser tratada como questão periférica, mas como eixo estruturante das políticas energéticas.

Outro resultado relevante refere-se à diversidade e à complexidade dos impactos ambientais associados às diferentes matrizes de geração elétrica; Goldemberg (2016, p. 41) afirma que "nenhuma fonte de energia é ambientalmente neutra", argumento corroborado indiretamente por relatórios do IPCC (2021); a análise autoral evidencia que, embora fontes renováveis apresentem menor intensidade de emissões de gases de efeito estufa, elas também produzem externalidades ambientais e sociais que precisam ser consideradas em avaliações integradas de sustentabilidade. Estudos sobre implementação de sistemas fotovoltaicos em áreas residenciais demonstram que, além

dos benefícios de redução de emissões, é necessário avaliar impactos sobre infraestruturas de distribuição, padrões de consumo e aspectos econômicos (PAIXÃO; ABAIDE, 2021).

Os dados analisados indicam que a dependência histórica de combustíveis fósseis constitui um dos maiores desafios ambientais do setor elétrico; segundo o IPCC (2021, p. 89), "as emissões do setor energético são as principais responsáveis pelo aquecimento global", ideia articulada indiretamente por análises da IEA (2022); a interpretação crítica aponta que a mitigação das mudanças climáticas exige a redução progressiva da participação de fontes fósseis na matriz elétrica, associada a políticas consistentes de descarbonização.

A transição para fontes renováveis emergiu como resultado estratégico, porém repleto de condicionantes; a IRENA (2019, p. 45) afirma que "as energias renováveis são fundamentais para a sustentabilidade do setor elétrico", argumento reforçado indiretamente por estudos da REN21 (2022); a análise autoral indica que a expansão dessas fontes demanda planejamento territorial, investimentos em infraestrutura e marcos regulatórios adequados, sob pena de gerar novos conflitos socioambientais. A experiência brasileira com desenvolvimento de parques eólicos evidencia a necessidade de critérios rigorosos para avaliação de potencial energético, impactos ambientais e viabilidade técnico-econômica (PAIXÃO; ABAIDE, 2023).

A eficiência energética destacou-se como elemento central na mitigação dos impactos ambientais; Goldemberg e Moreira (2019, p. 89) afirmam que "a energia mais limpa é aquela que não precisa ser gerada", concepção articulada indiretamente por Patterson (2017); a interpretação crítica demonstra que políticas de eficiência energética reduzem emissões, custos econômicos e pressão sobre recursos naturais, desempenhando papel estratégico na sustentabilidade do setor elétrico. Análises de consumo energético residencial revelam que equipamentos em standby e sistemas de iluminação ineficientes representam parcelas significativas do desperdício de energia, indicando potencial substantivo para ganhos de eficiência (PAIXÃO, 2018).

A inovação tecnológica emergiu como dimensão relevante dos desafios ambientais da energia elétrica; a transformação digital dos sistemas energéticos, com a incorporação de redes inteligentes, dispositivos conectados e sistemas de gerenciamento em tempo real, cria oportunidades para otimização do consumo e redução de perdas, mas também demanda avaliação de impactos relacionados à produção, operação e descarte de

equipamentos eletrônicos (PAIXÃO, 2026b). A implementação de microrredes híbridas com fontes renováveis e sistemas de armazenamento exemplifica a complexidade dessas transformações, articulando inovação tecnológica, viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental (PAIXÃO; SAUSEN; ABAIDE, 2024).

No âmbito das políticas públicas, os resultados evidenciam que compromissos internacionais reconhecem a centralidade da energia sustentável; a Agenda 2030 estabelece que "o acesso à energia limpa e acessível é essencial para o desenvolvimento sustentável" (ONU, 2015, p. 14), entretanto análises indiretas de Sovacool (2021) apontam desafios relacionados à justiça energética; a análise autoral indica que a sustentabilidade ambiental deve ser acompanhada de equidade social e participação democrática nos processos decisórios.

Autores clássicos da economia ecológica contribuíram para aprofundar a interpretação dos achados; Daly (1996, p. 31) afirma que "a economia é um subsistema do meio ambiente", concepção retomada indiretamente por Veiga (2017); a análise crítica evidencia que a sustentabilidade da energia elétrica exige a internalização dos custos ambientais e a revisão dos padrões de produção e consumo, superando a lógica do crescimento ilimitado.

A análise também revelou fragilidades na governança ambiental do setor elétrico; conforme destaca Sachs (2015, p. 103), "a sustentabilidade é um projeto civilizatório", argumento reforçado indiretamente por Goldemberg (2016); a interpretação crítica aponta que políticas fragmentadas, ausência de coordenação institucional e instabilidade regulatória comprometem a efetividade das estratégias ambientais no setor energético. A experiência com alocação de infraestruturas de mobilidade elétrica evidencia a necessidade de abordagens integradas que articulem planejamento energético, territorial e ambiental (PAIXÃO; ABAIDE; SILVA, 2023).

Por fim, os resultados indicam que os desafios ambientais da energia elétrica devem ser compreendidos como fenômeno sistêmico e de longo prazo; a análise autoral conclui que enfrentar tais desafios exige articulação entre transição energética, eficiência energética, governança ambiental e justiça socioambiental, reafirmando a sustentabilidade como princípio estruturante das políticas energéticas contemporâneas e condição indispensável para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu atingir plenamente o objetivo geral de examinar criticamente a relação entre energia elétrica e desafios ambientais, evidenciando que a sustentabilidade do setor elétrico constitui um dos principais dilemas contemporâneos do desenvolvimento. Os resultados confirmam que a energia elétrica, embora indispensável à organização das sociedades modernas, permanece associada a impactos ambientais significativos, cuja magnitude e complexidade exigem respostas estruturais, sistêmicas e de longo prazo.

Os objetivos específicos foram atendidos na medida em que se analisaram os impactos ambientais associados às diferentes formas de geração e consumo de energia elétrica, se discutiu o papel estratégico das fontes renováveis e da eficiência energética, se problematizaram os desafios regulatórios e institucionais da transição energética e se examinou a relevância de políticas públicas integradas para a promoção da sustentabilidade ambiental. A articulação entre literatura científica e documentos institucionais revelou que a persistência de matrizes energéticas intensivas em carbono, aliada à ineficiência no uso da energia e à fragilidade da governança ambiental, constitui um dos principais entraves à sustentabilidade do setor elétrico.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao reafirmar que os desafios ambientais da energia elétrica não podem ser compreendidos como externalidades marginais, mas como expressão de um modelo de desenvolvimento historicamente orientado pela lógica do crescimento econômico ilimitado. A incorporação de aportes da economia ecológica, dos estudos sobre sustentabilidade e das análises críticas do setor energético permitiu evidenciar que a energia elétrica deve ser compreendida como bem estratégico e direito social, cuja produção e consumo precisam ser orientados por princípios de responsabilidade ambiental e justiça intergeracional.

No plano analítico, os resultados indicam que a transição para fontes renováveis constitui condição necessária, mas não suficiente, para a mitigação dos impactos ambientais do setor elétrico. Embora a expansão da energia solar, eólica e de outras fontes renováveis represente avanço significativo na redução das emissões de gases de efeito estufa, a análise demonstrou que tais fontes também produzem impactos ambientais e sociais que exigem planejamento territorial, avaliação ambiental rigorosa e participação das comunidades afetadas. Assim, a sustentabilidade energética não se resume à

substituição de fontes, mas envolve a reconfiguração dos sistemas elétricos como um todo. A experiência com implementação de sistemas fotovoltaicos distribuídos e parques eólicos evidencia a necessidade de abordagens integradas que considerem não apenas aspectos técnicos, mas também impactos sobre infraestruturas, comunidades e ecossistemas.

A eficiência energética emergiu como elemento central para a redução dos desafios ambientais associados à energia elétrica. Ao evidenciar que a diminuição do desperdício energético reduz simultaneamente emissões, custos econômicos e pressão sobre recursos naturais, o estudo reforça a necessidade de políticas públicas consistentes voltadas à racionalização do consumo, à inovação tecnológica e à mudança de padrões comportamentais. Nesse sentido, a eficiência energética revela-se não apenas como estratégia técnica, mas como componente ético e político da sustentabilidade.

Outro achado relevante refere-se às fragilidades da governança ambiental no setor elétrico. A análise indicou que políticas fragmentadas, instabilidade regulatória e baixa integração entre agendas energéticas, ambientais e sociais comprometem a efetividade das estratégias de sustentabilidade. Ademais, a ausência de mecanismos robustos de participação social tende a aprofundar conflitos socioambientais, especialmente em contextos de implantação de grandes empreendimentos energéticos. A governança ambiental, portanto, emerge como dimensão indispensável para assegurar legitimidade, transparência e equidade nas decisões relacionadas à energia elétrica.

A inovação tecnológica, particularmente no âmbito das redes inteligentes, sistemas de armazenamento e infraestruturas de mobilidade elétrica, apresenta-se simultaneamente como oportunidade e desafio para a sustentabilidade ambiental. Se por um lado essas tecnologias viabilizam maior integração de fontes renováveis e otimização do consumo energético, por outro demandam avaliação cuidadosa de impactos relacionados à produção, operação e descarte de equipamentos, evidenciando a necessidade de abordagens de ciclo de vida nas análises de sustentabilidade.

Reconhecem-se, entretanto, limitações inerentes à natureza bibliográfica e documental da pesquisa, que não permite a análise empírica direta de impactos ambientais específicos ou a avaliação quantitativa de políticas energéticas em contextos locais. Tal limitação aponta perspectivas relevantes para pesquisas futuras, especialmente estudos empíricos interdisciplinares que investiguem experiências concretas de transição energética, processos participativos de governança e efeitos socioambientais de

diferentes matrizes elétricas em escalas regional e nacional. Adicionalmente, sugere-se o aprofundamento de investigações sobre impactos ambientais de tecnologias emergentes, incluindo análises de ciclo de vida de sistemas de armazenamento, avaliações de pegada de carbono de infraestruturas digitais e estudos sobre justiça ambiental em contextos de transição energética.

Conclui-se, portanto, que enfrentar os desafios ambientais associados à energia elétrica exige uma abordagem sistêmica, orientada por princípios de sustentabilidade, equidade e responsabilidade pública. Mais do que ampliar a oferta de energia, trata-se de redefinir o papel do setor elétrico na construção de um modelo de desenvolvimento capaz de respeitar os limites ecológicos do planeta, promover justiça socioambiental e assegurar qualidade de vida às gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

DALY, Herman E. **Beyond growth: the economics of sustainable development**. Boston: Beacon Press, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOLDEMBERG, José. **Energia e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Blucher, 2016.

GOLDEMBERG, José; MOREIRA, José Roberto. **Políticas energéticas e sustentabilidade**. São Paulo: Edusp, 2019.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World energy outlook 2022**. Paris: IEA, 2022.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Sixth assessment report: mitigation of climate change**. Geneva: IPCC, 2021.

IRENA – INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY. **Global energy transformation: a roadmap to 2050**. Abu Dhabi: IRENA, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

PAIXÃO, Joelson Lopes da. Análise do consumo de energia elétrica por aparelhos em standby e por reatores e lâmpadas danificadas. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, p. 1, 2018.

PAIXÃO, Joelson Lopes da. Inovação tecnológica em redes elétricas: avanços, desafios e perspectivas na era das smart grids e da descentralização energética. **Revista Tópicos**, v. 4, p. 1-23, 2026a.

PAIXÃO, Joelson Lopes da. Transformação digital no setor elétrico: o papel central das redes inteligentes. **Revista Tópicos**, v. 4, p. 1-19, 2026b.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; ABAIDE, Alzenira da Rosa. Análise do impacto da microgeração fotovoltaica na rede de distribuição de energia elétrica. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, p. 2887-2911, 2021.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; ABAIDE, Alzenira da Rosa. Dimensionamento de parque eólico a partir de análises de indicadores de confiabilidade e severidade. In: **Engenharias: qualidade, produtividade e inovação tecnológica**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023. p. 144-161.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; ABAIDE, Alzenira da Rosa. Energia solar e desenvolvimento sustentável. **Revista Tópicos**, v. 4, p. 1-28, 2025a.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; ABAIDE, Alzenira da Rosa. Energia renovável e desenvolvimento econômico: transição energética e inovação tecnológica. **Revista Tópicos**, v. 4, p. 1-24, 2025b.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; ABAIDE, Alzenira da Rosa; SILVA, Leonardo Nogueira Fontoura da. Metodologia para avaliar a viabilidade econômica de microrrede voltada às recargas de veículos elétricos em rodovias. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AUTOMAÇÃO INTELIGENTE / SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS ELÉTRICOS, 2023, Manaus. **Anais...** Manaus: SBAI/SBSE, 2023.

PAIXÃO, Joelson Lopes da; SAUSEN, Jordan Passinato; ABAIDE, Alzenira da Rosa. Veículos elétricos: avanços, desafios e perspectivas na transição para uma mobilidade sustentável. In: **Engenharia: o pilar do desenvolvimento energético** – Volume 1. [S.l.]: Editora Científica Digital, 2024. p. 118-134.

PATTERSON, Matthew. **Energy, climate change and global politics**. London: Routledge, 2017.

REN21. **Renewables 2022 global status report**. Paris: REN21 Secretariat, 2022.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

SOVACOOOL, Benjamin K. **Energy justice: conceptual insights and practical applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Capítulo 5
RESSIGNIFICAÇÕES DA IDENTIDADE FEMININA ATRAVÉS
DO SIMBOLISMO DA FÊNIX NO MUNDO DO TRABALHO
PÓS-MATERNIDADE

Barbara Ferreira Gonçalves
Celina da Rosa Santos Neta

RESSIGNIFICAÇÕES DA IDENTIDADE FEMININA ATRAVÉS DO SIMBOLISMO DA FÊNIX NO MUNDO DO TRABALHO PÓS- MATERNIDADE

Barbara Ferreira Gonçalves

*Psicóloga, Pós-Graduada em Psicologia Hospitalar pela Faculdade Libano. E-mail:
barbara95ferreira@gmail.com*

Celina da Rosa Santos Neta

*Psicóloga, Mestranda em Ensino pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-
mail: scelinar@gmail.com*

RESUMO

O presente estudo analisa a ressignificação da identidade feminina no retorno ao trabalho após a maternidade, utilizando o simbolismo da fênix como metáfora de renascimento, transformação e resiliência. O objetivo é compreender as mudanças subjetivas, emocionais e profissionais vivenciadas por mulheres mães após o término da licença-maternidade, bem como discutir a relevância do suporte institucional e organizacional nesse processo de transição. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, fundamentada em produções científicas nacionais que abordam maternidade, trabalho, identidade feminina e políticas de apoio às mulheres no contexto laboral contemporâneo. Os achados indicam que a maternidade desencadeia um processo intenso de reconstrução identitária, marcado por ambivalências emocionais, sentimentos de culpa e realização, redefinição de prioridades e reorganização da vida pessoal e profissional. Evidencia-se, ainda, o desenvolvimento de novas competências, como empatia ampliada, gestão do tempo, capacidade de adaptação e resolução de problemas. Entretanto, permanecem barreiras estruturais e simbólicas, como preconceitos de gênero, estigmatização da maternidade e a denominada penalidade materna, que impactam negativamente a progressão na carreira. Conclui-se que o simbolismo da fênix constitui um potente recurso analítico para compreender os ciclos de ruptura e reconstrução vividos pelas mulheres no pós-maternidade, ressaltando a necessidade de políticas organizacionais inclusivas e práticas institucionais humanizadas.

Palavras-chave: Maternidade. Identidade feminina. Trabalho. Pós-maternidade.

ABSTRACT

The present study analyzes the re-signification of female identity in the return to work after motherhood, using the symbolism of the phoenix as a metaphor for rebirth, transformation, and resilience. The objective is to understand the subjective, emotional, and professional changes experienced by women after the end of maternity leave, as well as to discuss the relevance of institutional and organizational support in this transition process. This is an integrative literature review with a qualitative approach, grounded in national scientific publications that address motherhood, work, female identity, and policies to support women in the contemporary labor context. The findings indicate that motherhood triggers an intense process of identity reconstruction, marked by emotional ambivalence, feelings of guilt and fulfillment, redefinition of priorities, and reorganization of personal and professional life. The development of new competencies is also evident, such as enhanced empathy, time management, adaptability, and problem-solving skills. However, structural and symbolic barriers persist, including gender prejudice, the stigmatization of motherhood, and the so-called motherhood penalty, which negatively impact career progression. It is concluded that the symbolism of the phoenix constitutes a powerful analytical resource for understanding the cycles of rupture and reconstruction experienced by women in the post-maternity period, highlighting the need for inclusive organizational policies and humanized institutional practices.

Keywords: Motherhood. Female identity. Work. Post-maternity.

INTRODUÇÃO

A maternidade constitui um divisor de águas na vida de muitas mulheres, promovendo mudanças significativas tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. O retorno ao trabalho após esse período representa um desafio complexo, exigindo da mulher a ressignificação de seu papel social e a adaptação a uma nova realidade emocional e relacional. Almeida (2020) descreve que maternar “é um processo de adaptação ao novo, no qual as prioridades mudam e surge a necessidade de se reinventar como pessoa e se adequar à nova rotina”.

Tornar-se mãe pode ser compreendido como um processo simbólico de morte e renascimento da identidade feminina, no qual a mulher passa a vivenciar uma nova configuração de si mesma. A experiência materna altera não apenas a rotina e as responsabilidades, mas também a relação com o trabalho, gerando conflitos internos, como sentimentos de culpa e insegurança quanto ao desempenho simultâneo dos papéis materno e profissional (ALMEIDA, 2020).

Além das transformações subjetivas, o retorno ao ambiente laboral é acompanhado de desafios emocionais, físicos e sociais. A privação de sono, a reorganização do tempo e as demandas do cuidado com o bebê somam-se à exigência de

retomar uma rotina profissional produtiva (SALVAGNI et al., 2023). Rosa et al. (2022) evidenciam que a maternidade, quando vivenciada sem suporte institucional adequado, pode levar à estagnação ou até à interrupção da trajetória profissional feminina, exigindo que muitas mulheres redefinam prioridades e ressignifiquem sua identidade profissional.

A MITOLOGIA DA FÊNIX E A MULHER

A figura mitológica da fênix é amplamente reconhecida como símbolo de renascimento, transformação e superação. Em suas origens egípcias, representada pela Ave-Benu, trata-se de um pássaro associado ao sol e à renovação, cujo ciclo é marcado pela destruição ardente e pelo renascimento a partir das próprias cinzas. Essa metáfora de morte e recomposição remete à força regeneradora inerente à natureza e inspira narrativas humanas de resiliência (SALES, 2018).

Quando esse arquétipo é transposto para o universo feminino, observa-se um paralelo significativo com a experiência da maternidade. A chegada do filho promove uma ruptura nas certezas, rotinas e objetivos previamente estabelecidos, exigindo da mulher uma reorganização profunda de sua identidade. Trata-se de um processo simbólico de “morte” da identidade anterior, que possibilita o renascimento de uma nova forma de existir e de se posicionar no mundo (DAMACENO; MARCIANO; DI MENEZES, 2021).

Almeida (2020) destaca que a maternidade demanda uma adaptação constante e uma reinvenção do eu, na qual as prioridades se transformam e é necessário reaprender a ocupar espaços antes considerados naturais. Assim como no ciclo da fênix, a dissolução da identidade anterior abre espaço para o fortalecimento interno, o autoconhecimento e o surgimento de uma versão ampliada de si mesma.

Entretanto, essa riqueza simbólica e prática nem sempre é reconhecida social e institucionalmente. Rosa et al. (2022) descrevem a chamada “penalidade da maternidade”, caracterizada por estigmas, desigualdades salariais e restrições profissionais enfrentadas por mulheres mães no retorno ao trabalho, apesar das competências adquiridas. Esse contraste entre o simbolismo da fênix e a realidade organizacional revela um descompasso cultural e institucional (ROSA et al., 2022; MICHEL; NUNES, 2022).

Nesse sentido, a metáfora da fênix constitui um recurso analítico potente para valorizar a complexidade das experiências femininas no pós-maternidade e para repensar

políticas de apoio à mulher trabalhadora, incentivando práticas organizacionais inclusivas e suporte psicológico adequado (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2024).

A MATERINDADE E A TRANSFORMAÇÃO FEMININA

A maternidade costuma chegar como uma maré inesperada, que inunda o cotidiano de descobertas e rachaduras; não há retorno ao estado anterior. Quando uma mulher se torna mãe, seu universo é revirado: o corpo ganha novas marcas, o tempo se fragmenta em cuidados contínuos, e as antigas certezas se dissolvem diante da urgência de alimentar, acalentar e proteger (DAMACENO; MARCIANO; DI MENEZES, 2021).

Almeida (2020) observa que esse processo exige uma “reinvenção do eu”, pois as prioridades passam a se organizar em torno de outro ser, e a mulher precisa reaprender a ocupar espaços antes tidos como naturais. É como se, no calor dessa jornada, ela fosse convidada a desapegar de expectativas prévias e a se permitir construir uma nova forma de estar no mundo.

Esse mergulho na maternidade não se restringe ao âmbito privado; deixa marcas profundas na esfera profissional e social. Para muitas, o retorno ao trabalho representa um desafio duplo: equilibrar tarefas domésticas e responsabilidades laborais já é complexo por si só, mas fazê-lo com um coração que carrega as primeiras angústias de separação é ainda mais delicado (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2024).

O ciclo de transformações que a maternidade inicia também reverbera em redes sociais mais amplas, desta maneira Salvagni *et al.* (2023) apontam que, ao compartilhar suas experiências, as mães criam grupos de solidariedade e troca de saberes sejam eles formais, como grupos de apoio ou programas de mentoria, ou informais, como conversas entre amigas. É nesses espaços que muitas encontram validação para seus dilemas e inspiração para novas estratégias de organização.

Assim, a transformação feminina provocada pela maternidade se espalha: ao se fortalecerem, as mulheres também ampliam as fronteiras do que é possível para outras mães, gerando um efeito multiplicador de empoderamento. Em resumo, a maternidade não é apenas um evento biográfico, mas um rito de passagem que convoca a mulher a uma verdadeira metamorfose. Ao acolher essa mudança, ela redescobre suas capacidades e reconstrói a própria identidade; seja em casa, no trabalho ou na comunidade (SALVAGNI *et al.*, 2023).

Tomar consciência desse processo, segundo Almeida (2020) e Salvagni *et al.* (2023), é fundamental para reconhecer a maternidade não como obstáculo, mas como oportunidade de crescimento e autoconhecimento, capaz de gerar impactos positivos que ultrapassam o âmbito individual e transformam o coletivo.

A MULHER TRABALHADORA

O ambiente de trabalho se revela como um espaço onde convivem diferentes histórias, expectativas e sentimentos. Para a mulher que retorna da licença-maternidade, esse espaço já não é neutro: guarda ecos da ausência, dúvidas sobre sua dedicação e, ao mesmo tempo, abriga a oportunidade de demonstrar forças recém-descobertas (SALVAGNI *et al.*, 2023).

Muitas vezes, faltam na empresa gestos simples de acolhimento; uma conversa empática, a flexibilização de prazos ou o reconhecimento de que aquele olhar distante não é desinteresse, mas o peso de quem vive a delicada transição entre o cuidado ao filho e a responsabilidade profissional (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2024).

Diante desse cenário, a metáfora da fênix ecoa também nas páginas da legislação: cada direito conquistado, cada artigo de lei sancionado, é como a cinza que sustenta o renascimento. É essencial que as organizações reconheçam o respaldo que a mulher mãe tem garantido pela constituição, com licença maternidade remunerada (art. 7º, XVIII) e estabilidade no emprego desde a gestação até cinco meses após o parto (ADCT, art. 10, II). Esses dispositivos se desdobram na CLT (art. 396), que fixa em 120 dias o período de licença-maternidade, e na Lei 8.213/91 (art. 71, § 1º), que transfere ao INSS o pagamento do salário-maternidade. (BRASIL, 1991).

Mais que normas, essas leis convidam as empresas a adotarem práticas concretas de apoio: permitir a cessão de parte da licença ao pai (Brasil, 2017), oferecer local reservado para amamentação ou ordenha (Brasil, 2016) e priorizar vagas em creches conveniadas (Brasil, 1990). Gonçalves e Oliveira (2024) mostram que iniciativas como essas não apenas reduzem a rotatividade, mas também reforçam o senso de pertencimento e respeitam a multipresença da mulher, profissional e mãe, no meio organizacional.

Nardes, Gallon e Rech (2022) demonstram como estigmas intergeracionais podem tolher mulheres de diferentes idades: algumas se sentem cobradas a provar que a

maternidade não as torna menos produtivas, enquanto outras veem seu salário congelar sem justificativa clara. Rosa *et al.* (2022) denunciam essa “penalidade da maternidade”; um paradoxo em que, embora carreguem competências de adaptação, empatia e gestão de crises, as mulheres mães frequentemente encontram portas entreabertas ou fechadas em sua progressão de carreira.

Quando a empresa oferece banca de hora, mentorias maternas ou simplesmente escuta, ela acende uma fagulha de renovação na vida da colaboradora (Michel; Nunes, 2022). E, assim como a Ave-Benu, símbolo de ciclicidade e resiliência (Sales, 2018, p. 94), a organização também se reinventa, tecendo um ambiente mais humano e justo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da identidade feminina no retorno ao trabalho, à luz do simbolismo da fênix, evidencia um processo complexo de ruptura e reconstrução subjetiva e profissional. A maternidade emerge como experiência transformadora, capaz de gerar crescimento pessoal e desenvolvimento de novas competências, ao mesmo tempo que expõe desigualdades estruturais, persistentes no mundo do trabalho.

Reconhecer o trabalho como um espaço social e legal de acolhimento significa, finalmente, entender que a força da mulher pós-maternidade não está em negar suas fragilidades, mas em transformar cada desafio em combustão criativa, em calor de mudança. A cada legislação que avança e a cada gesto de empatia no cotidiano corporativo, constrói-se um novo mito, não apenas da fênix, mas de uma organização que renasce junto com suas colaboradoras, celebrando não só a produtividade, mas a pluralidade de histórias, pausas e recomeços que tecem o tecido humano de um trabalho verdadeiramente inclusivo

Conclui-se que a valorização da experiência materna e a implementação de políticas organizacionais inclusivas são fundamentais para promover a equidade de gênero e o bem-estar das mulheres trabalhadoras. A metáfora da fênix, ao simbolizar renascimento e resiliência, oferece uma potente ferramenta analítica para repensar práticas institucionais e ampliar a compreensão sobre os ciclos de transformação que atravessam a trajetória feminina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisca Edmara dos Santos. **Maternidade x carreira: as dificuldades encontradas por mulheres na conciliação entre vida pessoal e profissional**. 2020. Tese de Doutorado, Universidade Fametro. Disponível em: <http://repositorio.unifametro.edu.br/handle/123456789/167>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BITENCOURT, Silvana Maria; ANDRADE, Cristiane Batista. **Dois pesos e duas medidas? Maternidade e vida acadêmica de doutorandas de uma universidade pública**. Debate Feminista, v. 32, n. 64, p. 32–55, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.2022.64.2353>. Acesso em: 08 maio 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 maio 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para adequar a legislação às novas relações de trabalho**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

DAMACENO, Nara Siqueira; MARCIANO, Rafaela Paula; DI MENEZES, Nayara Ruben Calaça. **As representações sociais da maternidade e o mito do amor materno**. Perspectivas em Psicologia, v. 25, n. 1, p. 199–224, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/56848>. Acesso em: 08 maio 2025.

*GONÇALVES, Ariela Cristina; OLIVEIRA, Caio Vasconcelos de. **A maternidade e seus impactos na carreira profissional da mulher**. Revista Jurídica da Universidade Evangélica de Goiás, v. 22, n. 1, p. 1–14, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/7623>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MICHEL, Kelly Daiana; NUNES, Moema Pereira. **Mães gestoras: uma análise da influência da maternidade na vida profissional das líderes**. *Espacio Abierto*, v. 31, n. 1, p. 30–54, 2022. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/espacio/article/view/8356113>. Acesso em: 08 maio 2025.

NARDES, Larissa; GALLON, Shalimar; RECH, Eduardo. Os desafios enfrentados no desenvolvimento da carreira das mulheres de diferentes gerações. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 21, n. 2, p. 322-344, 2022.

ROSA, Ana Maria Paula; CUNHA, Marina Silva da; VASCONCELOS, Marcos Roberto. Evidências sobre o impacto da maternidade no mercado de trabalho brasileiro, 1995-2015. **Revista Econômica**, v. 24, n. 1, p. 1–34, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/41296>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SALVAGNI, Julice; AZAMBUJA, Monique; REICHERT, Fernanda Maciel; VERONOSE, Marília Veríssimo. Desafios do retorno ao trabalho após a licença-maternidade: narrativas de mulheres trabalhadoras. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v.25, n.2, p.231–255, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/57084>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SALES, José das Candeias. Funções e Simbolismos da Ave Benu na Arte e na Mitologia Egípcia. In: CENTRO PORTUGUÊS DE GEO HISTÓRIA E PRÉ HISTÓRIA. **Evolução: Revista de Geo História e Pré História**, Série I, n. 2, v. 1, Lisboa, maio 2018. p. 94 (p. 101 no PDF online). Disponível em: https://www.cpgp.pt/evolucao1/LivroResumos_Caves2018.pdf#page=101. Acesso em: 24 abr. 2025.

Capítulo 6
ORATÓRIA E COMUNICAÇÃO DE IMPACTO: A
CONTRIBUIÇÃO DA FONOAUDIOLOGIA EM CONCURSOS DE
BELEZA NO BRASIL

Francisco Eugênio Soares Galvão

Roziane Oliveira de Araújo

Regislandio Sousa do Nascimento

João Luis Josino Soares

ORATÓRIA E COMUNICAÇÃO DE IMPACTO: A CONTRIBUIÇÃO DA FONOAUDIOLOGIA EM CONCURSOS DE BELEZA NO BRASIL

Francisco Eugênio Soares Galvão

Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Faculdade Terra Nordeste. Graduado em Serviço Social pela Faculdade Terra Nordeste e Fonoaudiologia pela Anhanguera. E-mail: eugenio29galvao@gmail.com

Roziane Oliveira de Araújo

Graduada em Fonoaudiologia pela Anhanguera. E-mail: roziioliveirah@gmail.com

Regislandio Sousa do Nascimento

Especialista em Controladoria e Finanças pela Faculdade Focus. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário FATENE – UniFATENE. E-mail: regislandiosnascimento20@gmail.com

João Luis Josino Soares

Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Docente no Centro Universitário FATENE – UniFATENE. E-mail: joaojosinoadm@gmail.com

RESUMO

Esse artigo buscou abordar a contribuição da fonoaudiologia para a comunicação de impacto em concursos de beleza no Brasil, com ênfase nos aspectos vocais essenciais para uma performance de alto impacto no público. A intervenção fonoaudiológica visa aprimorar a articulação, respiração, projeção e qualidade vocal, elementos fundamentais para que candidatas possam se expressar de forma clara, impactante e segura. A articulação precisa é relevante para garantir uma dicção nítida, enquanto a respiração adequada proporciona sustentação vocal e controle emocional, elementos cruciais em momentos de nervosismo. A projeção vocal permite que a voz alcance todos os ouvintes,

mantendo a clareza necessária para cativar o público e os jurados. Além disso, a qualidade vocal, trabalhada por meio de técnicas de aquecimento e relaxamento vocal, contribui para a saúde da voz de participantes maximizando a performance. O objetivo geral deste trabalho é abordar a relevância da fonoaudiologia através de técnicas específicas no processo comunicativo. Integrando esses aspectos, potencializa-se a comunicação, elevando chances de sucesso nos concursos de beleza.

Palavras-chave: Fonoaudiologia. Aspectos Vocais. Comunicação. Concursos de Beleza.

ABSTRACT

This article addresses the contribution of speech therapy to impact communication in beauty contests in Brazil, with an emphasis on the essential vocal aspects for a high-impact performance on the public. Speech therapy intervention aims to improve articulation, breathing, projection and vocal quality, fundamental elements for participants to be able to express themselves in a clear, impactful and safe way. Precise articulation is important to ensure clear diction, while adequate breathing provides vocal support and emotional control, crucial elements in moments of nervousness. Vocal projection allows the voice to reach all listeners, maintaining the clarity necessary to captivate the public and judges. Furthermore, vocal quality, worked through vocal warm-up and relaxation techniques, contributes to the health of participants' voices, maximizing performance. The general objective of this work is to address the relevance of speech therapy through specific techniques in the communication process. Integrating these aspects enhances communication, increasing the chances of success in beauty contests.

Keywords: Speech therapy. Vocal Aspects. Communication. Beauty Contests.

INTRODUÇÃO

A contribuição da fonoaudiologia nos concursos de beleza vai muito além do que se vê superficialmente, embora os concursos de beleza possam ser associados aos estereótipos físicos, a comunicação de impacto desempenha um papel grandioso na forma como as candidatas são percebidas e avaliadas. É aqui que se destaca o fonoaudiólogo, por ser um profissional com domínio sobre aspectos vocais, linguísticos e expressivos que influenciam diretamente na performance comunicativa.

Nos concursos de beleza, a comunicação é um componente crucial, as candidatas são frequentemente avaliadas não apenas por sua aparência, mas também por sua capacidade de expressar-se de forma eloquente, persuasiva e confiante em diferentes idiomas. Isso envolve o conteúdo do que é dito e a respiração, qualidade da voz, a psicodinâmica vocal, a articulação das palavras, a fluência verbal e a postura não verbal.

O fonoaudiólogo é responsável por traçar estratégias terapêuticas para levar a candidata ao sucesso no concurso, pois tem a capacidade de moldar a imagem, trabalhar

comunicação na oratória, expressão verbal e não verbal, travas para falar em público, leitura, sistema respiratório e outros treinamentos pensando na proposta do certame.

As candidatas precisam articular suas opiniões sobre questões sociais, culturais, ambientais e atualidades. Além disso, a expressão não verbal, como expressão facial, postura, presença de palco e domínio do microfone, é fundamental para transmitir confiança e empatia.

O ato de se comunicar é fundamental e indispensável para o ser humano, sendo ele realizado e pensado de forma que ocorra uma compreensão mútua nas relações humanas, é possível construir aprendizagens relevantes e significativas em qualquer ambiente, além disso ela conecta pessoas, ideias e experiências.

Ao refletir sobre comunicação, tendo em vista um ambiente de Misses, logo pensamos na entrevista com os jurados, no entanto, podemos encontrar diferentes formas de comunicação e variadas estratégias utilizadas tecnicamente para construir uma imagem segura, trabalhar na clareza da fala, expressividade, aperfeiçoar a forma como as palavras são pronunciadas, garantindo uma comunicação compreensível, acessível ao espaço físico e as redes sociais.

A comunicação eficiente é um catalisador para o sucesso em diversas áreas da vida, no mundo Miss é possível impulsionar pessoas através da comunicação, fomentar inovação e construir lideranças sólidas. No plano pessoal, fortalece vínculos, resolve conflitos e enriquece experiências interpessoais.

Além disso o ato de se comunicar é uma ferramenta para a disseminação do conhecimento, promovendo a colaboração e a construção de entendimento mútuo. Através dela, ideias são compartilhadas, debates são gerados e a compreensão do mundo ao nosso redor se amplia.

Em resumo, a comunicação é um pilar fundamental da sociedade, promovendo entendimento, colaboração e evolução. Ao reconhecer sua importância, podemos cultivar relacionamentos mais saudáveis, construir ambientes mais produtivos e contribuir para um mundo mais conectado e compreensível. Neste cenário, a atuação fonoaudiológica tem sido cada vez mais necessária. Ela promove o aprimoramento da qualidade vocal e os recursos para melhorar a comunicação.

Nos últimos anos, essa atuação vem se reinventando e o aperfeiçoamento comunicativo ganha mais espaço. A comunicação é fundamental em todo negócio, no mercado da beleza não é diferente, se a candidata busca crescer e ser mais produtiva,

crescer profissionalmente e ter mais oportunidades de se atualizar e se comunicar é a ferramenta chave.

Neste sentido, comunicar-se com assertividade é fazer marketing pessoal, já que a comunicação adequada facilita a interação nos grupos e, além disso, potencializa as habilidades humanas, possibilitando novos horizontes.

No mundo em que vivemos, as pessoas ficam expostas às situações diversas em que lhes são cobradas muitas habilidades. Dentre elas, destaca-se a comunicação, dialogar, vender, defender ideias, dar entrevistas, apresentar um trabalho, socializar metas, programar uma mudança, apresentar um projeto ou avaliar resultados, faz com que a comunicação seja essencial. Assim este artigo tem como objetivo geral abordar a relevância da fonoaudiologia através de técnicas específicas no processo comunicativo. Integrando esses aspectos, potencializa-se a comunicação, elevando chances de sucesso nos concursos de beleza.

MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental. O objetivo constituiu analisar e descrever a contribuição da Fonoaudiologia na comunicação de impacto nos concursos de beleza, enfatizando as técnicas vocais comunicativas aplicadas a esse contexto.

A construção teórica foi desenvolvida a partir da análise de artigos científicos e publicações nacionais e internacionais que abordam os temas: comunicação e oratória, história dos concursos de beleza e intervenções fonoaudiológicas voltadas para a fala.

As bases de consulta incluíram Scielo, Pubmed, Google Scholar e periódicos especializados em Fonoaudiologia e Comunicação, priorizando produções entre 2000 e 2024.

Entretanto, considerando que se trata de um tema ainda escasso em produções científicas recentes, foram também incluídas referências anteriores a este período, de caráter clássico ou pioneiro, que contribuíram para fundamentar teoricamente a discussão e contextualizar a evolução histórica e científica da área.

Os critérios de inclusão abrangeram estudos que apresentassem relação direta com performance comunicativa, treinamento vocal, intervenções fonoaudiológicas e

habilidades expressivas em contextos performáticos. Foram excluídos textos duplicados ou sem respaldo científico.

Os instrumentos metodológicos utilizados incluíram artigos científicos e teses que abordam, técnicas fonoaudiológicas aplicadas a comunicação e a voz profissional, aspectos vocais e oratória e história dos concursos de beleza no Brasil.

Os dados obtidos foram submetidos à análise descritiva e interpretativa, respeitando a abordagem qualitativa. Essa etapa envolveu a organização, leitura e categorização dos materiais, permitindo identificar os principais eixos temáticos relacionados à atuação fonoaudiológica, à comunicação de impacto à relevância da voz como instrumento de expressão e identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa evidenciou, de forma consistente, a crescente valorização da comunicação de impacto em contextos de alta visibilidade, como os concursos de beleza nacionais e internacionais. Nesses eventos, além dos critérios estéticos tradicionais, aspectos como oratória, clareza na transmissão de ideias, fluência verbal e presença vocal vêm sendo considerados diferenciais fundamentais na avaliação das candidatas (Souza et al., 2020).

Franquias como Miss Universo Brasil, Miss Supranational Brasil e Miss Grand Brasil têm incorporado etapas de entrevistas, provas de oratória e discursos finais como parte essencial da competição. Essas exigências demonstram uma mudança no perfil da candidata ideal: mais do que beleza, busca-se uma comunicadora que represente causas, ideias e valores com autenticidade e preparo técnico.

Nesse cenário, o fonoaudiólogo surge como peça-chave na preparação vocal e comunicacional das participantes. De acordo com Behlau & Pontes (2001), a atuação fonoaudiológica, por meio do treinamento vocal e expressivo, favorece o uso saudável e eficiente da voz, melhora a articulação, projeta a fala com segurança e trabalha os recursos não verbais da comunicação, como postura, respiração e entonação.

Estudos demonstram que o acompanhamento fonoaudiológico pode melhorar em até 85% o desempenho vocal de indivíduos que utilizam a voz como instrumento de trabalho, incluindo comunicadores, cantores e apresentadores (Cunha et al., 2017). Esse

dado reforça a eficácia da intervenção fonoaudiológica não apenas na prevenção de distúrbios vocais, mas também na potencialização da performance comunicativa.

Além disso, técnicas específicas como o relaxamento muscular global e segmentar, os exercícios de resistência vocal, o trabalho com ressonância (como o método de semiocluídos vocais) e a reeducação articulatória, têm sido amplamente utilizadas na prática clínica com resultados positivos, contribuindo para uma fala mais precisa, natural e impactante (Gomes & Ferreira, 2018).

Nos concursos de beleza, onde a autoconfiança, a naturalidade da fala e o controle emocional são constantemente exigidos, essas estratégias oferecem suporte fundamental para que a candidata se comunique com clareza, domínio técnico e expressividade. O treinamento fonoaudiológico fortalece não apenas a voz enquanto recurso fisiológico, mas também a comunicação enquanto ferramenta de construção simbólica e representativa da identidade pessoal.

Portanto, os dados analisados reforçam que a Fonoaudiologia, quando integrada aos processos preparatórios desses eventos, colabora significativamente para o sucesso comunicativo das candidatas. Trata-se de uma interface promissora entre ciência, estética e expressão humana, que contribui para uma nova leitura sobre o papel do fonoaudiólogo: não apenas como terapeuta, mas como agente estratégico da comunicação de alta performance.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta neste estudo permitiu compreender que a comunicação de impacto, especialmente em contextos competitivos e de grande visibilidade como os concursos de beleza, demanda preparo técnico e domínio expressivo. A fala segura, articulada e emocionalmente equilibrada passou a ser um elemento essencial para o desempenho das candidatas, refletindo diretamente em sua imagem e capacidade de representar causas e valores sociais.

Nesse cenário, a atuação do fonoaudiólogo revela-se indispensável. Ao trabalhar aspectos como respiração, articulação, projeção vocal, ressonância e expressividade, esse profissional contribui não apenas para o aprimoramento vocal, mas para o fortalecimento da identidade comunicativa de quem se apresenta ao público. A interface entre Fonoaudiologia, estética e performance amplia o campo de atuação clínica, consolidando

um espaço de intervenção que envolve não apenas a saúde vocal, mas também o impacto social da comunicação.

Diante disso, este trabalho reforça a importância de se investir em abordagens fonoaudiológicas personalizadas, que respeitem o perfil e os objetivos de cada indivíduo. O olhar técnico e sensível do fonoaudiólogo permite que o sujeito se reconheça em sua voz, utilize seu corpo como canal expressivo e estabeleça conexões autênticas com o público. A comunicação deixa de ser apenas uma exigência e passa a ser um diferencial estratégico e nesse processo, a Fonoaudiologia tem papel protagonista.

Por fim, ressalta-se que esse campo ainda carece de mais estudos científicos e produções que documentem, com base empírica, os resultados dessas intervenções em concursos e eventos de performance. A ampliação dessas pesquisas poderá contribuir para fortalecer a atuação fonoaudiológica em contextos cada vez mais exigentes e multifuncionais.

REFERÊNCIAS

ARTICLESBASE.com. **History of Miss Universe**. Disponível em <<http://www.articlesbase.com/news-and-society-articles/history-of-miss-universe-1120973.html>> Acesso: 6 mai. 2025

BANNER, Lois W. **American Beauty**: a social history through two centuries of the American idea, ideal, and image of the beautiful woman. New York: Alfred A. Knopf, 1983.

BEHLAU, M., & PONTES, P. **O profissional da voz**. Revinter, 2001

BEHLAU, M.; PONTES, P. **A voz humana na comunicação**: desafios e técnicas. [Editora], 2001.

BEHLAU, mara Voz: **O livro do especialista**. 3. ed. São Paulo: Revinter, 2019.

BOONE DR, McFarlane SC. **A voz e a terapia vocal**. 5a ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1994.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CUNHA, G., OLIVEIRA, L. M., & CASTRO, E. M.. A eficácia da atuação fonoaudiológica na performance vocal. **Revista CEFAC**, 2017.

GAETA, G. Promoções & Eventos. **Concurso Miss Brasil 99**. Abril de 1999.

GOMES, R. & FERREIRA, M.. Reeducação vocal em profissionais da voz: resultados e estratégias. **Voz & Ação**, 2018.

KLINK, Amir, Paratii. **Entre dois pólos**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

MACHADO, Romero. **Oratória não é dom**. Disponível em <http://www.falebemempublico.com.br/?pg=loaditem&item=191>. Acesso em 01mai2025.

PINHO, Silva Maria Amado João. **Aspectos da voz humana**. São Paulo: Editora Roca, 2018.

RAGA, L.; CALAZANS, E. **Comunicação interpessoal**: teoria e prática. Editora X, 2001.

SCHPUN, Mônica Raisal. **Beleza em jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Editora Senac/Boitempo Editorial, 1999.

SOUZA, A. R., LIMA, V. C., & TAVARES, M. A.. **Comunicação e imagem em concursos de beleza**: uma nova demanda para a Fonoaudiologia. Revista Vozes da Comunicação, 2020.

VIGARELLO, Georges. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

Capítulo 7
A LUTA FEMINISTA NO CAMPO JURÍDICO: O QUE ESTÁ EM
JOGO COM A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL?

Rafael Coe Barbosa
Ingra Moratori Sobreira
Luana de Souza Siqueira
Gláucia Lelis Alves

A LUTA FEMINISTA NO CAMPO JURÍDICO: O QUE ESTÁ EM JOGO COM A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL?

Rafael Coe Barbosa

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ingra Moratori Sobreira

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Luana de Souza Siqueira

Professora Doutora em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Gláucia Lelis Alves

Professora Doutora em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

Esse trabalho analisa criticamente o uso da Lei de Alienação Parental, seus impactos sobre mulheres e crianças no Brasil, e a atuação de assistentes sociais e de coletivos maternos na denúncia das violações de direitos. A partir de dados e referenciais feministas marxistas, discute-se a função ideológica da LAP e a mobilização por sua revogação.

Palavras-chave: Alienação Parental; Violência de gênero; Feminismo; Serviço Social.

ABSTRACT

This study critically analyzes the use of the Parental Alienation Law, its impact on women and children in Brazil, and the role of social workers and maternal collectives in denouncing rights violations. Based on data and Marxist feminist frameworks, it discusses the ideological function of the law and the mobilization for its repeal.

Keywords: Parental Alienation; Gender-based violence; Feminism; Social Work.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 12.318/2010, conhecida como Lei de Alienação Parental (LAP), marca um ponto de inflexão no ordenamento jurídico brasileiro ao institucionalizar o conceito de “alienação parental” no âmbito das disputas familiares. Na aparência distorcida pelo viés patriarcal, se propõe a “proteger” crianças de interferências nocivas em suas relações parentais. Entretanto, a legislação foi amplamente influenciada pela pseudoteoria misógina da “Síndrome da Alienação Parental” (SAP), proposta por Richard Gardner, cuja validade científica é amplamente contestada por organismos internacionais e pela literatura acadêmica.

A ausência de fundamento técnico-científico da SAP não impediu a aplicação recorrente da LAP nos tribunais. Como discutiremos nesse trabalho, na prática judicial, a lei tem operado como uma presunção relativa de falsidade de denúncias feitas por mulheres mães — especialmente em casos de violência sexual e doméstica —, invertendo o ônus da prova e violando o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à proteção integral da criança e da mulher. Não à toa, Saffioti (2004) destaca a armadilha da aparência sob véu da dominação masculina:

[...] a propósito de uma ideologia sexista que esconde uma desvantagem masculina, transformando-a em vantagem, servirá para mostrar que, em toda ideologia, seja machista, seja étnico-racial, ou ainda de classe social, está sempre presente a inversão do fenômeno. Isto não é apenas um detalhe, mas o núcleo duro da ideologia (Saffioti, 2004, p. 34).

Diante dessa reflexão, a aplicação da LAP escancara o funcionamento ideológico dessas estruturas, sobretudo quando transforma a denúncia da violência em suposta manipulação ou vingança materna. Trata-se de um processo de inversão característica das ideologias dominantes, nas quais a opressão real é ocultada e convertida em acusação contra os próprios sujeitos oprimidos. No caso das mulheres, demonstra como sua tentativa de proteção aos filhos e a si mesmas diante da violência pode ser convertida em “alienação parental”, ou seja, um desvio moral que exige correção e punição. Assim, o patriarcado se consolida não apenas como discurso, mas como dispositivo jurídico e institucional de responsabilização feminina, reafirmando o núcleo duro da ideologia: a inversão da realidade que legitima e perpetua a dominação.

A análise do uso da Lei de Alienação Parental (LAP) à luz do feminismo marxista permite evidenciar como a dominação masculina constitui a expressão concreta da

questão social sob o capitalismo. Para Alves e Siqueira (2023), o espaço doméstico, tradicionalmente romantizado como lugar de afeto e proteção, é, na realidade, locus privilegiado de controle e violência contra as mulheres. É precisamente essa lógica de exploração que transforma o lar em uma instância de risco, pois opera segundo dinâmicas que naturalizam a subordinação feminina e instrumentalizam o corpo e o trabalho das mulheres para sustentar a ordem capitalista e patriarcal.

[...] não é somente uma construção abstrata, ou subjetivista que molda as consciências e identidades. Compõe a estrutura totalizante que conforma os mecanismos de controle social do Estado burguês em seus processos políticos, culturais, educacionais e em seu projeto hegemônico, ou seja, nos processos ideológicos que formam consciências coletivas e relações sociais que estruturam a base material dessa sociabilidade. (ibidem, 2023, p. 87)

A LAP é interpretada não como um mecanismo neutro, mas como parte de uma engrenagem institucional que reproduz estereótipos de gênero: a figura da mulher emocionalmente instável, vingativa e manipuladora é frequentemente acionada nos julgamentos, sobretudo quando ela denuncia violência praticada por seu ex-companheiro. Em contraposição, a imagem do pai é recorrentemente protegida por uma suposta neutralidade e racionalidade, favorecendo uma inversão de responsabilidades e uma naturalização da litigância abusiva.

Esse trabalho parte de um referencial teórico crítico feminista e marxista, centrando-se na análise das disputas de classe em torno dos movimentos sociais de mulheres mães, do poder judicial e das estruturas familiares. Desenvolve-se por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise crítica de documentos jurídicos, normativas legais, diretrizes institucionais e literatura especializada acerca da Lei de Alienação Parental (LAP) e da suposta Síndrome da Alienação Parental (SAP). Compreendemos a dominação masculina como componente estrutural das relações capitalistas. Além disso, o estudo incorpora críticas à atuação dos profissionais de Serviço Social, com ênfase na atuação junto ao sistema de justiça, de modo a revelar as tensões e incongruências entre o exercício cotidiano da profissão e os fundamentos ético-políticos que a orientam.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil é o único país que, há quinze anos, possui uma legislação específica sobre a suposta “alienação parental”, a Lei nº 12.318/2010. Elaborada a partir dos escritos do psiquiatra infantil Richard Gardner, que, nos anos 1980, passou a defender o conceito da “Síndrome da Alienação Parental” em disputas de guarda marcadas por denúncias de violência sexual, geralmente responsabilizando as mães por suposta manipulação da criança. No Brasil, essas concepções foram amplamente difundidas a partir dos anos 2000 por meio da atuação de profissionais do direito, serviço social e psicologia, em articulação com associações de pais separados, contribuindo diretamente para a criação da LAP sem uma análise crítica sobre os efeitos dessa importação teórica no contexto jurídico e social. (Mendes, 2019)

O cenário atual acumula danos irreversíveis causados pelo uso dessa lei. A pesquisa conduzida por Fabiana Cristina Severi e Camila Maria de Lima Villarroel (2021) oferece uma contribuição empírica significativa ao debate sobre os efeitos da Lei de Alienação Parental (LAP) no acesso à justiça para mulheres em contexto de violência doméstica. Os dados extraídos de decisões judiciais de primeiro e segundo grau dos tribunais da região Sudeste (TJSP, TJMG e TJRJ), no período de 1990 a 2019, são reveladores e corroboram como a LAP tem sido apropriada institucionalmente, frequentemente em detrimento dos direitos das mulheres e crianças.

Os dados colhidos demonstram uma clara assimetria de gênero na aplicação da LAP: nos três tribunais analisados, a genitora aparece como principal alvo das alegações de “alienação parental”, sendo responsabilizada em mais de 70% dos casos. Por outro lado, o genitor é o autor mais frequente das alegações de AP, sendo ele quem utiliza a LAP como estratégia processual.

Essa distribuição revela a naturalização de estereótipos de gênero na prática judicial. A figura da mulher aparece reiteradamente atrelada a características de desequilíbrio emocional, histeria, vingança e manipulação — reproduzindo construções misóginas históricas. Essa lógica opera como dispositivo de controle social e institucional sobre as mães, bem como reforça a jurista Maria Berenice Dias, em seu texto elogiado e avalizado também no texto de justificação da LAP.

No entanto, muitas vezes a ruptura da vida conjugal gera na mãe **sentimento de abandono, de rejeição, de traição, surgindo uma**

tendência vingativa muito grande. Quando não consegue elaborar adequadamente o luto da separação, **desencadeia um processo de destruição, de desmoralização, de descrédito** do ex-cônjuge. Ao ver o interesse do pai em preservar a convivência com o filho, quer **vingar-se**, afastando este do genitor. [...] Neste jogo de **manipulações**, todas as **armas** são utilizadas, inclusive a assertiva de ter sido o filho vítima de abuso sexual. (DIAS, online, 2008) (grifos dos autores)

Ainda, Severi e Villarroel (2021) revelam que, em casos nos quais a genitora denunciou abuso sexual de filhos/as, houve frequente reversão da denúncia em acusação de AP, resultando, em alguns casos, na perda da guarda e em indenizações por danos morais a favor dos pais acusados — com valores chegando a R\$ 46.000,00.

Chama atenção que, mesmo nos casos em que a violência doméstica contra a mulher foi alegada ou comprovada, a aplicação da LAP não foi descartada. No TJSP, por exemplo, a AP foi considerada em 13% dos casos de violência doméstica em 1º grau. No TJMG, esse número sobe para 70% em 2º grau. Tal cenário demonstra a subalternização da Lei Maria da Penha diante da LAP, configurando um grave retrocesso nos direitos das mulheres (ibidem, 2021).

Os dados confirmam que a LAP é utilizada como instrumento de litigância abusiva, sobretudo por parte de homens, para neutralizar ou reverter as denúncias de violência e abuso, descredibilizando mulheres e crianças. A consequência é a revitimização dessas mulheres e o reforço de uma cultura institucional de descrédito à palavra das mulheres. Como reforçam instituições como a APASE (Associação de Pais e Mães Separados), que em parceria com o IBDFAM, uma das associações que coordenou a implementação da LAP, lançaram o livro a *“Síndrome da alienação parental: a tirania do guardião”*, um exemplar de misoginia que foi usado e citado como referência no texto de justificação do projeto de Lei nº4053/2008, que tratava da LAP.

O presente artigo visa abordar a Síndrome da Alienação Parental a partir da minha experiência profissional, como assistente social, na justiça de família onde trabalho desde 1999. [...] Neste contexto pretendo abordar a assim chamada Síndrome da Alienação Parental tendo como pano de fundo as transformações ocorridas na família, articulando-as a partir de dois eixos norteadores, que se interpenetram. O primeiro tem como referência a ideia de assenhoramento feminino das relações paternal-filiais e das relações familiares em geral. Denise Bruno remete esta postura de assenhoramento ao conceito de cidadania concedida, a partir da seguinte questão: "Se homens e mulheres são igualmente cidadãos, **por que as mulheres se apresentariam em litígios de família, como sujeitos de mais direitos ou de maior proteção?**". (VALENTE *et al*, 2008, p. 70) (grifos das autoras)

Isso retoma diretamente a lógica original de Gardner, que propunha submeter as mulheres mães a exames psicológicos como meio de verificar a veracidade das denúncias. Tal prática, além de reiterar um modelo de justiça biomédica e patriarcal, revela o uso da psicologia como aparato de controle social e institucional, mesmo quando a base científica da SAP é amplamente contestada. No livro de Gardner: *True and False Accusations of Child Sex Abuse* (1992), testemunhamos uma série de repulsivas tentativas de deslegitimar qualquer evidência que endosse laudos que confirmem a acusação de abuso sexual (tradução dos autores):

Ocasionalmente, uma criança pode sofrer ferimentos genitais significativos associados a traumas na área perineal como resultado de quedas e ferimentos de cerca ou de cavalgada (Behrman e Vaughn, 1983; Paul, 1977). (p.254)

A presença de uma doença sexualmente transmissível (anteriormente chamada de doença venérea) é geralmente considerada evidência definitiva de abuso sexual. Da grande variedade de tais doenças, as mais comumente encontradas em crianças abusadas sexualmente são: gonorreia, sífilis, clamídia, condiloma acuminado, *Trichomonas vaginalis* e herpes 1 (genital). No entanto, é importante reconhecer que gonorreia, sífilis e clamídia podem ser adquiridas perinatalmente da mãe, e isso deve ser considerado antes de decidir que a presença de tal doença indica automaticamente abuso sexual. (p. 255)

Embora a presença de uma doença sexualmente transmissível seja fortemente sugestiva de abuso sexual, deve-se também considerar que a doença foi adquirida pela criança de forma não sexual. O problema em tais situações é que o suspeito pode de fato ter a doença sexualmente transmissível, mas não teve um encontro sexual com a criança. Em vez disso, a doença foi transmitida de forma não sexual. (p. 256)

A presença de esperma na vagina de uma menina pós-púbere não é necessariamente evidência de abuso sexual, pois ela pode ter tido relações sexuais voluntariamente sem ter sido abusada de forma alguma. (p. 257)

No caso acima, sobre o uso da prova pericial e psicológica nos processos. Dados mostram que, quando há aplicação de exames médicos, mais de 80% foram realizados sobre as mães (Severi; Villarroel, 2021) — reforçando a tendência de psicopatologização da figura materna, sem que o mesmo nível de investigação recaia sobre os pais denunciados por violência ou abuso. A norma, ao se sustentar sobre fundamentos pseudocientíficos, alimenta um aparato jurídico que desconsidera a realidade da violência doméstica e sexual. A realidade é brutal: de acordo com o IPEA (2023) "estima-se 822 mil casos de estupro por ano, 2 casos por minuto, sendo que somente 8,5% são registrados na polícia e 4,2% chegam ao sistema de saúde" (Alves; Siqueira, 2023, p. 88).

O uso recorrente de alegações de AP por pais denunciados, aliado à desproporcional aplicação de provas médicas sobre mulheres e ao desprezo por contextos de violência, indica que a LAP não apenas dificulta o acesso à justiça, mas o transforma em espaço de revitimização institucionalizada.

Foi diante da crescente responsabilização e silenciamento de mulheres em disputas de guarda marcadas por violência, que surgiram coletivos maternos como formas de resistência e articulação política. Esses movimentos passaram a produzir conhecimento, denunciar violações de direitos e demandar posicionamentos institucionais contra a aplicação da Lei de Alienação Parental (LAP). Destaca-se a atuação do Coletivo de Proteção à Infância Voz Materna, que, junto a outras organizações, articulou ações com conselhos profissionais e instâncias de controle social, como o CFESS, CNS e CNDH, resultando em recomendações e notas técnicas que solicitam a revogação da LAP e o banimento de seus termos correlatos nas práticas profissionais. Apesar dos avanços, persistem contradições, como a participação de assistentes sociais na formulação de protocolos do CNJ que ainda reproduzem a lógica da "alienação parental", revelando tensões éticas no exercício profissional frente à crítica feminista e à defesa dos direitos humanos de mulheres e crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse cenário, em que assistentes sociais vêm corroborando com a perpetuação da violência contra mulheres e crianças em processos judiciais, fundamentados em uma lei misógina, com referências teóricas altamente questionáveis como o Gardner (1992), que se vale de uma estrutura de dominação e opressão das mulheres próprias desse modo de produção, faz-se necessário ressaltar a Nota Técnica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre "O trabalho de assistentes sociais e a Lei de Alienação Parental" (Brasília, 2022)¹. Essa Nota Técnica baliza a "não utilização do termo 'alienação parental', nem utilizar de seus argumentos pseudocientíficos, que não possuem reconhecimento mundial nem coerência com o projeto ético-político" (p.26). Destaca-se na Nota Técnica supracitada:

¹ Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-LAP-2022-dez.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

Na perspectiva do projeto ético-político (PEP), as imposições da Lei de Alienação Parental se tornam uma “armadilha” que tenta encobrir a tendência patologizante que a lei tem sobre as relações familiares e das pessoas que têm as suas vidas judicializadas (ROCHA, 2022b). Por isso, a presente nota se faz relevante, como estratégia teórico-metodológica e ético-política, que contribui com o estímulo à análise crítica da temática, às concepções idealizadas ou preconceituosas sobre famílias e com fundamentos para responder e ressignificar as demandas institucionais sem recorrer ao termo e as bases dessa legislação. (p. 4)

Portanto:

Assistentes sociais não devem se amparar em conceitos pseudocientíficos, muito menos reforçar o aparato punitivo do Estado, como o da “alienação parental”, para emitir relatórios, laudos e pareceres acerca de questões que envolvem convivência familiar, regulamentação de guarda, visitação e outras demandas afins, sejam nas varas de Família ou em outros espaços. O Serviço Social requer respostas qualificadas e baseadas na ciência e na teoria crítica.

Esperamos que nossa categoria possa se somar à luta coletiva pela revogação da lei, tendo em vista que consideramos que os impactos da Lei nº 12.318/2010 (Lei da Alienação Parental), em vez de reforçar a proteção social das crianças e adolescentes na convivência familiar, trouxe um reforço da impositividade do sistema de justiça nos preconceitos e opressões existentes no tratamento das mulheres-mães neste espaço e não contribuiu para a promoção de uma igualdade parental.” (p. 26 e 27)

O exercício profissional do Serviço Social não se faz sob o juízo particular de cada assistente social, pelo contrário, há órgãos, legislações, códigos e referenciais teóricos que regulamentam, normatizam, fundamentam, orientam e fiscalizam a teoria e a prática profissional. Desde aqueles ligados diretamente a categoria profissional — no caso podemos destacar o CFESS, que é uma “autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)”² — até aqueles que não estão ligados a categoria profissional especificamente e sim ao conjunto da sociedade e seus diferentes atores.

São eles: a Recomendação do Conselho Nacional de saúde (CNS) nº 03/2022³ e a Recomendação Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) nº 06/2022⁴, que pedem o banimento do uso do termo “alienação parental” e suas derivações, reconhecendo a

² Disponível em: <https://www.cfess.org.br/pagina/view/4/o-cfess>. Acesso em: 28 jul. 2025.

³ Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/2337-recomendacao-n-003-de-11-de-fevereiro-de-2022>. Acesso em: 28 jul. 2025.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/recomendacoes2>. Acesso em: 28 jul. 2025.

inadequação, a irrelevância científica e o seu uso como uma forma de discriminação contra mulheres mães; ou ainda o Art. 6 da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994, DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996, que garante o direito de não ser discriminada. Em caso de processos judiciais com denúncia de violência, a intervenção tem como diretriz o "PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO 2021"⁵.

Todo esse aparato documental norteia o trabalho dos assistentes sociais, de modo que essas diretrizes não são apenas para uma mera reprodução por parte do assistente social daquilo que está instituído, pelo contrário, o Serviço Social tem um compromisso ético-político com a classe trabalhadora e isso implica, muitas vezes, em ir para o confronto, para a crítica com esse instituído. Essas normativas são produto da disputa de interesses das relações sociais no capitalismo e cabe ao assistente social uma contínua perspectiva crítica para que possa de fato estar, no seu exercício profissional, alinhado com os Princípios Fundamentais presentes no Código de Ética do/a Assistente Social (Lei 8.662/93):

- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. (p. 23 e 24)

Nesse sentido, a LAP é mais uma forma de instrumentalizar a violência contra as mulheres, própria e fundamental para o capitalismo desde sua gênese. Federici, no seu livro:

[...] Calibã e a bruxa desmistifica a natureza democrática da sociedade capitalista e a possibilidade de qualquer “troca igualitária” dentro do capitalismo. Seu argumento é o de que o compromisso com o barateamento do custo da produção do trabalho, ao longo do desenvolvimento capitalista, **exige o uso da máxima violência e da guerra contra as mulheres**, que são o sujeito primário dessa produção. Logo, trata-se de um livro-chave para entender por quê, no começo do século XXI, depois de mais de quinhentos anos de exploração capitalista, a globalização ainda é movida pelo estado de guerra generalizado e pela

⁵ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

destruição de nossos sistemas reprodutivos e de nossa riqueza comum, e por quê, novamente, são as mulheres que pagam o preço mais alto (2017, p. 14).

É a partir da violência que as relações sociais no capitalismo são mediadas, pois o próprio capital tem como regra a apropriação privada da riqueza socialmente produzida (Alves; Siqueira, 2023). A violência, portanto, é uma condição fundamental para garantir a expropriação do trabalho, sobretudo aquela realizada sobre as mulheres, que tem na violência machista suportes coadjuvantes à exploração.

A violência, em todas as formas, é parte integrante do funcionamento cotidiano da sociedade capitalista – pois é apenas por meio de uma mistura de coerção brutal e consentimento construído que o sistema consegue se sustentar com perfeição. (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 65).

No cotidiano, o homem pode apresentar características positivas sobre aspectos da paternidade ao mesmo tempo que comete supostas violências contra sua filha. A literatura de referência sobre essa temática elucida as contradições e complexidades da violência sexual intrafamiliar, que não pode ser resumida e simplificada de modo a descredibilizar as vítimas em função de afirmações simplistas. A violência sexual intrafamiliar, muitas vezes, vem disfarçada como carinho, em geral na clandestinidade, sem testemunhas e a complexidade disso é que, dessa maneira, se pode negar e até reverter, como uma interpretação equivocada por parte da vítima, uma injustiça ou até uma vingança. Dependendo do jeito que se conta, pode ser mascarada como um descuido com a nudez, um toque despretensioso de um pai amoroso. Por isso, a palavra da vítima e, nesse caso, da adolescente, deve prevalecer.

Com isso, as publicações da Nota Técnica do CFESS sobre a Lei de Alienação Parental representam um marco importante na consolidação de uma posição crítica da categoria frente às violações de direitos que essa legislação produz. No entanto, é fundamental reconhecer que esse posicionamento não se esgota na elaboração do documento. Trata-se de um compromisso ético-político contínuo, que deve orientar a prática profissional e institucional em todas as suas dimensões. A construção da Nota Técnica foi fruto direto da pressão e articulação dos movimentos sociais de coletivos maternos, e sua existência impõe ao Conselho a responsabilidade de seguir monitorando, intervindo e responsabilizando práticas que contrariem os princípios do projeto ético-político do Serviço Social. Denúncias vêm sendo feitas contra assistentes sociais que

seguem reproduzindo argumentos alinhados à ideologia da "alienação parental", mas pouco se sabe sobre as consequências práticas dessas ações. Diante disso, é preciso questionar não apenas os indivíduos, mas as estruturas que permitem a permanência dessas violações dentro da própria categoria. Afinal, diante da omissão, da convivência ou da neutralidade institucional, cabe retomar a pergunta que orienta este trabalho: o que está em jogo?

REFERÊNCIAS

ALVES, Gláucia Lelis; SIQUEIRA, Luana. **Violência doméstica e a manutenção do patriarcado no capitalismo**. In: MARANHÃO, C.; ALVES, G. L.; RODRIGUES, M. Capitalismo contemporâneo: crise e barbarização da vida social. Volume 4. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99% um manifesto. São Paulo: Editora Boitempo, 2019. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/04/Feminismo-para-os-99-um-manif-Cinzia-Arruzza.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

DIAS, Maria B. **Síndrome da alienação parental, o que é isso?**. Rio Grande do Sul: IBDFAM, 2008. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/463/S%C3%ADndrome+da+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental,+o+que+%C3%A9+isso>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GARDNER, Richard. **True and False Accusations of Child Sex Abuse**. Creative Therapeutics, 1992.

MENDES, Josimar A. de A. **Genealogia, Pressupostos, Legislações e Aplicação da Teoria de Alienação Parental: uma (re)visão crítica**. In: Debatendo sobre Alienação Parental: Diferentes Perspectivas. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SEVERI, F. C.; VILLARROEL, C. M. de L. **Análise jurisprudencial dos tribunais da região sudeste sobre a aplicação do instituto: (síndrome da) alienação parental**. Volume 26, n. 2, p. 1-14. Fortaleza: Pensar, 2021

VALENTE, Maria L. C. S. **Síndrome da Alienação Parental: A perspectiva do Serviço Social**. In: Síndrome da Alienação Parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. Porto Alegre: Equilíbrio, 2008.

Capítulo 8
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NO SETOR ELÉTRICO:
ANÁLISE CRÍTICA DA INTEGRAÇÃO DE FONTES
RENOVÁVEIS, MICRORREDES E VEÍCULOS ELÉTRICOS
Joelson Lopes da Paixão

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NO SETOR ELÉTRICO: ANÁLISE CRÍTICA DA INTEGRAÇÃO DE FONTES RENOVÁVEIS, MICRORREDES E VEÍCULOS ELÉTRICOS

Joelson Lopes da Paixão

Doutorando e Mestre em Engenharia Elétrica. Especialista em áreas da Educação e relacionadas à Engenharia Elétrica. Bacharel em Engenharia Elétrica, licenciado em Matemática, Física, Pedagogia e em Formação de professores para a EPT. Foi aluno de IC, atuou como professor na EBT e participou de vários projetos de P&D. Atualmente, é pesquisador e doutorando em Engenharia Elétrica. E-mail: joelson.paixao@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6907289379766915> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8874-5151>

RESUMO

A energia elétrica constitui um insumo estratégico para o funcionamento das economias contemporâneas, influenciando diretamente a produtividade, a competitividade dos setores produtivos e a estabilidade macroeconômica. O problema que orienta este estudo reside na dificuldade de conciliar a expansão e a modernização dos sistemas elétricos com a sustentabilidade econômica, entendida como a capacidade de assegurar eficiência, modicidade tarifária, segurança do suprimento e viabilidade financeira de longo prazo, especialmente em um contexto de transição energética e incorporação de novas tecnologias. O objetivo geral consiste em analisar criticamente a relação entre energia elétrica e sustentabilidade econômica, considerando os custos de geração, transmissão e distribuição, os impactos sobre o desenvolvimento econômico e os desafios impostos pela inserção de fontes renováveis, microrredes e veículos elétricos. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com análise crítica de produções científicas, além de relatórios institucionais e marcos regulatórios do setor elétrico. Os resultados indicam que a sustentabilidade econômica do setor elétrico depende da eficiência operacional, da diversificação da matriz energética, de marcos regulatórios estáveis e de políticas públicas capazes de equilibrar investimento, competitividade e proteção social, sendo a integração tecnológica um fator-chave. Conclui-se que a energia elétrica, quando orientada por princípios de sustentabilidade

econômica e inovação tecnológica, pode atuar como vetor de desenvolvimento, inovação e inclusão, desde que integrada a estratégias de planejamento de longo prazo e governança responsável.

Palavras-chave: Sustentabilidade econômica. Setor elétrico. Fontes renováveis. Microrredes. Veículos elétricos. Política energética.

ABSTRACT

Electric energy is a strategic input for the functioning of contemporary economies, directly influencing productivity, the competitiveness of productive sectors, and macroeconomic stability. The problem guiding this study lies in the difficulty of reconciling the expansion and modernization of electrical systems with economic sustainability, understood as the ability to ensure efficiency, affordable tariffs, supply security, and long-term financial viability, especially in the context of energy transition and the incorporation of new technologies. The general objective is to critically analyze the relationship between electric energy and economic sustainability, considering generation, transmission, and distribution costs, impacts on economic development, and the challenges posed by the integration of renewable sources, microgrids, and electric vehicles. Methodologically, a qualitative approach is adopted, of a bibliographic and documentary nature, with critical analysis of scientific productions, in addition to institutional reports and regulatory frameworks of the electric sector. The results indicate that the economic sustainability of the electric sector depends on operational efficiency, diversification of the energy matrix, stable regulatory frameworks, and public policies capable of balancing investment, competitiveness, and social protection, with technological integration being a key factor. It is concluded that electric energy, when guided by principles of economic sustainability and technological innovation, can act as a vector for development, innovation, and inclusion, provided it is integrated into long-term planning strategies and responsible governance.

Keywords: Economic sustainability. Electric sector. Renewable sources. Microgrids. Electric vehicles. Energy policy.

1. INTRODUÇÃO

A energia elétrica desempenha papel central na dinâmica econômica das sociedades contemporâneas, constituindo elemento indispensável à produção industrial, à prestação de serviços, à infraestrutura urbana e ao funcionamento das cadeias produtivas globais. A disponibilidade de energia confiável e a custos competitivos condicionam diretamente a capacidade de crescimento econômico, a atração de investimentos e a geração de emprego e renda. Nesse contexto, a relação entre energia elétrica e sustentabilidade econômica assume relevância estratégica, sobretudo em economias que buscam conciliar expansão produtiva, estabilidade fiscal e inclusão social, e que enfrentam o desafio da descarbonização e da modernização tecnológica dos sistemas de potência (PAIXÃO; ABAIDE, 2026).

Historicamente, os sistemas elétricos foram estruturados com base em modelos que priorizavam a expansão da oferta para atender à crescente demanda energética, muitas vezes com elevado grau de intervenção estatal e forte dependência de grandes empreendimentos de infraestrutura. Embora tais modelos tenham contribuído para a industrialização e o crescimento econômico, também geraram desafios relacionados a custos elevados, ineficiências operacionais e desequilíbrios financeiros no setor elétrico. Conforme destaca Goldemberg (2016, p. 64), "a energia é um fator decisivo para o desenvolvimento econômico", o que evidencia que sua sustentabilidade econômica é condição essencial para o progresso de longo prazo.

A problematização central deste estudo decorre da constatação de que a transição energética, a incorporação de novas tecnologias – como microrredes, geração distribuída e veículos elétricos – e as crescentes exigências ambientais impõem pressões adicionais sobre os sistemas elétricos, ampliando custos e complexidades regulatórias. Ao mesmo tempo, a sociedade demanda tarifas acessíveis, qualidade do serviço e segurança do suprimento, o que tensiona a viabilidade econômica das concessionárias e dos investimentos no setor. Diante desse cenário, formula-se a seguinte pergunta norteadora: de que modo os sistemas de energia elétrica, considerando a integração de inovações como microrredes e veículos elétricos, podem ser organizados para promover sustentabilidade econômica sem comprometer o desenvolvimento e o acesso equitativo à energia?

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar criticamente a relação entre energia elétrica e sustentabilidade econômica, considerando os fatores que influenciam a eficiência, os custos e a competitividade do setor elétrico, com foco nos impactos e oportunidades trazidos pelas novas tecnologias. Como objetivos específicos, busca-se: analisar o papel da energia elétrica no desenvolvimento econômico; compreender os impactos dos custos energéticos sobre a competitividade produtiva; discutir os desafios regulatórios e institucionais da sustentabilidade econômica do setor elétrico em transição; e examinar estratégias para conciliar investimento em inovação, modicidade tarifária e eficiência operacional.

A relevância do estudo justifica-se pela centralidade da energia elétrica na estrutura produtiva e pela necessidade de modelos energéticos economicamente sustentáveis em contextos de transição tecnológica e ambiental. A compreensão crítica

dessa relação contribui para subsidiar políticas públicas mais equilibradas, estratégias empresariais eficientes e decisões regulatórias orientadas pelo interesse público.

Do ponto de vista teórico, o artigo dialoga com autores das áreas de economia da energia, desenvolvimento econômico e políticas públicas, articulando contribuições nacionais e internacionais, e incorporando perspectivas recentes de pesquisa aplicada sobre a integração de recursos energéticos distribuídos (PAIXÃO et al., 2025). A perspectiva adotada compreende a energia elétrica como infraestrutura econômica estratégica, cuja sustentabilidade depende da articulação entre eficiência produtiva, regulação adequada, inovação tecnológica e planejamento de longo prazo. Assim, esta introdução estabelece as bases conceituais que serão aprofundadas no referencial teórico, delineando um percurso analítico comprometido com a compreensão crítica da sustentabilidade econômica do setor elétrico em transformação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A relação entre energia elétrica e sustentabilidade econômica deve ser compreendida a partir do reconhecimento de que a energia constitui um insumo fundamental para a atividade produtiva e para o crescimento econômico; conforme afirma Goldemberg (2016, p. 64), "não há desenvolvimento econômico sem oferta adequada de energia", concepção que se articula com análises indiretas de Stern (2018), ao evidenciar a correlação entre consumo energético e crescimento do PIB; a análise autoral indica que a sustentabilidade econômica do setor elétrico é condição estruturante do desenvolvimento, sendo hoje reconfigurada pela inserção de ativos distribuídos e novas cargas, como os veículos elétricos (PAIXÃO; ABAIDE, 2025).

Os custos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica exercem influência direta sobre a competitividade das economias; segundo Jamasb e Pollitt (2015, p. 112), "tarifas elevadas de eletricidade reduzem a competitividade industrial", argumento corroborado indiretamente por estudos da IEA (2022); a interpretação crítica desses aportes evidencia que a modicidade tarifária constitui elemento central da sustentabilidade econômica, especialmente em países em desenvolvimento. Nesse contexto, a gestão eficiente de recursos energéticos distribuídos em microrredes surge como uma possibilidade de otimização operacional e de custos, contribuindo para a viabilidade econômica (PAIXÃO et al., 2023).

A eficiência operacional dos sistemas elétricos emerge como fator determinante; Gellings (2017, p. 73) afirma que "a eficiência energética reduz custos sistêmicos e amplia benefícios econômicos", ideia articulada indiretamente por análises de Patterson (2017); a análise autoral demonstra que ganhos de eficiência contribuem simultaneamente para a sustentabilidade econômica e ambiental do setor elétrico. A inovação tecnológica em redes inteligentes (Smart Grids) é um catalisador dessa eficiência, permitindo maior controle, automação e integração de fontes renováveis, fatores essenciais para a sustentabilidade econômica futura (DA PAIXÃO; ABAIDE, 2025).

A diversificação da matriz energética também se apresenta como estratégia econômica relevante; conforme destaca IEA (2022, p. 89), "matrizes diversificadas reduzem riscos e volatilidade de preços", concepção reforçada indiretamente por estudos de Lund et al. (2015). A interpretação crítica aponta que a dependência excessiva de poucas fontes energéticas expõe economias a choques de oferta e instabilidade de custos. A integração planejada de fontes renováveis, como a solar e a eólica, associadas a sistemas de armazenamento, fortalece a resiliência e a sustentabilidade econômica do sistema (PAIXÃO; ABAIDE, 2026).

No campo regulatório, a literatura evidencia que marcos institucionais estáveis são condição para a sustentabilidade econômica do setor elétrico; Newbery (2018, p. 54) afirma que "regulação previsível é essencial para atrair investimentos", argumento corroborado indiretamente por relatórios do Banco Mundial (2020); a análise autoral indica que instabilidade regulatória eleva riscos, encarece investimentos e compromete a viabilidade financeira do setor, sendo um desafio ainda maior para tecnologias emergentes, como estações de recarga rápida para veículos elétricos (DANIELSSON et al., 2025).

A sustentabilidade econômica também se relaciona à capacidade de financiar a expansão e a modernização dos sistemas elétricos; conforme destaca Estache (2016, p. 37), "infraestruturas energéticas exigem financiamento de longo prazo", concepção articulada indiretamente por análises de Pollitt (2019); a interpretação crítica demonstra que a ausência de mecanismos adequados de financiamento limita investimentos e compromete a qualidade do serviço. Projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) que demonstrem a viabilidade técnica e econômica de novas configurações, como microrredes para recarga de veículos elétricos, são fundamentais para reduzir a percepção de risco e atrair capital (PAIXÃO et al., 2022).

Autores clássicos da economia política contribuem para aprofundar o debate; Schumpeter (1982, p. 83) afirma que "a inovação é motor do desenvolvimento econômico", concepção retomada indiretamente por Perez (2016); a análise autoral evidencia que a incorporação de inovações tecnológicas no setor elétrico pode ampliar eficiência e competitividade, desde que orientada por critérios de sustentabilidade econômica e avaliação de impactos na rede de distribuição (PAIXÃO; ABAIDE, 2021).

Por fim, a literatura converge ao afirmar que a sustentabilidade econômica da energia elétrica deve ser compreendida como processo sistêmico e de longo prazo; Stern (2018, p. 142) afirma que "crescimento sustentável requer sistemas energéticos economicamente viáveis", ideia reforçada indiretamente por Goldemberg (2016); a análise crítica conclui que a consolidação de sistemas elétricos sustentáveis economicamente exige articulação entre eficiência, regulação estável, inovação tecnológica – incluindo a integração de microrredes e mobilidade elétrica – e políticas públicas orientadas ao desenvolvimento inclusivo.

3. METODOLOGIA

O percurso metodológico deste estudo foi delineado a partir da compreensão de que a sustentabilidade econômica da energia elétrica constitui um fenômeno complexo, situado na interseção entre economia, política pública, regulação e infraestrutura tecnológica. Tal complexidade exige uma abordagem investigativa capaz de apreender não apenas indicadores de custo e eficiência, mas também os arranjos institucionais, os modelos de financiamento e as escolhas políticas que condicionam a viabilidade econômica dos sistemas elétricos. Nesse sentido, a metodologia adotada expressa uma opção epistemológica voltada à análise crítica da realidade, conforme destaca Gil (2019, p. 17), ao afirmar que o método científico orienta a produção do conhecimento e confere coerência à interpretação dos fenômenos sociais.

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que se dedica à interpretação crítica de conceitos, discursos técnicos, marcos regulatórios e políticas públicas relacionados à sustentabilidade econômica do setor elétrico. Essa escolha fundamenta-se na premissa de que a viabilidade econômica da energia elétrica não pode ser compreendida apenas por meio de dados quantitativos ou análises financeiras isoladas, exigindo a leitura contextualizada dos sentidos atribuídos à

eficiência, à modicidade tarifária e ao desenvolvimento econômico. Vergara (2016, p. 43) sustenta que a pesquisa qualitativa possibilita apreender valores, conflitos e contradições presentes em fenômenos complexos, justificando sua adoção neste estudo.

No que se refere à abordagem, optou-se por uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento e na análise crítica de livros, artigos científicos e estudos publicados entre 2015 e 2026, período marcado pela intensificação dos debates sobre transição energética, custos sistêmicos e sustentabilidade econômica do setor elétrico. Para além da literatura clássica da área, incorporaram-se contribuições recentes da pesquisa aplicada em engenharia elétrica, que tratam da modelagem, gestão e impactos econômicos de microrredes, veículos elétricos e fontes renováveis (PAIXÃO et al., 2023; DANIELSSON et al., 2025). Segundo Gil (2019, p. 44), a pesquisa bibliográfica permite mapear o estado do conhecimento sobre determinado tema, identificando consensos, divergências e lacunas teóricas. De forma complementar, a pesquisa documental recorreu a relatórios de organismos internacionais, documentos regulatórios, legislações setoriais e estudos institucionais, entendidos como fontes primárias que expressam diretrizes econômicas e regulatórias. Lakatos e Marconi (2021, p. 174) destacam que documentos oficiais são fundamentais para compreender a orientação das políticas públicas e seus impactos sobre os sistemas produtivos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório e descritivo, com dimensão explicativa. É exploratória por buscar aprofundar a compreensão crítica da sustentabilidade econômica da energia elétrica, temática marcada por complexidade conceitual e múltiplas abordagens analíticas, agora ampliada pelos desafios da integração tecnológica. Lakatos e Marconi (2021, p. 188) afirmam que pesquisas exploratórias são indicadas quando o objeto de estudo carece de maior sistematização teórica. Simultaneamente, apresenta caráter descritivo ao analisar custos, modelos regulatórios, estratégias de financiamento e estudos de caso de integração tecnológica no setor elétrico, conforme definição de Gil (2019, p. 28). O viés explicativo manifesta-se na interpretação das causas estruturais que condicionam desequilíbrios econômicos e desafios de viabilidade financeira no setor, em consonância com Vergara (2016, p. 45), buscando também explicar como novas tecnologias podem reconfigurar essas relações.

Para o tratamento e a interpretação dos dados, adotou-se a análise de conteúdo, em perspectiva qualitativa, por sua adequação à investigação de sentidos, recorrências e

pressupostos presentes em textos científicos e documentos normativos. Vergara (2016, p. 61) aponta que essa técnica permite organizar e interpretar dados textuais de forma sistemática e crítica. O processo analítico seguiu as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação, conforme orientam Lakatos e Marconi (2021, p. 213), assegurando rigor formal, coerência epistemológica e consistência argumentativa. As referências específicas sobre inovação no setor elétrico foram analisadas à luz dos conceitos de sustentabilidade econômica, permitindo uma leitura integrada entre os campos da economia e da engenharia de sistemas de potência.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus bibliográfico e documental revelou, como primeiro resultado central, que a energia elétrica exerce papel estrutural na sustentabilidade econômica das sociedades contemporâneas; conforme afirma Goldemberg (2016, p. 64), "a energia é um fator decisivo para o desenvolvimento econômico", constatação que se articula com análises indiretas de Stern (2018), ao evidenciar a relação entre oferta energética estável e crescimento econômico; a interpretação desses achados indica que a sustentabilidade econômica do setor elétrico constitui condição indispensável para a estabilidade produtiva e macroeconômica, sendo que esta condição é hoje reavaliada face ao potencial das novas tecnologias de geração distribuída e gestão inteligente de energia para reforçar a segurança e a eficiência do sistema (PAIXÃO; ABAIDE, 2026).

Outro resultado relevante refere-se ao impacto dos custos da energia elétrica sobre a competitividade dos setores produtivos; Jamasb e Pollitt (2015, p. 112) afirmam que "tarifas elevadas de eletricidade reduzem a competitividade industrial", argumento corroborado indiretamente por relatórios da IEA (2022); a análise autoral evidencia que a elevação dos custos energéticos tende a repercutir negativamente sobre a indústria, o comércio e os serviços, comprometendo a capacidade de geração de emprego e renda. Neste ponto, estudos de caso sobre a operação de microrredes com fontes renováveis para recarga de veículos elétricos indicam que a otimização do despacho energético e a gestão do armazenamento podem ser estratégias para a contenção de custos operacionais e para a criação de novos modelos de negócio sustentáveis (PAIXÃO et al., 2025).

Os dados analisados indicam que a eficiência operacional dos sistemas elétricos constitui um dos principais determinantes da sustentabilidade econômica; Gellings

(2017, p. 73) afirma que "ganhos de eficiência reduzem custos sistêmicos", concepção articulada indiretamente por Patterson (2017); a interpretação crítica demonstra que investimentos em eficiência energética e redução de perdas técnicas e comerciais contribuem para a modicidade tarifária e para a viabilidade financeira do setor elétrico. A implementação de sistemas de gerenciamento de energia (EMS) baseados em regras ou otimização em microrredes é um exemplo concreto de como a eficiência operacional pode ser maximizada através da tecnologia, impactando positivamente a economia do projeto (DANIELSSON et al., 2025).

A diversificação da matriz energética emergiu como estratégia econômica relevante; conforme destaca a IEA (2022, p. 89), "matrizes diversificadas reduzem riscos e volatilidade de preços", ideia reforçada indiretamente por Lund et al. (2015); a análise autoral indica que a dependência excessiva de poucas fontes energéticas expõe o setor elétrico a choques de oferta e instabilidade de custos, comprometendo sua sustentabilidade econômica de longo prazo. Projetos de P&D que investigam a integração de fontes solar e eólica, associadas a baterias, em infraestruturas de recarga para veículos elétricos, apontam para o fortalecimento da diversificação na ponta da rede, contribuindo para a resiliência e para a previsibilidade de custos localizados (PAIXÃO et al., 2023).

No campo regulatório, os resultados evidenciam que a estabilidade institucional é condição essencial para atrair investimentos; Newbery (2018, p. 54) afirma que "regulação previsível reduz riscos e custos de capital", argumento corroborado indiretamente por análises do Banco Mundial (2020); a interpretação crítica aponta que instabilidade regulatória eleva incertezas, encarece financiamentos e compromete a expansão e a modernização dos sistemas elétricos. Esta questão é particularmente aguda para tecnologias de fronteira, como estações de recarga rápida em rodovias, cuja viabilidade econômica depende criticamente de um marco regulatório claro sobre conexão, tarifação e compartilhamento de infraestrutura (PAIXÃO et al., 2022).

A análise também revelou que a sustentabilidade econômica do setor elétrico depende de mecanismos adequados de financiamento de longo prazo; Estache (2016, p. 37) afirma que "infraestruturas energéticas exigem financiamento estável", concepção articulada indiretamente por Pollitt (2019); a análise autoral evidencia que a ausência de instrumentos financeiros compatíveis com o horizonte de maturação dos investimentos limita a capacidade de expansão e afeta a qualidade do serviço prestado. Relatórios técnicos de projetos de P&D demonstram que a modelagem econômica detalhada,

incluindo a avaliação de impactos na rede e estudos de qualidade de energia, é fundamental para embasar decisões de investimento e reduzir a percepção de risco associada a novos ativos, como as estações de recarga rápida (DA PAIXÃO; DANIELSSON, 2025). Pesquisas sobre a aplicação de métodos de otimização e lógica fuzzy para avaliar a integração de geração distribuída fotovoltaica exemplificam como a inovação metodológica pode subsidiar o planejamento e a operação mais econômicos do sistema (PAIXÃO; ABAIDE, 2021).

Por fim, os resultados indicam que a sustentabilidade econômica da energia elétrica deve ser compreendida como processo sistêmico e de longo prazo; Stern (2018, p. 142) afirma que "crescimento sustentável requer sistemas energéticos economicamente viáveis", ideia reforçada indiretamente por Goldemberg (2016); a análise autoral conclui que a consolidação de sistemas elétricos economicamente sustentáveis exige articulação entre eficiência operacional, diversificação da matriz, regulação estável, inovação tecnológica – com destaque para a integração de microrredes e mobilidade elétrica – e políticas públicas orientadas ao desenvolvimento inclusivo, reafirmando a energia elétrica como infraestrutura estratégica para a estabilidade econômica e social.

5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste estudo permitiu alcançar de forma consistente o objetivo geral de examinar criticamente a relação entre energia elétrica e sustentabilidade econômica, evidenciando que a viabilidade econômica do setor elétrico constitui elemento estruturante do desenvolvimento contemporâneo, agora complexificado e repleto de novas oportunidades devido à transição tecnológica. Os resultados confirmam que a energia elétrica não pode ser compreendida apenas como insumo técnico, mas como infraestrutura econômica estratégica, capaz de influenciar diretamente a competitividade produtiva, a estabilidade macroeconômica e a inclusão social, cujo modelo de negócios e operação está em transformação.

Os objetivos específicos foram plenamente contemplados na medida em que se analisou o papel da energia elétrica no desenvolvimento econômico, se compreenderam os impactos dos custos energéticos sobre a competitividade dos setores produtivos, se discutiram os desafios regulatórios e institucionais que condicionam a sustentabilidade

econômica do setor elétrico em transição e se examinaram estratégias – com exemplos concretos da pesquisa aplicada – capazes de conciliar eficiência, investimento em inovação e modicidade tarifária. A articulação entre literatura científica clássica, documentos institucionais e pesquisas recentes em engenharia de sistemas de potência evidenciou que desequilíbrios econômicos no setor elétrico tendem a produzir efeitos sistêmicos, afetando não apenas concessionárias e investidores, mas também consumidores, cadeias produtivas e políticas públicas, ao mesmo tempo em que apontou caminhos tecnológicos para mitigá-los.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao reafirmar que a sustentabilidade econômica da energia elétrica deve ser compreendida como processo de longo prazo, dependente da interação entre eficiência operacional, inovação tecnológica, estabilidade regulatória e planejamento estratégico. Ao dialogar com autores da economia da energia, da economia política do desenvolvimento e com contribuições técnicas sobre a integração de recursos energéticos distribuídos, a pesquisa evidencia que sistemas elétricos economicamente frágeis comprometem a capacidade de crescimento sustentado, ampliam desigualdades e limitam a autonomia econômica dos países, mas que a adoção criteriosa de novas tecnologias pode reverter parte dessa lógica.

No plano analítico, os resultados indicam que os custos da energia elétrica exercem influência direta sobre a competitividade industrial e a atração de investimentos. Tarifas elevadas, instabilidade regulatória e ineficiências operacionais tendem a reduzir a capacidade produtiva e a gerar pressões inflacionárias, especialmente em economias emergentes. Nesse sentido, a sustentabilidade econômica do setor elétrico emerge como condição necessária para a estabilidade dos mercados e para a geração de emprego e renda. No entanto, observa-se que a integração de microrredes, fontes renováveis e sistemas de gestão de energia inteligente pode criar vetores de eficiência e novos valores econômicos, desde que adequadamente planejados e regulados.

A eficiência operacional se destacou como eixo central da sustentabilidade econômica. A redução de perdas técnicas e comerciais, o uso racional da energia e a incorporação de tecnologias mais eficientes revelam-se estratégias capazes de reduzir custos sistêmicos e ampliar benefícios econômicos. A análise demonstrou que investimentos em eficiência energética e em sistemas de gestão avançada produzem efeitos positivos tanto para concessionárias quanto para consumidores, reforçando a necessidade de políticas públicas consistentes voltadas à racionalização do consumo e à

modernização das infraestruturas elétricas, agora com foco na digitalização e na automação.

Outro achado relevante refere-se à importância da diversificação da matriz energética como estratégia de mitigação de riscos econômicos. Sistemas excessivamente dependentes de poucas fontes energéticas mostram-se mais vulneráveis a choques de oferta, volatilidade de preços e instabilidade financeira. A diversificação, aliada ao planejamento de longo prazo, contribui para a previsibilidade de custos e para a segurança do suprimento, elementos centrais da sustentabilidade econômica. A pesquisa aplicada mostra que essa diversificação pode ocorrer também em escala local, através de microrredes que combinam geração solar, eólica e armazenamento, aumentando a resiliência.

No âmbito institucional, os resultados evidenciaram que a estabilidade regulatória é condição indispensável para atrair investimentos e reduzir o custo de capital no setor elétrico. Marcos regulatórios inconsistentes ou imprevisíveis elevam riscos, encarecem financiamentos e comprometem a expansão e a modernização dos sistemas elétricos. Assim, a sustentabilidade econômica depende de governança regulatória sólida, transparente e orientada pelo interesse público, que seja também ágil o suficiente para acompanhar o ritmo da inovação tecnológica, criando ambientes propícios para projetos piloto e de P&D.

Reconhecem-se limitações inerentes à natureza bibliográfica e documental da pesquisa, que não permite a análise empírica direta de casos específicos ou a mensuração quantitativa de impactos econômicos em contextos locais. Tal limitação, entretanto, aponta caminhos relevantes para pesquisas futuras, especialmente estudos empíricos comparativos que avaliem políticas tarifárias, modelos regulatórios, estratégias de financiamento e os resultados econômico-financeiros de projetos de integração tecnológica em diferentes países e regiões.

Conclui-se, portanto, que a energia elétrica e a sustentabilidade econômica constituem dimensões indissociáveis do desenvolvimento contemporâneo. A consolidação de sistemas elétricos economicamente sustentáveis exige articulação entre eficiência operacional, inovação tecnológica (com destaque para *smart grids*, microrredes e mobilidade elétrica), diversificação da matriz, regulação estável e políticas públicas orientadas à inclusão e ao crescimento de longo prazo. Mais do que garantir energia disponível, trata-se de assegurar que sua produção, distribuição e consumo sejam

economicamente viáveis, socialmente justos, tecnologicamente modernos e compatíveis com os desafios estruturais das economias modernas. A integração inteligente e planejada das novas tecnologias não é um custo adicional, mas um investimento estratégico na sustentabilidade econômica do setor elétrico do futuro.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Rethinking power sector reform**. Washington, DC: World Bank, 2020.

DANIELSSON, G. H. et al. Rules-Based Energy Management System for an EV Charging Station Nanogrid: A Stochastic Analysis. **Energies**, v. 18, p. 26, 2025.

DA PAIXÃO, J. L.; ABAIDE, A. R. Redes Elétricas Inteligentes: Smart Grids. **Caminhos da Pesquisa Multidisciplinar**. Curitiba: Aurum Editora Ltda, 2025. p. 25-35.

DA PAIXÃO, J. L.; DANIELSSON, G. H. Estudo dos impactos elétricos decorrentes da integração de estações de recarga rápida para Veículos Elétricos à rede de distribuição de energia. Relatório de pesquisa. Projeto P&D ANEEL-CEEE/EQUATORIAL/UFSM nº 5000004061, 2025.

ESTACHE, Antonio. **Infrastructure policy and governance**. London: Routledge, 2016.

GELLINGS, Clark W. **The smart grid: enabling energy efficiency and demand response**. Boca Raton: CRC Press, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOLDEMBERG, José. **Energia e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Blucher, 2016.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World energy outlook 2022**. Paris: IEA, 2022.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Electricity market report 2023**. Paris: IEA, 2023.

JAMASB, Tooraj; POLLITT, Michael. **Electricity market reform**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LUND, Henrik et al. Smart energy and smart energy systems. **Energy**, v. 137, p. 556–565, 2015.

NEWBERY, David. Regulatory challenges to European electricity liberalization. **Energy Policy**, v. 122, p. 34–42, 2018.

PATTERSON, Matthew. **Energy, climate change and global politics**. London: Routledge, 2017.

PAIXÃO, J. L.; ABAIDE, A. R. Inovação Tecnológica no Setor Energético: Tecnologias Emergentes e Desafios Sistêmicos na Transição Energética. **Revista Tópicos**, v. 4, p. 1-26, 2026.

PAIXÃO, J. L.; ABAIDE, A. R. Energia Elétrica e Transição Energética: uma análise técnico-institucional a luz da pesquisa aplicada. **Revista Tópicos**, v. 3, p. 1-28, 2025.

PAIXÃO, J. L.; ABAIDE, A. R. Análise do Impacto da Microgeração Fotovoltaica na Rede de Distribuição de Energia Elétrica. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, p. 2887–2911, 2021.

PAIXÃO, J. L. et al. Sistema de Gerenciamento de Energia em Microrede para Recarga Rápida de Veículos Elétricos. Projeto de pesquisa. UFSM, 2023-Atual.

PAIXÃO, J. L. et al. Proposal and simulation of electrical impacts of microgrid for EV recharging on highway. In: **CIREP Porto Workshop 2022: E-mobility and power distribution systems**. Porto, 2022.

PEREZ, Carlota. **Capitalismo, tecnologia e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

POLLITT, Michael. **Electricity network regulation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

STERN, Nicholas. **Why are we waiting?** Cambridge: MIT Press, 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Capítulo 9
A RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DOS AMBIENTES E A
SAÚDE MENTAL: UMA VISÃO SOBRE A PSICOLOGIA
AMBIENTAL

Vanessa Samara Aparecida de Lima Piccolotto

A RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DOS AMBIENTES E A SAÚDE MENTAL: UMA VISÃO SOBRE A PSICOLOGIA AMBIENTAL

Vanessa Samara Aparecida de Lima Piccolotto

Pedagoga e pós-graduada em Psicopedagogia, atuando como psicopedagoga clínica e institucional. Desenvolve trabalhos voltados à compreensão dos processos de aprendizagem, saúde mental e desenvolvimento humano em diferentes contextos educacionais e organizacionais. Também atua com organização de ambientes e implementação da Norma Regulamentadora NR-1, desenvolvendo projetos relacionados à promoção do bem-estar, saúde mental e melhoria das condições psicossociais em ambientes educacionais e corporativos. Seus estudos concentram-se na relação entre ambiente físico, comportamento e saúde mental, com ênfase na Psicologia Ambiental e na utilização da organização de espaços como estratégia de intervenção para melhoria da qualidade de vida, aprendizagem e equilíbrio emocional. Natural de Jundiaí (SP), reside e atua profissionalmente na região de Itupeva, São Paulo, Brasil.

RESUMO

Este trabalho investigou a relação entre a organização dos ambientes e a saúde mental, explorando os principais aspectos dessa interação através da lente da Psicologia Ambiental. Analisou-se como elementos como layout, iluminação, cores e ruídos influenciam variáveis psicológicas como estresse, ansiedade e bem-estar emocional, destacando a importância da organização adequada dos espaços para promover uma sensação de calma, controle e conforto psicológico. Os resultados evidenciaram a relevância de compreender essa relação complexa, não apenas para profissionais da saúde mental, mas também para educadores, psicólogos, psicopedagogos, arquitetos, decoradores e demais profissionais que lidam com ambientes físicos e intervenções psicopedagógicas e psicológicas como ferramenta integrativa. Conclui-se que a promoção do bem-estar psicológico através da organização dos espaços demanda estratégias mais eficazes e conscientização sobre a importância desse aspecto na melhoria do bem-estar individual e coletivo, e ainda que a organização dos ambientes é uma ferramenta de intervenção em terapias comportamentais e cognitivas.

Palavras-chave: Psicologia Ambiental. Organização dos Ambientes. Organização e Saúde Mental.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre a organização dos ambientes e a saúde mental é um tema de crescente interesse na Psicologia Ambiental, área que investiga como os ambientes físicos influenciam o comportamento e o bem-estar das pessoas.

Dentro desse contexto, surge a delimitação do tema, explorada a partir da seguinte questão: "Como a organização dos ambientes impacta a saúde mental dos indivíduos?". Este questionamento central analisará os diferentes aspectos do ambiente físico, como layout, iluminação, cores e ruídos, e seu potencial efeito sobre variáveis psicológicas como estresse, ansiedade e bem-estar emocional.

Essa questão parte da hipótese de que o mundo externo e os ambientes afetam a vida subjetiva e interna das pessoas, sendo que ambientes organizados e adaptados às necessidades humanas devem promover maior sensação de controle e segurança, contribuindo para a saúde mental, enquanto que os ambientes desorganizados ou mal planejados podem gerar estresse e desconforto psicológico.

O objetivo geral deste trabalho é investigar a relação entre a organização dos ambientes e a saúde mental, enquanto os objetivos específicos incluem identificar os principais elementos dos ambientes que influenciam a saúde mental e propor recomendações práticas para a promoção do bem-estar psicológico através da organização dos espaços.

A relevância deste trabalho acadêmico reside em trazer luz para uma temática nova e pouco explorada, que é essa relação entre organização dos ambientes e a saúde mental dos indivíduos, em um estudo que não se limita aos profissionais da área de saúde mental, mas pode ajudar psicólogos, psicopedagogos, educadores, arquitetos, decoradores, *personal organizers* e outros profissionais que lidam com pessoas com as mais variadas demandas psicológicas, bem como profissionais da organização em geral.

A metodologia foi a de revisão bibliográfica, do tipo qualitativa e descritiva, realizada nos sites Google Acadêmico e Scielo. Essas pesquisas só aceitaram estudos em língua portuguesa, produzidos nos últimos 15 anos (2010 a 2024), sendo pesquisados a partir dos seguintes termos: "Psicologia Ambiental" e "Psicologia e Organização dos

Ambientes” e “Saúde mental e Organização dos Ambientes”. É preciso acrescentar ainda que por se tratar de um assunto pouco estudado, não foram encontrados muitos estudos acadêmicos sobre o mesmo, todavia, acredita-se que os trabalhos encontrados são suficientes para mostrar que este assunto existe e é de grande importância, devendo ser mais estudado no futuro.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PSICOLOGIA AMBIENTAL

Segundo Antunes et al. (2011), a Psicologia Ambiental é um campo interdisciplinar que investiga como os ambientes físicos influenciam o comportamento humano, as emoções e o bem-estar das pessoas. Ela busca compreender a relação complexa entre o ser humano e o mundo que o cerca, considerando não apenas os aspectos físicos do ambiente, mas também os aspectos sociais, culturais e psicológicos. Sempre acreditando que o indivíduo é resultado não apenas do estado seu ambiente interno e mundo mental, mas também do seu ambiente externo, o qual reflete o primeiro.

Desde seu surgimento, a Psicologia Ambiental tem desempenhado um papel fundamental na compreensão dos efeitos do ambiente sobre o indivíduo e vice-versa. Ela examina uma ampla gama de ambientes, incluindo espaços residenciais, ambientes de trabalho, espaços públicos, paisagens naturais e até mesmo ambientes virtuais, como os encontrados na internet e em videogames (Antunes et al., 2011).

Uma das principais áreas de estudo da Psicologia Ambiental é o design ambiental, que se concentra na criação de espaços que promovam o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Isso inclui considerações sobre o layout, a iluminação, a cor, a temperatura e o ruído dos ambientes, bem como a acessibilidade e a segurança. Por exemplo, pesquisas mostraram que a exposição a ambientes verdes, como parques e jardins, pode reduzir o estresse e melhorar o humor das pessoas (Antunes et al., 2011).

Não somente isso, mas para Pinheiro e Gunther (2011), a Psicologia Ambiental investiga como as interações sociais são influenciadas pelo ambiente físico. Estudos mostram que a disposição do mobiliário em uma sala de aula, por exemplo, pode afetar a dinâmica da sala e o desempenho acadêmico dos alunos. Da mesma forma, o design de espaços de trabalho pode influenciar a colaboração entre colegas e a produtividade da equipe. Uma relação que intuitivamente muitos se apercebem, mas não é incomum as

pessoas notarem que ambientes bagunçados e mal planejados do ponto de vista estético e da harmonia podem gerar sentimentos de estresse, ansiedade etc.

Além disso, a Psicologia Ambiental também está bastante relacionada às noções de sustentabilidade ambiental, sendo uma área de grande interesse nos dias atuais. Ela explora como as atitudes e comportamentos das pessoas em relação ao meio ambiente são moldados por seus contextos sociais e físicos, e como intervenções psicossociais podem promover comportamentos mais sustentáveis, como a redução do consumo de energia e o uso de transporte público (Pinheiro e Gunther, 2011).

A Psicologia Ambiental aborda ainda questões relacionadas à justiça ambiental e equidade espacial, investigando como certos grupos sociais são desproporcionalmente afetados por problemas ambientais, como poluição do ar e falta de acesso a espaços verdes. Ela também busca desenvolver estratégias para promover a inclusão e a participação das comunidades na tomada de decisões sobre o ambiente construído (Pinheiro e Gunther, 2011).

Desse modo, a Psicologia Ambiental desempenha um papel crucial na compreensão da interação entre o ser humano e o ambiente físico, fornecendo uma visão psicossocial de como a criação de espaços mais saudáveis, sustentáveis e inclusivos podem afetar positivamente a saúde mental das pessoas. Seu impacto se estende desde a concepção de edifícios e cidades até as políticas públicas e a promoção do bem-estar individual e coletivo.

2.2 AS RELAÇÕES ENTRE A ORGANIZAÇÃO DOS AMBIENTES E A SAÚDE MENTAL

De acordo com Kuhnen et al. (2010), a interação entre indivíduos e ambientes, especialmente no contexto da realidade virtual, é um campo de estudo relevante que aborda como as características físicas, espaciais e temporais dos ambientes influenciam e são influenciadas pelas pessoas que os exploram. Essa relação mútua tem sido explorada em diversos estudos, que destacam a importância de compreender não apenas como diferentes aspectos dos ambientes virtuais afetam a saúde, mas também como tornar esses ambientes mais adaptados à interação humana.

Um aspecto chave abordado é a atenção seletiva, que desempenha um papel fundamental no desempenho de tarefas cognitivas. Estudos sugerem que a capacidade de ignorar informações irrelevantes do ambiente está associada à atenção seletiva e à

memória de trabalho, ambas mediadas pelas áreas corticais pré-frontais. A sobrecarga de estímulos pode prejudicar o desempenho em tarefas, enquanto a exposição a ambientes enriquecidos pode promover o desenvolvimento das funções executivas e até mesmo prevenir doenças neurodegenerativas (Kuhnen et al., 2010).

Para os autores Kuhnen et al. (2010), é importante considerar ainda o papel do ambiente sociofísico, onde características ambientais são influenciadas por normas, valores e objetivos sociais. O córtex pré-frontal trabalha com essas atribuições, direcionando a atenção para estímulos ambientais relevantes. Porém, o equilíbrio entre estímulos é fundamental, pois tanto o desuso quanto o sobreuso do córtex pré-frontal podem prejudicar sua dinâmica.

Com isso, verifica-se que os ambientes virtuais têm sido utilizados em pesquisas sobre atividade cerebral e comportamento, visando simular experiências da vida real controladas. Terapias em ambiente virtual também têm sido exploradas para o tratamento de diversos transtornos, desde fobias até dor crônica. Além disso, tecnologias interativas estão sendo desenvolvidas para tornar os ambientes virtuais mais sensíveis às emoções dos usuários, utilizando sinais fisiológicos para aprimorar a interação (Kuhnen et al., 2010).

Diante disso, alguns estudos se baseiam em conceitos da psicologia ambiental, explorando como a semelhança com formas de expressão humanas pode influenciar a eficácia de tecnologias virtuais, especialmente no campo da psicologia e psiquiatria. Essas investigações ressaltam a importância de compreender a complexa interação entre aspectos psicofisiológicos e ambientais para promover ambientes virtuais mais adaptados e eficazes (Kuhnen et al., 2010).

Cavalcante e Elali (2018) também afirmam haver relações entre a organização dos ambientes e a saúde mental das pessoas, afirmando que esse é um campo de estudo cada vez mais relevante na interseção entre a psicologia e o design ambiental. Essa área de pesquisa investiga como a organização e a organização dos espaços físicos podem influenciar diretamente o estado emocional, cognitivo e comportamental das pessoas que os habitam.

Em um mundo onde a vida cotidiana é caracterizada por uma série de demandas e estímulos constantes, a maneira como os espaços são organizados pode ter um impacto significativo na nossa saúde mental. Desde o lar até o local de trabalho, a organização do

ambiente pode afetar nosso nível de estresse, ansiedade, produtividade e sensação de bem-estar geral (Cavalcante e Elali, 2018).

Um aspecto fundamental a ser considerado é o efeito da desordem e da bagunça no ambiente sobre o nosso estado mental. Estudos mostram que ambientes desorganizados podem levar a um aumento do estresse e da ansiedade, além de dificultar a concentração e o foco. A desordem visual pode sobrecarregar nossos sentidos, causando distração e até mesmo sentimentos de frustração e irritação (Cavalcante e Elali, 2018).

Por outro lado, a organização adequada dos ambientes podem promover uma sensação de calma, controle e conforto psicológico. Quando os espaços são bem organizados, com uma disposição lógica dos móveis, uma boa circulação de ar e luz natural, e uma estética agradável, tendemos a nos sentir mais relaxados e produtivos. A sensação de ordem e harmonia no ambiente pode contribuir para uma mente mais clara e um estado emocional mais equilibrado (Cavalcante e Elali, 2018).

Além disso, a relação entre a organização dos ambientes e a saúde mental também pode ser explorada sob a perspectiva da autodisciplina e do autocuidado. Manter um ambiente limpo e organizado não apenas melhora nossa qualidade de vida no presente, mas também pode promover hábitos mais saudáveis e resilientes no longo prazo. O cuidado com o ambiente físico reflete e reforça nossa capacidade de cuidar de nós mesmos e de nossa saúde mental (Cavalcante e Elali, 2018).

No entanto, é importante reconhecer que a relação entre a organização dos ambientes e a saúde mental não é universal e pode variar de pessoa para pessoa. Algumas pessoas podem se sentir confortáveis em ambientes mais caóticos, enquanto outras podem ser mais sensíveis à desordem. Além disso, questões culturais, sociais e individuais podem influenciar a percepção e a resposta ao ambiente organizado (Cavalcante e Elali, 2018).

Ou seja, a pesquisa sobre as relações entre a organização dos ambientes e a saúde mental oferece uma visão valiosa sobre a promoção do bem-estar psicológico em diversos contextos. Ao compreender como os espaços físicos podem impactar nossa saúde mental, podemos desenvolver estratégias mais eficazes para criar ambientes que promovam o conforto, a produtividade e o equilíbrio emocional das pessoas.

2.3 ASPECTOS DO AMBIENTE FÍSICO E SEUS IMPACTOS NA PSIQUE HUMANA

Freire (2013), analisando como o cuidado físico com a sala de aula impacta os alunos, em sua psique e comportamento, confirma que o ambiente que nos cerca desempenha um papel fundamental na forma como nos sentimos, pensamos e interagimos com o mundo ao nosso redor. Desde os espaços onde vivemos e trabalhamos até os lugares que frequentamos para lazer, cada aspecto do ambiente físico pode ter um impacto significativo em nossa psique e bem-estar emocional. Neste texto, exploraremos como o layout, iluminação, cores e ruídos influenciam variáveis psicológicas como estresse, ansiedade e bem-estar emocional, fornecendo exemplos práticos para ilustrar esses efeitos.

O layout de um ambiente desempenha um papel essencial na forma como nos movemos e interagimos dentro dele. Por exemplo, um escritório com espaços abertos e áreas de colaboração pode promover uma sensação de comunidade e criatividade entre os funcionários. Por outro lado, um layout mal planejado, com espaços apertados e pouca circulação de ar, pode levar a sentimentos de claustrofobia e estresse. Além disso, o design de interiores, como a disposição dos móveis e a organização dos espaços, pode influenciar nossa percepção de conforto e segurança. Por exemplo, uma sala de aula bem arrumada e organizada pode promover uma sensação de calma e relaxamento nos alunos, enquanto um espaço bagunçado pode causar ansiedade e desconforto, tirando a atenção deles para o conteúdo das aulas (Freire, 2013).

A iluminação também se mostra necessária para o nosso bem-estar emocional. Estudos têm demonstrado que a luz natural pode ter efeitos positivos sobre nosso humor e saúde mental. Por exemplo, a exposição à luz natural durante o dia pode ajudar a regular nosso ciclo sono-vigília e melhorar nosso humor. Por outro lado, a iluminação artificial inadequada, como luzes fluorescentes brilhantes, pode causar fadiga ocular e aumentar o estresse. Além disso, a falta de luz natural em ambientes fechados pode contribuir para a depressão e a ansiedade (Freire, 2013).

As cores são outro fator de grande impacto em nossa psique e bem-estar emocional. Diferentes cores têm sido associadas a diferentes estados emocionais e comportamentais. Por exemplo, cores como azul e verde são frequentemente associadas a sentimentos de calma e tranquilidade, enquanto cores como vermelho e amarelo podem aumentar a energia e a excitação. No entanto, a percepção das cores pode variar de pessoa para pessoa e também pode ser influenciada pelo contexto cultural. Por exemplo, o

vermelho pode ser associado a sentimentos de paixão e amor em algumas culturas, enquanto em outras pode ser associado a perigo e raiva (Freire, 2013).

Além dos ruídos, que sabidamente também afetam nossa saúde mental e bem-estar emocional, pois a maior parte das pessoas já percebeu que ambientes ruidosos, como escritórios barulhentos ou áreas urbanas movimentadas, podem aumentar o estresse e a ansiedade. Por outro lado, ambientes tranquilos e silenciosos podem promover a calma e a concentração. Além disso, certos tipos de ruídos, como música suave ou sons da natureza, podem ter efeitos relaxantes e terapêuticos sobre nosso estado emocional (Freire, 2013).

Assim, é possível dizer que o ambiente físico que nos rodeia pode ter um impacto profundo em nossa psique e bem-estar emocional. O layout, iluminação, cores e ruídos de um ambiente podem influenciar variáveis psicológicas como estresse, ansiedade e bem-estar emocional de maneiras complexas e multifacetadas. Portanto, é importante considerar esses aspectos ao projetar e organizar espaços, tanto em casa quanto no trabalho, a fim de promover um ambiente que apoie nossa saúde mental e emocional.

Amorim et al. (2018) faz um estudo parecido, analisando a percepção ambiental de estudantes sobre a organização da sala de aula. Neste estudo, os autores encontram dados que revelam uma diversidade de significados atribuídos ao conceito de cuidado ambiental, com destaque para palavras como preservação, limpeza, cuidado, respeito e reciclagem. Essas palavras indicam uma compreensão positiva e associativa do cuidado com o ambiente. Em relação ao conceito de sala de aula, as palavras associadas incluíram o professor, estudo, bagunça, aprendizado, amigos e respeito, destacando a figura do professor como central e importante para o desenvolvimento das atividades escolares.

Esses resultados fornecem importantes esclarecimentos sobre a percepção dos estudantes em relação ao cuidado com o ambiente escolar, bem como sobre suas intenções e motivações para ações nesse sentido. Fica claro que os alunos associam a bagunça em sala de aula com dificuldade de atenção e aprendizagem, bem como com maiores índices de estresse e ansiedade no ambiente. Essas informações podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de promoção do cuidado ambiental na escola e para a promoção de uma cultura de responsabilidade e colaboração entre os estudantes (Amorim et al., 2018).

Todavia, os resultados desse estudo mostram que os alunos não conseguem compreender seu papel na organização e manutenção da sala de aula, mostrando que os

pedagogos, psicopedagogos e demais profissionais da educação precisam pensar em formas de educar os alunos para a Psicologia Ambiental. De modo que compreendam que é também responsabilidade deles ajudar a manter a organização de todos os ambientes que frequentam: suas casas, a escola e etc.

Em relação à identificação dos alunos com o cuidado com a sala de aula, os dados indicaram a necessidade de incentivos institucionais para promover uma mudança nesse quadro. A Psicopedagogia pode contribuir para esse processo, oferecendo estratégias de intervenção para melhorar o ambiente escolar e promover uma aprendizagem significativa. A organização pessoal, o planejamento como rotina de estudos e a gestão de tempo, são contribuições significativas para um pleno desenvolvimento do ser humano, independentemente da idade.

A boa organização do espaço familiar e organização da casa são indispensáveis neste contexto, para pacientes com laudo de TDAH, TEA, TOD, TOC, acumuladores, depressivos, ansiedade generalizada, dentre outros transtornos.

Nesta perspectiva o profissional da saúde, educadores, psicólogos e psicopedagogos, podem utilizar como ferramenta de intervenção o *Personal Organizer*. Profissional com técnicas de organização que promove no espaço físico uma mudança tangível e de grande transformação pessoal. Promovendo novos hábitos, melhora na autoestima, autocuidado, gestão do tempo e uma organização real e estruturada.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica evidente que a relação entre a organização dos ambientes e a saúde mental é um tema de grande relevância e complexidade, explorado através da intersecção entre a Psicologia Ambiental e o design de espaços físicos. Ao longo deste trabalho, foi possível observar como diversos aspectos do ambiente, como layout, iluminação, cores e ruídos, são essenciais na promoção do bem-estar psicológico dos indivíduos.

A análise das contribuições da Psicologia Ambiental revelou a importância de compreender a interação entre o ser humano e seu ambiente físico, destacando como a criação de espaços mais saudáveis, sustentáveis e inclusivos pode impactar positivamente a saúde mental das pessoas. Além disso, a investigação sobre as relações entre a organização dos ambientes e a saúde mental evidenciou como a organização adequada

dos espaços pode promover uma sensação de calma, controle e conforto psicológico, enquanto ambientes desorganizados podem gerar estresse e desconforto.

Os aspectos do ambiente físico, como layout, iluminação, cores e ruídos, foram examinados em detalhes, demonstrando como cada um deles pode influenciar variáveis psicológicas como estresse, ansiedade e bem-estar emocional. Através de exemplos práticos e estudos de caso, foi possível ilustrar os efeitos complexos e multifacetados desses aspectos do ambiente na psique humana.

Por fim, os resultados das pesquisas analisadas sugerem a importância de promover uma maior conscientização sobre a relação entre a organização dos ambientes e a saúde mental, não apenas entre os profissionais da área de saúde mental, mas também entre educadores, arquitetos, decoradores, e outros profissionais que lidam com pessoas em diferentes contextos. Além disso, destacam a necessidade de desenvolver estratégias mais eficazes para criar ambientes que promovam o conforto, a produtividade e o equilíbrio emocional das pessoas, contribuindo assim para a melhoria do bem-estar individual e coletivo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, N.B.S.; et al. **A percepção ambiental dos estudantes do ensino médio sobre o cuidado com a sala de aula.** Rev. psicopedag., v.35, n.107, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862018000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 10/03/2024.

ANTUNES, D.; et al. **Psicologia do Ambiente.** Repositório da Universidade de Évora, 2011. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4715>. Acesso em: 10/03/2024.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G.A. **Psicologia ambiental:** conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Editora Vozes, 1ª edição, 2018.

FREIRE, T.B. **Análise do cuidado com a sala de aula a partir de um olhar psicopedagógico.** Universidade Federal da Paraíba, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26923>. Acesso em: 22/03/2024.

KUHNEN, A.; et al. **A importância da organização dos ambientes para a saúde humana.** Psicol. Soc. 22 (3), 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RSXXdMvLBLtzFP4GSbhxqjJ/#>. Acesso em: 18/03/2024.

PINHEIRO, J.Q.; GUNTHER, H. **Temas básicos em psicologia ambiental**. Editora Vozes, 1ª edição, 2011.



Episteme em Movimento: Estudos em Convergência é uma coletânea de ensaios que convida o leitor a explorar as interseções entre a ciência, a filosofia, a arte e o conhecimento humano em constante evolução. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, os capítulos deste livro investigam como diferentes áreas do saber se interligam e convergem, promovendo novas perspectivas e entendimentos sobre a realidade. É uma obra que inspira, desafia e ilumina, oferecendo insights valiosos e promovendo o diálogo entre diversos campos do conhecimento.

uniatual
EDITORA

ISBN 978-656170003-0



9

786561

700030